

Estudo sobre Património Cultural e Desenvolvimento Local

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
INTRODUÇÃO	4
Metodologia.....	5
1 - Património Cultural, Cultura e Turismo Cultural	8
2 - Sector Cultural e Criativo	17
2.1 - Investigação e Desenvolvimento (I&D).....	26
2.2 - Empreendedorismo Social	29
3 - Indicadores Culturais e Desenvolvimento Sustentável.....	34
3.1 - Equipamentos	39
3.1.1 - Museus	41
3.1.2 - Outros Equipamentos	49
3.2 - Manifestações/Actividades/Eventos	51
4 - ADDLAP?	63
5 - Indicadores Demográficos	68
6 - Existências Culturais	72
6.1 - Levantamento do Património Cultural Imóvel da ADDLAP	74
6.2 - PCI.....	77
6.3 – Percursos, Rotas e Roteiros	78
7 - “Cargas”	83

7.1 - Postos de Turismo.....	89
7.2 - Dormidas, Hóspedes e Taxas de Ocupação - o caso Viseense enquanto âncora regional	91
8 – Redes Internacionais e Polos de Cooperação/Informação	94
CONCLUSÕES	96
Problemas e deficiências identificados:.....	99
9 – PROJECTOS-PILOTO.....	101
PP 1: Criação de uma base de dados ADDLAP	101
PP 2.1: Selecção e desenvolvimento de “Aldeias-Hub” no território ADDLAP.....	102
PP 2.2: Geoparque de Arouca Art Programme	104
PP 3: Viseu Creative City	106
PP 4: Tentativa de extensão de RCE de modo a integrarem o território ADDLAP.....	107
FOTES E BIBLIOGRAFIA.....	109
Legislação Portuguesa.....	113
Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais.....	114

INTRODUÇÃO

O estudo indicado em título e a que este relatório procura dar corpo foi contratado pela Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva (ADDLAP) em Abril de 2015. Os enfoques específicos a que deveria dar resposta são os indicados infra:

- Identificar e fazer a georreferenciação dos principais elementos do património cultural (construído ou imaterial) da região;
- Identificar boas práticas internacionais no uso do património cultural enquanto instrumento do desenvolvimento local;
- Apresentar propostas de ação que valorizem os referidos recursos patrimoniais;
- Elaborar um plano para a concretização, a curto prazo, de um projeto-piloto de valorização desses mesmos recursos;
- Apresentar propostas de cooperação interterritorial e transnacional, tendo em vista a integração desta região em redes de promoção do património.

Nesse sentido e tomando como ponto de partida dois sectores distintos embora complementares, a Cultura e o Turismo, procurou-se, dentro de uma análise de base local, numa primeira instância caracterizar o território quanto ao que nesses sectores é relevante para, integrando o inventário das existências e as boas práticas bem como as tendências internacionais actuais, se conceber um conjunto de propostas e planos de acção a implementar. O principal olhar será enfaticamente o do turista, ou o que a ele possa importar, pelo que o sector específico tem possibilitado quanto aos objectivos pretendidos. Ainda assim deve ressaltar-se que o Turismo, por vezes não se coaduna com a definição ou a estatuição funcional dos elementos patrimoniais. Esta ligação é uma escolha, uma opção de alinhamento, ao invés de uma natural decorrência, em particular pelo que resulta de um pressuposto de desenvolvimento local que mais que ancorar-se numa mole externa de adesão, deve pressupor uma vivência quotidiana e auto-motivada, ao menos nos seus princípios fundamentais.

Os dados estatísticos referidos neste relatório provêm principalmente dos Anuários Estatísticos da Região Centro, do Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo publicados apenas e por norma em Dezembro do ano seguinte àquele a que reportam os conteúdos, por essa via se fazendo aqui

referência maioritariamente a dados até 2013. São igualmente o recurso matricial por ser o que permite uma análise por município dos vários indicadores disponíveis, e o recurso que serve de base à generalidade das instituições e organismos. As estatísticas que pela abordagem “Centro” são mais frequentes não surgem como procedentes quanto ao conhecimento do território da ADDLAP.

De outro modo e como linha condutora do relatório, assumir-se-á que para a definição de Património Cultural e seu tratamento, a perspectiva apresentada por Marmion, M., Wilkes, K., & Calver, S. (2009, p. 575) é a operante, e por extensão não a aplicando apenas aos membros de uma dada comunidade como igualmente aos seus visitantes, incluindo aqueles que a ela sejam externos (leia-se turistas):

[...] it is suggested here, that in order to develop understandings of heritage, and to gain insights into its value and relevance for society, the focus ought to be upon how individuals perceive heritage in their own terms. Looking at the importance placed on heritage and the benefits they gain from engaging with heritage as they view it. Having said that, it is vital to be sensitive to the perspective that heritage is interpreted and/or consumed through the unique values, attitudes and experiences of the individual involved.

Metodologia

A metodologia seguida tomará como enfoque primário o do levantamento das existências patrimoniais culturais materiais (ANEXO I), havendo referência pontual às imateriais no corpo do estudo, pelo que a sua incorporação nesse levantamento implicaria:

1. A impossibilidade funcional de realizar um tal levantamento no prazo indicado.
2. A especificidade local de cada uma das manifestações de Património Cultural Imaterial (PCI), que, a serem inventariadas/registadas neste âmbito limitariam a validade que cada comunidade poderia atribuir às referidas manifestações e assim desvirtuar o alcance de utilização/valorização das mesmas na óptica do desenvolvimento de base local.

3. O desfasamento entre o conhecimento das manifestações de PCI e a sua actual forma, que interligando-se com o indicado nos pontos anteriores, poderia resultar em indicações historiografadas ao invés de activas e significantes.

Ainda ao nível da metodologia e quanto ao levantamento das existências patrimoniais culturais, optou-se pela inserção da listagem em formato excel, por dois motivos fundamentais:

1. A quantidade de existências levaria a que a leitura cartográfica das mesmas tornasse a sua leitura difícil e descoordenada, já que, uma análise das mesmas, se apenas tomasse em conta as datas iniciais ou as tipologias, geraria entendimentos passíveis de uso mas falseados quanto à tónica fundamental de entendimento de um corpo de existências que é maioritariamente de alcance ou interesse local.
2. Dos trabalhos conducentes a este estudo, bem como do relevado de anteriores experiências – algo que será mencionado em vários dos tópicos seguintes – a ausência de uma fonte/plataforma unitária de informação não apenas limita o conhecimento das existências (cada uma delas individualmente considerada, e no seu contexto de inserção) como impossibilita uma esfera de participação que, ao nível do referido para o PCI, coarta substancialmente um possível entendimento e conjunto de propostas de desenvolvimento de base local que necessitam do agenciamento das populações locais: para tal propor-se-á a criação de uma base de dados sob a tutela da ADDLAP ou por ela participada, coordenada por recursos humanos capacitados mas que maioritariamente congreguem processos de inventário participativo do Património Cultural, como elemento basilar da utilização dos recursos patrimoniais culturais para desenvolvimento de base local
 - a. A utilização do software indicado, para lá da sua apetência de utilização alargada é igualmente favorável à importação dos dados por parte de sistemas de inventário já no mercado (indicando-se aqui a título de exemplo a empresa Sistemas do Futuro com a linha de software In Patrimonium, ou outros softwares open-source que principiam a ser divulgados e utilizados com alguma regularidade). Defende-se aqui que sem um conhecimento metodológico e sistematizado, bem como permanentemente em actualização, das existências patrimoniais culturais (históricas ou contemporâneas, perenes ou efémeras), todos os esforços na sua conservação e valorização redundarão em procedimentos incompletos e manipuláveis.

Apesar das referências que serão feitas aos vários estudos e relatórios, muitos dos quais produzidos tendo em vista a preparação para os comumente designados “fundos 2020”, tomar-se-á como assente o conhecimento dos mesmos e partir-se-á desse pressuposto de conhecimento. A análise integrada dos tópicos que serão abordados com uma interligação imediata e sistemática quanto ao que o referido corpo documental aponta – extenso e de proveniências institucionais díspares, por vezes contraditório entre si – seria uma tarefa autónoma. Assim, optou-se por realizar uma análise inicial a cada uma das vertentes que podem consubstanciar não apenas o Património Cultural como as dimensões que ao Património Cultural estão associadas ou dele podem beneficiar, aquando do postulado da integração do mesmo num mais amplo sector de actividade (o Sector Cultural e Criativo) que urge definir sob risco de perda de oportunidades de investimento, valorização e, sobretudo, renovação da percepção que os agentes (do próprio e dos restantes sectores) têm quanto ao mesmo.

Por último importa acrescentar que neste entendimento alargado, o objecto que o estudo indica se torna mais amplo e complexo. As condições existentes para a sua realização permitem aflorar cada uma das várias questões, embora não seja possível nem se intente, uma cabal e fechada linha de leitura, nas páginas que se seguem.

Menção ainda para os dados utilizados que, provindo dos mais recentes disponíveis se reportam quase integralmente ao ano de 2013. Esse ano em concreto, tendo sido marcado por eleições autárquicas, pode apresentar diferenciais quanto ao que seria uma análise mais alargada no tempo e ancorada em médias anuais por exemplo. Ainda assim e excepto no que ao Turismo diz respeito (onde se procurou fornecer um panorama evolutivo, e ao número de visitantes do Museu Nacional Grão Vasco, em que se entendeu ser útil referenciar a instituição como marcador regional), os dados culturais são utilizados de modo a apresentar o mais recente panorama.

Ao nível das propostas realizadas, elas são amplas na sua possibilidade de execução pelo que de decisão política implicam (o que escapa ao âmbito de competência dos autores deste estudo).

Viseu, 30-06-2015, a Coordenação do Estudo,

Rui Macário Ribeiro

Liliana Castilho

1 - Património Cultural, Cultura e Turismo Cultural

O início de um estudo deste âmbito deve antes de mais procurar caracterizar o objecto inicial. O termo cultura, e até mesmo Património Cultural, é por vezes utilizado de modo lato e enviesado, pugnado por dinâmicas e decorrências de senso comum ou de meros apontamentos individuais por parte do “utilizador”.

Sendo certo que inicialmente se derogou na consideração do fenómeno perceptivo a possibilidade de entendimento e análise do Património Cultural, tal apenas ocorre por via da necessária expressão que os elementos/existências patrimoniais culturais devem, de modo inerente às comunidades a que estão adstritos, garantir quanto à fundamentação da premissa de identidade ou referência individual e inter-pessoal. Ou seja, é no reconhecimento da importância do valor de, e adesão a, uma existência patrimonial cultural, que essa mesma existência pode ser conservada e ou valorizada para outros fins.

A legislação portuguesa, incorporando por via convencional (decorrente de Convenções e Cartas de que Portugal é directa ou indirectamente signatário) os desenvolvimentos internacionais e os entendimentos quanto à matéria, possui dois documentos fundamentais para este âmbito.

O primeiro deles é a *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural* (Lei 107/2001, de 8 de setembro), ou simplesmente a Lei de Bases do Património Cultural, que no seu Artigo 2º dispõe quanto ao “Conceito e âmbito do património cultural”:

1 — Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

2 — A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 — O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 — Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.

5 — Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 — Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural rele vante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 — O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.

8 — A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria.

Se apenas de acordo com a anterior disposição e posteriores artigos da Lei 107/2001, que se refere especificamente ou aborda ontologicamente quer uma visão nacional quer um procedimento específico de classificação, as existências patrimoniais culturais a integrar neste estudo estariam limitadas a pouco mais de 6 dezenas (existências classificadas ou em vias de classificação, incluindo as de interesse municipal). Do mesmo modo, não seriam representativas da totalidade das comunidades ou apreços de acordo com a já citada visão de Marmion, M., Wilkes, K., & Calver, S. (2009, p. 575) e que se incorpora também nestas páginas.

Os procedimentos da Lei 107/2001 são concretamente *top-down* e destinam-se a uma integração ou protecção de nível superior (de indicação técnica e científica), havendo apesar de tudo, no nº8 do referido Artigo 2º, uma expressa menção a “cultura tradicional popular” que configuraria diferentes instâncias de entendimento do cultural e do patrimonial cultural.

A especificidade consagrada à cultura tradicional popular pode ser observada inicialmente na decorrência dos trabalhos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) durante a década de 1980 e que se transmutou mais recentemente na delimitação e

convencionalização do PCI – que é Hoje um dos principais indicadores quanto à possibilidade de acção dentro das esferas não urbanas (edificadas). Num documento fundador, a *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (1989) apresentou o que foi tomado como o primado da defesa da cultura tradicional e popular, propondo:

B. Identificação da cultura tradicional e popular

A cultura tradicional e popular, enquanto expressão cultural, deve ser salvaguardada para e pelo grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico, etc.) cuja identidade exprime. Para o efeito, os Estados membros deveriam fomentar, a nível nacional, regional e internacional, pesquisas adequadas com vista a:

a) Estabelecer um inventário nacional das instituições que se ocupam da cultura tradicional e popular, para fins da sua inclusão nos registos regionais e mundiais de instituições desta ordem;

b) Criar sistemas de identificação e registo (recolha, indexação, transcrição) de informação, ou desenvolver sistemas já existentes através de manuais, guias de procedimentos de recolha, catálogos-tipo, etc., tendo em consideração a necessidade de uniformizar os sistemas de classificação utilizados por diferentes instituições;

c) Estimular a criação de uma tipologia normalizada da cultura tradicional e popular mediante a elaboração de:

(i) um esquema geral de classificação da cultura tradicional e popular, com o objectivo de fornecer orientações a nível mundial;

(ii) um registo pormenorizado da cultura tradicional e popular;

(iii) classificações regionais da cultura tradicional e popular, especialmente através de projectos-piloto desenvolvidos no terreno.

Como referido, sendo este um primeiro documento que consubstanciará em parte o que actualmente se considera PCI, com seu próprio corpo legislativo e procedimentos, há que ressaltar que a globalidade dos pontos anteriores não estão operacionalizados. A um nível local, ou aos vários níveis locais, a carência é ainda maior, pela ausência de estruturas que possuíssem os

necessários meios e capacidade decisória ou vontade para o realizar. De qualquer modo, e transpondo um capítulo descritivo para um ponto já de intervenção, mantendo o espírito base da recomendação supra, e sendo já possível um desenvolvimento metodológico sustentado, a recolha referida na recomendação é contingencial pelo apelo que a mesma pode congrega às políticas de radicação populacional em territórios de menor densidade, eventualmente também se num primeiro momento incentivados financeiramente a tal.

Da maturação técnica e científica do que a anterior *Recomendação* (1989) expressa, veio a autonomizar-se o PCI, que através do *Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial* (Decreto-Lei 139/2009, de 15 de junho), apresenta em Portugal (no segundo dos documentos a que se aportou anteriormente) a primeira materialização legal. (sucendendo a nível internacional à *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, adoptada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris em 17 de Outubro de 2003) e que no nº2 do Artigo 1.º (“Objecto e âmbito de aplicação”) afirma:

2 — O presente decreto -lei abrange os seguintes domínios:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;*
- b) Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;*
- c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos;*
- d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo;*
- e) Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.*

A limitação destas tipologias se lidas na senda da *Recomendação* da UNESCO (1989) já referida, indicia a manutenção do primado *top-down* quanto à caracterização do objecto de acção, no entanto, o mesmo diploma, no nº2 do Artigo 6.º, expressa que quanto ao inventário do PCI – instrumento essencial da sua salvaguarda – deverá ser “participado”.

Consigna-se por essa via e pela primeira vez para o ordenamento nacional (embora e com a ressalva de o ordenamento jurídico português conferir aos cidadãos o direito à participação no processo legislativo ou administrativo:) a consciencialização expressa não da possibilidade ou direito de participação dos agentes não institucionais-públicos, antes da necessidade da sua intervenção no processo. Igualmente claro é o que resulta quanto à finalidade desse inventário,

subordinando-o a uma putativa utilização posterior quanto às listagens internacionais de PCI (visando concretamente as classificações como Património da Humanidade) e a uma lógica de funcionamento institucional-público. De todo em todo, o reconhecimento da importância e – reforça-se – da necessidade da participação dos agentes “locais” coloca a selecção inicial das manifestações a designar ou integrar o inventário de PCI num outro primado, também já *bottom-up*.

Complementarmente e nas últimas décadas, a constatação do valor e do potencial do Turismo como instrumento de desenvolvimento, tornou-se um referencial de bandeira quer quanto aos territórios, quer quanto às suas populações. Nesse sentido, o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) posicionou-se claramente quanto aos desafios culturais e derivas populacionais envolvidos, através da adopção da *Carta Internacional de Turismo Cultural* (1999) onde expressa que:

Heritage is a broad concept and includes the natural as well as the cultural environment. It encompasses landscapes, historic places, sites and built environments, as well as biodiversity, collections, past and continuing cultural practices, knowledge and living experiences. It records and expresses the long processes of historic development, forming the essence of diverse national, regional, indigenous and local identities and is an integral part of modern life. It is a dynamic reference point and positive instrument for growth and change. The particular heritage and collective memory of each locality or community is irreplaceable and an important foundation for development, both now and into the future.

A consideração das populações nativas, indígenas ou locais (consoante se possa e deseje interpretar o sentido das palavras), como sub-agregado de grupos populacionais mais vastos mas por isso mesmo, agentes de relevo/curadores na gestão do que Cultural e Naturalmente, no domínio do Património, lhes esteja adstrito, foi pedra de toque da *Carta*, avalizando então um entendimento do turismo como inevitável e simultaneamente como sector económico “industrial” de acção intensa e prolongada, mas de benefícios e obrigações expressas a ser incorporados no seu procedimento:

Tourism should bring benefits to host communities and provide an important means and motivation for them to care for and maintain their heritage and cultural practices. The involvement and co-operation of local and/or indigenous

community representatives, conservationists, tourism operators, property owners, policy makers, those preparing national development plans and site managers is necessary to achieve a sustainable tourism industry and enhance the protection of heritage resources for future generations.

Mais recentemente, na planificação para o Horizonte 2020, a Comissão Europeia através do Directorate-General for Research and Innovation, apresentou o *Getting cultural heritage to work for Europe. Report of the Horizon 2020 Expert Group on Cultural Heritage* (2015), onde considera logo no sumário executivo:

The economic benefits of cultural heritage have most commonly been seen in terms of tourism, but it is now also seen as an innovative stimulant for growth and employment in a wide range of traditional and new industries. It is also to be recognised as major contributor to social cohesion and engagement as a way of bringing together communities and stimulating young people to engage with their environment. Many countries have successfully exploited these benefits, generating prosperity, bringing new jobs and creating improved environments.

A preocupação Europeia com a sustentabilidade num sentido alargado, incorporando sempre as comunidades e os visitantes, enquanto simultaneamente se protegem as paisagens e as práticas culturais – ou se incentivam novas – é um paradigma que acompanhará o Horizonte 2020, delineado através dos seguintes critérios de acção/objectivos (Directorate-General for Research and Innovation, 2015, p.8):

- 1. Economy: Promoting innovative finance, investment, governance, management and business models to increase the effectiveness of cultural heritage as an economic production factor.*
- 2. Society: Promoting the innovative use of cultural heritage to encourage integration, inclusiveness, cohesion and participation.*
- 3. Environment: Promoting innovative and sustainable use of cultural heritage to enable it to realise its full potential in contributing to the sustainable development of European landscapes and environments.*

A única reticência que se pode talvez indicar é a da ausência da consideração do Património Cultural por si mesmo, havendo contudo razões para que tal se evidencie num contexto de utilização integrada de recursos e da procura de um sentido de validação geral dos elementos patrimoniais culturais.

O corolário e paradigma actual e nos anos próximos, é a união entre os conceitos validados e legislados e a integração dos desígnios assumidos pela Comissão Europeia para o conjunto dos Estados membros, tal como enunciado supra.

Boa Prática A – Estrela Green Tracks/Manteigas Trilhos Verdes (Portugal, 2010)

Esse anterior documento, que apresenta também algumas das que considera boas práticas a nível da União Europeia (UE), cita dois exemplos portugueses, sendo um em particular, relacionável com o contexto que à ADDLAP importa: o Turismo Sustentável da Serra da Estrela, sob a designação internacional de *Estrela Green Tracks* (<http://www.manteigastrilhosverdes.com/>), permitindo, segundo os relatores, a manutenção das práticas imateriais, incorporando práticas de salvaguarda relativas à própria paisagem e edificado, e por fim possibilitando o desenvolvimento de produtos (nomeadamente alimentares) que iniciaram o seu processo de comercialização em mercados até então vedados ou não perspectivados para os mesmos.

A avaliação da informação disponibilizada pelo promotor do projecto é contudo mais direccionada, reportando-se quase exclusivamente ao apelo desportivo, utilizando a nomenclatura do projecto de modo literal e aportando as restantes existências culturais e económicas como complemento. No enquadramento disponível no site:

O projecto Manteigas Trilhos Verdes visa a protecção e valorização do território Serra da Estrela e do Concelho de Manteigas através do desenvolvimento de intervenções que consolidem o reconhecimento dos valores naturais existentes. Com a prática de actividades de desporto-natureza, como o pedestrianismo, o BTT, a orientação ou o parapente, pretende-se fomentar a atractividade da região, em respeito, compatibilização e conservação da natureza e da biodiversidade. Aliando a esta componente ambiental, pretende-se dar a conhecer o espaço onde os trilhos estão inseridos e as suas valências.

Este *Estrela Green Tracks* enquadrando-se no espírito do apontado como movimento ideal quanto ao Património Cultural e Natural, é contudo – ainda – superficial/embrionário e focado na lógica e dinâmicas de acondicionamento autárquico. Consegue ainda assim a incorporação de um conjunto substancial de agentes públicos e privados locais que, a haver continuidade, poderá levar a um estabilizar e desenvolver da premissa inicial. Contudo, alguns dos links para entidades associadas ao projecto já se encontram indisponíveis o que demonstra ou falta de manutenção ou falta de investimento adequado no projecto após a execução por via comunitária, que frequentemente é o motor desta tipologia de iniciativa – e uma prática a evitar: a efectivação de um projecto sustentado exclusiva ou maioritariamente a curto/médio prazo por via de fundo estruturais, sem consideração quanto ao desenvolvimento autónomo a partir desse ponto.

Um outro e final alerta quanto ao *Estrela Green Tracks* melhor se referindo quando na sua designação em português: o município de Castelo de Paiva, igualmente utiliza a designação *Trilhos Verdes* acoplados ao BTT, o que patenteia os cuidados a ter de modo a evitar conflitualidade do *branding* em que se investe.

Boa Prática B – Rovaniemi (Finlândia)

A cidade de Rovaniemi, é a capital da região da Lapónia. Parte do seu historial contudo inclui a destruição de 90% do edificado aquando da Segunda Guerra Mundial. É deste ponto em diante que a cidade se pode considerar um exemplo de boas práticas internacionais quanto ao desenvolvimento de base local (maioritariamente rural/deprimido já que a densidade populacional é de 8,12 hab./km²).

Embora seja relevante, como factor de destaque para Rovaniemi que a sua condição de capital regional tenha permitido a instalação de delegações governamentais e possua igualmente duas instituições de ensino superior, é pela sua proximidade com o Polo Norte (com as inerentes condicionantes e vantagens paisagísticas e naturais, como as auroras boreais) e a putativa consideração de “Casa do Pai Natal” que lhe reforçam o reconhecimento internacional e a configuração enquanto destino. A título de exemplo, os números regionais (<http://international.rovaniemi.fi/en>) apontam para uma população residente ligeiramente superior a 60 mil e um número de turistas a rondar os 500 mil. Sendo confirmados pela indicação da entidade gestora do turismo finlandês (<http://www.visitfinland.com/lapland/>), potenciando o que na região se tornou *leitmotiv*:

LAPLAND IN FIGURES

56 789 people

34 567 reindeers

749 fells

1 Santa Claus

O que referencia Rovaniemi como prática relevante, conjugado com uma estratégia de acessibilidade e concentração da informação, por via da entidade política, no seu site, são a capacidade para em cerca de meio século reconstruir a cidade – a envolvente natural não havia sido afectada – tomando como linha orientadora a cultura (seja na vertente lazer, seja na vertente patrimonial). O investimento em estruturas de educação e estruturas e equipamentos museais (que planeados sustentadamente se revelaram factores de atractibilidade e desenvolvimento), em conjunto e por vezes cumulativamente com a construção de edifícios públicos contemporâneos a cargo de arquitectos de renome (Alvar Aalto entre eles e com múltiplas obras), tornaram Rovaniemi uma referência. O seu enquadramento numa planificação regional alargada (Lapónia), sem perda de referentes próprios, configura um bom exemplo de utilização dos vectores integração-diferenciação.

Um outro aspecto de destaque é o enfoque sempre presente na valorização do que possa ser considerado “lapão”, “finlandês” ou “nórdico”/“escandinavo”, matricialmente enformando a cidade e região envolvente numa aura de “autenticidade”. A cidade e a região tornaram-se um *cluster* cultural de excelência.

2 - Sector Cultural e Criativo

A realidade do (leia-se definição e acções que impendem sobre o) Património Cultural, tal como explicitado anteriormente, decorre ora da via legislativa, ora da social. As últimas décadas assistiram no entanto à consideração de uma sector de actividade que poderia contribuir para o redefinir quer da Cultura (mais ampla), quer das actividades e agentes culturais, não apenas como existências/manifestações ou meros curadores territoriais ou de identidades, antes na senda de elementos referenciais que corporizassem as inevitáveis mutações identitárias comunitárias e o modo de as expressar.

Não se estava já na delimitação de uma “Cultura Tradicional Popular” antes na apropriação e acção sobre os constituintes vectores dessa mesma cultura, capitalizando a possibilidade das expressões consideradas contemporâneas obterem um modo igualmente consagrado de valorização e protecção. A 33ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 2005, com a aprovação da *Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (ratificada por Portugal em 2007) propõe e consubstancia essa visão. Mais faz ao incluir, no artigo 4º, dedicado às definições, os seguintes pontos:

4. Cultural activities, goods and services - “Cultural activities, goods and services” refers to those activities, goods and services, which at the time they are considered as a specific attribute, use or purpose, embody or convey cultural expressions, irrespective of the commercial value they may have. Cultural activities may be an end in themselves, or they may contribute to the production of cultural goods and services.

5. Cultural industries - “Cultural industries” refers to industries producing and distributing cultural goods or services as defined in paragraph 4 above.

6. Cultural policies and measures - “Cultural policies and measures” refers to those policies and measures relating to culture, whether at the local, national, regional or international level that are either focused on culture as such or are designed to have a direct effect on cultural expressions of individuals, groups or societies, including on the creation, production, dissemination, distribution of and access to cultural activities, goods and services.

Estas definições, em particular a presente no ponto 5, serão o mobilizador de um entendimento alargado – não sem críticas e propostas alternativas – quanto ao que se tornará o Sector Cultural e Criativo (SCC).

Em 2006, num estudo realizado para a Comissão Europeia, intitulado *The Economy of Culture in Europe* (KEA), afirma-se de modo mais explícito:

- *The “cultural sector” - Non-industrial sectors producing non-reproducible goods and services aimed at being “consumed” on the spot (a concert, an art fair, an exhibition). These are the arts field (visual arts including paintings, sculpture, craft, photography; the arts and antique markets; performing arts including opera, orchestra, theatre, dance, circus; and heritage including museums, heritage sites, archaeological sites, libraries and archives). - Industrial sectors producing cultural products aimed at mass reproduction, mass-dissemination and exports (for example, a book, a film, a sound recording). These are “cultural industries” including film and video, video-games, broadcasting, music, book and press publishing.*
 - *The “creative sector” In the “creative sector”, culture becomes a “creative” input in the production of non-cultural goods. It includes activities such as design (fashion design, interior design, and product design), architecture, and advertising. Creativity is understood in the study as the use of cultural resources as an intermediate consumption in the production process of non-cultural sectors, and thereby as a source of innovation.*
- Consequently the study’s scope of investigation is the “cultural & creative sector”. This approach enables us to measure more accurately the economic and social, direct and indirect impact of culture and creativity.*

Foi este estudo e esta definição base que permitiu nos anos seguintes principiar ao nível da EU a publicação de notas estatísticas e outros documentos em que se mensurava quer o impacto do referido sector, quer os seus limites e potencial, e se avançava para a tentativa de criação de uma estratégia de operacionalização do mesmo.

Há outras propostas de definição quer de um quer de outro sectores, no entanto, integradamente, a citada tem sido um apelo fundacional, em concreto para o desenho de políticas sectoriais a vários

níveis de implantação geográfica. A questão primordial é contudo e tal como para o Património Cultural, a da percepção da existência de agentes criativos enquanto operadores em dinâmicas não culturais ou para fins não directamente culturais. Essa valência, que seria imediata ou menos polémica é efectivamente uma das mais debatidas. Os agentes “criativos” consideram-se agentes “culturais” ainda que o inverso não seja líquido. Uma das razões apresentadas para tal é a fonte do financiamento do sector e no caso português a materialização de Cultura como garantia constitucionalmente, que promoveu nos anos pós-Revolução de 1974 ao incrementar de um sector de actividade em grande medida “protegido” (por contraponto à impossibilidade de agenciamento cultural social não apadrinhado por políticas estatais conservadoras). O indicado mantém-se em grande medida pelo perpetuar da *goodwill* consignada a Associações e entidades similares.

Especificando claramente que Património Cultural não é entendível numa lógica de sector como anteriormente balizado, antes sendo alguns dos seus referentes institucionais e equipamentos no SCC integrados, a inevitabilidade da menção ocorre pela necessidade de programação destinada ao objectivo de desenvolvimento de estratégias e políticas de desenvolvimento, mormente se de base local e nesse campo não podia deixar de ser realizada esta deriva.

No entanto, e integrando as duas valências, recupera-se aqui parte do expresso no estudo *Património e Território – Sumário Executivo* (Bernardes, J. P., Oliveira, L. F., & Moreira, R., 2014)

Do ponto de vista dos Recursos Humanos inseridos no setor do Património, estes caracterizam-se por uma especialização nas áreas técnicas relacionadas com o Património tout court, carecendo o setor de profissionais relativos a outras áreas, como as da gestão e da comunicação, o que origina um uso multifacetado dos recursos mais qualificados, uma vez que estes, quer por posição, quer por conhecimento prático, têm que colmatar as funções técnicas em falta. Numa dimensão de médio e longo prazo, o setor do Património poderá debater-se com um fenómeno de esvaziamento do conhecimento específico sobre cada bem patrimonial, fruto do congelamento das contratações na função pública, facto que torna mais difícil a transferência de conhecimento tácito. Ao nível privado, e excluindo casos singulares, a dimensão económica da exploração de um bem patrimonial não permite constituir uma equipa equilibrada de recursos humanos contendo todas as áreas necessárias à sua rentabilização a médio prazo, pelo que a escolha de contratação entre recursos com conhecimentos patrimoniais específicos e recursos com

conhecimentos de gestão e comunicação coloca em risco o médio prazo desse empreendimento, aumentando, assim, a percepção generalizada que o Património não pode ter uma exploração privada e que os privados não têm interesse em o fazer.

Esta preocupação, claramente formulada, pode transitar para outras áreas do SCC. Contudo, se o apelo for o da aplicação do que se reproduz:

(...) o que é verdadeiramente importante nesta investigação não é isolar o contributo do setor cultural e criativo para o esforço de internacionalizar, mas reconhecer que a articulação entre a cultura e a criatividade constitui um dos principais fatores críticos de sucesso na internacionalização de todas as restantes atividades e setores económicos do país. A inovação e a diferenciação são decisivas para promover a competitividade não-custo, a competitividade valor, e elas dependem da combinação entre a mobilização do conhecimento, a valorização da cultura e o fomento da criatividade, seja ao nível do capital humano, seja ao nível da organização das empresas. A economia, toda ela, será cultural e criativa no futuro das sociedades progressivas. (Augusto Mateus & Associados, 2014, p.11)

Desse modo e seguindo a partir deste ponto o estudo de Augusto Mateus & Associados, bem como as mais recentes referências internacionais (particularmente ao nível das instâncias Europeias), um dos primeiros itens de consideração do problema e de possibilidade de integração da criatividade de modo pleno, na economia, passa pela articulação entre o tecido empresarial pré-existente e este *input* que possa ser pelo SCC dado. Portugal tem-se destacado nessa vertente, apresentando vários casos de sucesso, considerados internacionalmente como referências (desde a Renova, à Fly London), inclusive pela capacidade que ao país foi reconhecida de recuperar antigas marcas, renovando ou recriando, o seu grafismo e traços de comunicação (os sectores conserveiros, as marcas de chocolate da Imperial, as várias empresas de fabrico e distribuição de bolachas, a Viarco, ou a Bordalo Pinheiro são disso exemplo). Mas, quando não existe um produto ou linha de produtos, a grande dificuldade – igualmente registada – passa pela ausência de capacidade ao nível da distribuição quer interna quer externa.

Em Lisboa (que recentemente foi considerada pela *Forbes* um dos *hubs* empreendedores da Europa) uma das razões para a sua resiliência e inovação surge da existência de parceiros e investidores que podendo operar em segmentos nos quais os agentes não conseguem operar

autónomamente, proporcionam não apenas o capital necessário como e sobretudo, os contactos imprescindíveis para o desenvolvimento de uma ideia.

Apesar do que se possa referir para a região Centro de Portugal, em Viseu e geografias anexas, o papel dos agentes não criativos é frequentemente letárgico e incapaz de congregar o conjunto de circunstâncias que em Lisboa se verificou. Excepto quando o agente é de tal modo reconhecido (o agente, individual ou institucional) que capacita essa transferência relacional. Casos de “empreendedorismo” locais, como os da Só Sabão ou da Chocolateria Delícia, são apesar de tudo menos frequentes, devendo-se mais à acção dos próprios responsáveis que das entidades que poderiam e deveriam criar as necessárias condições de início e desenvolvimento do projecto: não é por serem responsáveis pela atribuição de verbas que se tornam instituições de referência ou importância, sendo que sem os méritos do próprio projecto e sem a acção dos promotores, não haveria iniciativa. Mas do anterior o que se pretende afirmar é que às instituições e agentes privados empresariais se deseja e reconhece um fundamental papel no desenvolvimento local.

Uma última referência passa pela inevitável menção aos dados: a sua ausência é constante. Todos os estudos ou relatórios de âmbito nacional e europeu que abordam a cultura e a criatividade, apontam sistematicamente e desde o programa *Cultura 2000* a ausência de dados que permitam uma consciente, informada e válida tomada de decisões.

Uma outra dificuldade com que o putativo sector se confronta é a falta de disponibilidade de serviços complementares mas fundamentais ao exercício rigoroso da actividade cultural e criativa (desde a ausência de empresas de contabilidade direccionadas para o sector – e com reticências assumidas quanto a aceitar clientes do mesmo – à incapacidade geral de empresas de consultoria abordarem projectos ou programas de raiz comunitária e endereçarem ou acompanharem candidaturas nesses segmentos – como no caso do programa Europa Criativa). De tal circunstância resulta que ou os agentes autonomamente se mobilizam e capacitam para a resolução das várias questões e obstáculos (como as estruturas de maior dimensão e recursos que integram profissionais e departamentos, mesmo que unipessoais, dedicados) ou não são capazes de competitivamente se posicionarem no contexto nacional e europeu.

Boa Prática C – Design for Europe (2014)

O programa *Design for Europe* (<http://designforeurope.eu/>) lançado em 2014, na sequência da iniciativa da Comissão Europeia denominada *Action Plan for Design-Driven Innovation* (2013), procura fundamentalmente aplicar as noções, princípios e práticas do Design como factor não apenas de diferenciação mas também como de valorização imediata e atractibilidade do objecto que seja abordado e “trabalhado” pelo Design. O site do programa, apresentando um conjunto sistemático de boas práticas e *case studies* é ainda um programa em construção (com duração prevista de três anos), no entanto, o corpo de trabalho presente é já significativo.

De acordo com a apresentação do próprio programa:

We’re building a web platform and programme of events to share the knowledge and skills to innovate in business, the public sector and policymaking. As part of this we’re creating:

- *Case studies that demonstrate the impact of good design*
- *Learning materials and tools to help organisations use design more effectively*
- *A programme of events and workshops across Europe*
- *A collection of expert advice on how to implement design-led innovation*

A noção do design como instrumento de apelo estético ou que nesse apelo se funde e encerre não é já determinante ou sequer válida pelo que, ao promover dinâmicas de inovação que capacitem os agentes e as várias áreas do saber em acções concertadas, os esforços directos e indirectos da Comissão Europeia neste campo da inovação – promovendo a integração de base ou mercado empresarial – é um processo a acompanhar.

Boa Prática D – British Street Food e os British Street Food Awards (Reino Unido, 2009/2010)

A “cena” culinária mundial é vibrante e a *Street Food* em particular tem assumido laivos de quase insanidade com propostas dispares e múltiplas um pouco por todo o mundo – Portugal igualmente

integra o fenómeno com o trabalho desenvolvido pela Associação Portuguesa de Turismo de Culinária e Economia (APTECE) que tem procurado sempre um público internacional (veja-se o caso da *World Food Tourism Summit*, ou o *European Street Food Festival*).

Os níveis de popularidade, compreendem-se pelo objecto focado (a gastronomia é um dos maiores apelos e fontes de gasto por visitante) como igualmente pela disponibilização da oferta nos vários destinos e através da televisão com programação específica e não já subordinada exclusivamente à figura do chef e da refeição de “faca e garfo” – embora tendencialmente a tal se oriente, mesmo no caso dos negócios de *Street Food*.

A promoção da *Street Food* e sua apetência socio-cultural, em conjugação com o seu papel económico foram no Reino Unido tratadas com um enfoque muito particular e explicitamente orientado para o mercado. Em 2015, há já 6 anos que se atribuem os *British Street Food Awards* e se realiza há 7 o *Street Food Festival*. A organização British Street Food (<http://britishstreetfood.co.uk/>) é uma das mais influentes quer no Reino Unido, quer a nível mundial na sua área específica de actuação e promovendo inovações gastronómicas, promove igualmente novos negócios – segundo a mesma organização, o sector da *Street Food*, apresenta um crescimento de volume de negócios de 20% ao ano e proveitos de 600 milhões de libras anuais.

O elemento diferenciador desta organização é a procura incremental de novas parcerias, plataformas e meios de divulgação dos que com ela interagem e nas suas actividades participam, actualmente possibilitando apresentações por todo o Reino Unido, ao longo do ano.

Proposta 1 – Conhecer os agentes para conhecer o SCC

Incorporando referências que serão transversais quer à análise directa de Património Cultural quer ao SCC por inteiro, o conhecimento não apenas das actividades/manifestações, equipamentos e utilizadores/visitantes/participantes dos mesmos, mas igualmente e porventura fundamentalmente dos agentes (activos) do sector apresenta-se como um dos maiores desafios que é necessário debater. Nesse sentido e recorrendo ao que por exemplo é já consignado num conjunto substancial de países e autarquias nacionais (Sintra por exemplo), o recenseamento de agente culturais e criativos pode operar como um primeiro passo para a correta definição e eventual “credenciação” dos operadores. Do conhecimento empírico da realidade no território da ADDLAP, a grande maioria dos agentes são ou informais ou registados para efeitos fiscais como

“Outros Prestadores de Serviços” ou pertencem ao domínio Associativo, sem clara definição dos âmbitos e relevância de actuação.

Acresce que, existindo cada vez mais Orçamentos Participativos ou outras instâncias de financiamento concorrencial aos níveis autárquico ou Inter-Municipal, apenas a adequada consideração e conhecimento de cada agente, seu percurso e resultados das anteriores acções, poderão efectivar a construção de um sector – a nível local – que se não enrede na opacidade decisória.

Eventualmente criando condicionantes para os agentes recenseados há “x” período de tempo para que possam aceder a condições definidas previamente (os não inscritos ou recém-inscritos por exemplo apenas poderiam aceder à plataforma e operar em conjunto com agentes recenseados ou beneficiar de auxílios técnicos e logísticos, sendo os recenseados há tempo suficiente para satisfazer as condições prévias passíveis de beneficiar de/candidatar-se a condições financeiras, o que tenderia para a profissionalização ao menos das acções, se não dos próprios agentes). Este recenseamento deveria incluir instituições formais e informais de índole museal ou similar (galerias, etc.) que procurassem ou efectivamente desenvolvessem algum tipo de operação no domínio do SCC para que, ao abrigo da incumbência de apresentação de resultados, mais claramente se mapeasse o sector e sua influência na região. Por outro lado evitaria a proliferação de agentes informais ou instituições-veículo, que adicionam ainda mais opacidade ao entendimento do referido sector. Se essas instituições fossem incluídas num tal recenseamento as lacunas na sua actividade regular (ou mesmo quanto à existência legal) poderiam melhor ser supridas já que a informalidade que se referiu supra por vezes decorre da ausência de conhecimento de algumas das obrigatoriedades legais que sobre as instituições – e agentes – impendem (para lá de impedir concorrência desleal entre agentes formais – com suas obrigações legais e fiscais – e agentes informais, a um primeiro nível; e desvirtuação do acesso de todos os agentes ao mercado e fundos estruturais, por via da menor dimensão de uns relativamente a outros, num segundo nível).

Por fim, um recenseamento cuidado e regularmente actualizado poderia servir de base para estratégias e políticas dirigidas ao SCC em concreto, bem como permitir a dinamização (através da promoção) da região como *hub* do SCC nacional, com seu ou seus *clusters*.

No entanto, a proposta que aqui se expõe não deve ser entendida de modo fechado e formalista. A título de exemplo podemos apresentar a “Base de Dados” desenvolvida pela Fundação Eugénio de Almeida (Évora) - <http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/qts/banco-de-dados/316.htm> - que

inscrevendo apenas as entidades sem fins lucrativos e apesar de pressupondo espaço para o desenvolvimento ou apresentação de actividades de cada uma das entidades listadas, na prática indica apenas contactos. Por outro lado e introduzindo algo a que se fará menção infra, a exclusão de entidades que possam não ser juridicamente entendidas como sem fins lucrativos e ainda assim operem no sector – porventura até com maior pertinência e melhores resultados – redundaria na subversão do conceito de recenseamento e de criação de um ou vários *clusters* que potenciem o desenvolvimento auto-sustentável (ou lucrativo), seu e da região em que se inserem.

2.1 - Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Este tópico é inserido por via da consideração generalizada quanto à necessidade de proceder à integração de novos factores (introdução de soluções tecnológicas, diferenciação de produtos, optimização da vertente produtiva, aproveitamento de recursos endógenos ou sub-produtos de outras indústrias, etc.) no domínio da produção. Desde o nível internacional, ao nacional, passando pelas análises supra-municipais ainda que de base local, como por exemplo a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões (CIMVDL), nos seus planos estratégicos e documentos afins, consagram grande importância à I&D, sendo frequente a sua indicação como linha de acção prioritária ou objectivo cimeiro.

Contudo, o paradigma actual é o dos centros de I&D aplicarem os seus recursos ou operarem vocacionados para o mercado ou em conjugação com o tecido empresarial, subordinando os primeiros a esta componente de aplicação, apesar de ser crítica comum a incapacidade de agenciamento de uma plataforma que congregue a totalidade das vontades. Assiste-se por essa via ao desenvolvimento de projectos ou mais alargadamente programas de investigação que pelos seus investigadores se podem posteriormente adequar (ou não) aos interesses empresariais, gerando um hiato de vontade e capacitação que nem sempre é ultrapassado. Isto focalizando a análise em unidades de I&D creditadas, não nas referências obtidas através dos inquéritos ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, que incluindo auto-definições por parte de empresas, empolam e distorcem ainda mais os dados disponíveis e sua leitura.

Não se defende aqui que o “mercado” deva orientar as investigações, ainda assim, há linhas de investigação que são meros referentes para a acção dos centros de I&D, dificilmente podendo tornar-se enquadráveis nas estratégias definidas pelas instituições de gestão territorial ou vindo a aproveitar ao dito tecido empresarial.

Uma outra situação prende-se com o financiamento dos centros de I&D: quase exclusivamente público, decorrendo da acção e programas fundacionais (em Portugal a Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT) de índole nacional, sendo quase impossível encontrar referências a financiamentos supra-nacionais ou estruturas partilhadas com instituições congéneres europeias, que não as necessárias para as candidaturas a financiamento – e por aí apenas sendo parcerias nominais.

Viseu apresenta uma unidade de I&D, o *Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde* (CI&DETS), do Instituto Politécnico de Viseu que, apresentando alguns resultados significativos

quanto a investigadores, globalmente foi pontuado com “Poor” (a classificação mais baixa) na primeira fase da mais recente avaliação da FCT (27-06-2014). Um dos imediatos resultados é a da implementação de estratégias de I&D maioritariamente através de unidades de investigação não nativas à região – ainda que muitos dos investigadores com relação ou a operar na região não pertençam ao CI&DETS – os recursos empregues ou desejados não sejam empregues em proximidade.

Repercutindo o indicado no documento *Viseu Dão Lafões 2020 – Estratégia*, desenvolvido pela JPQ Consultores (2014, p.7):

- *O papel de destaque na base económica de um grupo de empresas e grupos empresariais que se perfilam como grandes empregadores, que absorvem as maiores qualificações da região, de nível técnico e superior. Este grupo de empresas tende a recorrer a apoios à inovação e a procurar tecnologia fora da região ou no seio do grupo empresarial multinacional. Algumas destas empresas, nomeadamente do setor automóvel, são globalmente competitivas ao nível dos processos de fabrico, mas possuem limitadas competências de I&D ou design, estando dependentes de centros decisão no exterior (e.g. França, Alemanha, Reino Unido), o que não deixa de constituir uma potencial vulnerabilidade para a sub-região;*
- *As instituições de ensino superior de Viseu Dão Lafões (e.g. IPV) têm vindo a reforçar a sua interação com algumas empresas locais, no sentido de pequenas prestações de serviços nas áreas da formação, aconselhamento técnico e testes laboratoriais. Trata-se de um fenómeno ainda emergente, que não permite suprir cabalmente as necessidades de tecnologia mais avançadas da base económica, mas que se apresenta como âncora de melhoria da qualificação das estratégias empresariais locais e da sua capacidade de absorção de novo conhecimento;*

O citado exclui da menção quer as restantes instituições de ensino superior da região, quer as múltiplas colaborações ou participações objectivas e auto-motivadas, por parte de instituições de ensino superior sediadas noutras cidades e regiões do país. Ainda assim e concordando-se com a análise realizada, o foco surge uma vez mais apenas de base industrial “convencional”.

Ainda assim e de acordo com o mesmo estudo, a importância atribuída à “I&D + I (Inovação) e Empreendedorismo”, considerado globalmente como Domínio Estratégico é reconhecimento da importância de cada um dos elementos que o compõem. Repete-se no entanto que a expectativa é a da adequação da capacidade das unidades de I&D ao meio envolvente empresarial e industrial, esquecendo aparentemente que essa efectiva lacuna de aproximação seria melhor suprida na senda de uma indicação de problemáticas a resolver: desafios que potenciassem a interligação entre uma necessidade sentida pelas empresas e putativamente colocadas à consideração dos investigadores de modo a apresentarem as suas soluções – investigar para aplicar – o que a médio prazo poderia abrir espaço para um aplicar do investigado (as empresas, até pela sua caracterização são menos propensas a solicitar um auxílio com estas características quando por si não conhecem os referentes de acção (o mesmo pode ser indicado para os investigadores que não possuem grosso modo o conhecimento quanto ao que as empresas desejam e os meios para solicitar os necessários recursos para o desenvolvimento das suas investigações, fora do âmbito das candidaturas pré-definidas).

O referido é por exemplo notório com a multiplicação de concursos de ideias ou formatos similares, que se organizam tematicamente e providenciam já um meio-termo entre as necessidades empresariais e a investigação (ou mais correctamente a inovação e empreendedorismo, até pelo perfil dos concursos e dos seus destinatários) autónoma.

Como nota referencial é reportado pelo INE, para a sub-região Viseu Dão-Lafões um investimento de 0,48% do PIB em I&D, para uma percentagem nacional de 1,41% do PIB, o que é esclarecedor quanto ao que ode e deve ser empreendido neste ponto.

Proposta 2 – Criação de um Observatório de I&D (Sub-)Regional

De acordo com a FCT há quatro tipologias de unidades de investigação: Ciências da Vida e da Saúde (CVS), Ciências Exactas e da Engenharia (CEE), Ciências Naturais e do Ambiente (CNA), e Ciências Sociais e Humanidades (CSH). Cada uma delas devendo focar a sua missão e objectivos nos domínios directos que lhe estão afectos.

Não considerando o tecido empresarial a validade global das várias tipologias e áreas de actuação – ao menos aparentemente – torna-se necessário que para uma correcta percepção e posterior utilização dos recursos que possam ser consignados aos domínios da I&D, haja em primeiro lugar a

clara materialização do que é I&D e de como pode contribuir para os interesses dos restantes agentes.

Assim, a criação de um Observatório de financiamento público-privado (sempre que possível, de incidência maioritariamente local) criado e mantido com uma expectativa de longo prazo e que englobe quatro unidades de I&D (cada na sua tipologia), partindo do pressuposto de investigação aplicada (como referido anteriormente quanto à motivação da investigação) é essencial para a operacionalização dos desígnios que são reiteradamente veiculados quanto ao papel das instituições de ensino superior e seus integrantes. Até pelo que se afirmou quanto ao desconhecimento dos agentes empresariais no que concerne ao processo de investigação e ao próprio SCC, as especificidades de cada contributo de investigação e cumulativamente pela transversalidade inerente a este grande campo de acção que o SCC pode integrar, apenas numa plataforma de diálogo comum, podem interagir com a globalidade dos restantes sectores económicos e sociais.

Não se trataria de agir com a expectativa de corresponder no imediato aos indicadores de avaliação, resultados ou perspectivas da FCT antes de poder estabelecer a sua própria conduta até 2020, actuando em ligação estreita com o mercado e com os agentes institucionais, sem desprezar os critérios inerentes às dinâmicas da investigação científica (obedecendo ao disposto no *Regime Jurídico de Instituições de Investigação Científica*, Decreto-Lei Nº 125/99).

.As empresas raramente sabem investigar; os investigadores raramente sabem “vender”. A proposta que se apresenta deverá configurar um verdadeiro “espaço” de intermediação de interesses regionais – no âmbito de partilha de competências e vocação de aplicabilidade local dos resultados das investigações, cientificamente validadas, bem como atractibilidade de agentes externos à geografia para que nela se radiquem.

2.2 - Empreendedorismo Social

Um outro polo de inovação e empreendedorismo que frequentemente pode ser também aportado ao que se entende por SCC advém do cada vez mais mobilizado termo do Empreendedorismo Social. Não sendo este o espaço para desenvolver os procedimentos que lhe são inerentes, é contudo um outro polo de transversalidade que é necessário incorporar.

Em Portugal é uma experiência relativamente recente, que apenas no virar para a presente década iniciou a sua caracterização em termos objectivos, ainda que sempre marcadamente orientado para as Instituições de Solidariedade Social (o que não abarca a totalidade do âmbito). Em Viseu, para lá das que seriam referenciadas como Instituições “tradicionais” de empreendedorismo social (como a Associação Portuguesa e Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu ou a Associação de Paralisia Cerebral de Viseu) o Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (MIES) considera igualmente, por exemplo, o Teatro Viriato e o Núcleo Museológico Casa de Lavoura e Oficina do Linho, entre outros agentes institucionais e projectos passíveis de consideração cultural ou desportiva, de acordo com o levantamento, que operou na sua primeira fase (em concreto no biénio 2013/14).

Para a delimitação do conceito de empreendedorismo social, uma das mais alargadas referências é o conjunto de definições apresentada por Félix, S.; Alves, L.; & Sirghi, V. (2012, p. 14-15, citando o basilar estudo de Melo Neto, F.; Fróes, C., 2002), porventura pela divulgação conseguida mas ainda assim capaz de corresponder ao necessário elemento de partida:

3. Conceito do Empreendedorismo Social

- School for Social Entrepreneurship (Reino Unido) – “É alguém que trabalha de uma forma empreendedora, para um benefício público ou social, em vez de ter por objetivo a maximização do lucro. Os empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, organizações públicas ou privadas, em voluntários ou no setor comunitário. Os empreendedores sociais nunca dizem “não pode ser feito”.

- Canadian Center for Social Entrepreneurship (Canadá) - “Um empreendedor social é inovador, e possui características dos empresários tradicionais como a visão, a criatividade e a determinação, as quais aplicam e focam na inovação social. São líderes que trabalham em todos os tipos de organizações.”

- Schwab Foundation for Social Entrepreneurship (Suíça) - “Os empreendedores sociais são agentes de mudança da sociedade mediante: i) a criação de ideias conducentes à resolução de problemas sociais, pela combinação de práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; ii) o estabelecimento de parcerias e meios de autossustentabilidade dos projetos; iii) a transformação das comunidades através de associações estratégicas; iv) a

utilização de abordagens baseadas no mercado para resolução dos problemas sociais; v) a identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social.”

- Institute for Social Entrepreneurs (EUA) - “Empreendedores sociais são executivos do setor de negócios sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista a sua missão social, e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e que estejam disponíveis para as pessoas, tornando-as menos dependentes do governo e da caridade.”

- ASHOKA (EUA) - “Os empreendedores sociais são pessoas visionárias, criativas, pragmáticos e com capacidade para promover mudanças sociais significativas e sistêmicas. São indivíduos que apontam tendências e apresentam soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais.”

- Erwing Marion Kauffman Foundation (EUA) - “Os empreendimentos sem fins lucrativos são o reconhecimento da oportunidade de cumprir uma missão para criar, de forma sustentada, valor social, sem se apoiar exclusivamente nos recursos.”

A linha que separa o conceito de empreendedor privado do conceito de empreendedor social é ténue. O empreendedor privado apresenta uma atitude com foco no mercado, no desenvolvimento das organizações e na maximização do lucro, que quando aliada á sua capacidade de inovar pode assegurar o sucesso do empreendimento. A esta forma de empreendedorismo atribui-se uma natureza individual. Já o empreendedor social é coletivo e o seu desempenho é medido pelo impacto social das suas ações. Neste caso ocorre o envolvimento da comunidade onde se insere através da sua participação, integração e desenvolvimento, com o intuito de solucionar carências sociais (Melo Neto, 2002).

Uma das grandes problemáticas e por vezes até falácias destes conceitos (quer ao nível do cultural estrito quer no actual tópico) radica na finalidade não lucrativa das entidades. Sendo uma vertente quase contabilística, a existência ou não de lucro numa instituição/organização, inicia-se já, de forma premente, a defesa do conceito de lucro para os agentes do sector cultural – veja-se o caso

dos museus, como defendido por Desvallées e Mairesse (2013, p. 65) quanto à definição científica de museu, portanto distante da definição institucional do mesmo – até pelo aspecto que tal encerra na possibilidade de profissionalização assumida do SCC integralmente e a publicitação dos actos e resultados de modo mais efectivo e escrutinável. Agir “social” não deveria ser entendido como um agir obrigatoriamente sem finalidades financeiras explícitas e de maximização dos resultados, podendo não o ser todavia. Na vertente cultural tal é uma discussão acesa e cada vez mais frequente. Paradoxalmente os mais reputados agentes culturais da região da ADDLAP (bem como da generalidade das regiões que se analisem) são profissionais ou profissionalizados e as suas acções só se desenvolvem com a obtenção de financiamento acrescido, independentemente de as verbas necessárias para as despesas correntes, ligadas à estrutura cultural, quando existente, estarem já garantidas e à priori.

De todo em todo, este (o Empreendedorismo Social) é igualmente um caminho de aplicação dos vários conceitos e modelos que se encerram no SCC e a sua incorporação em futuros planeamentos deve ser tida em conta.

Boa Prática E – MIES - Mapa da Inovação e Empreendedorismo Social (2010)

Já referido anteriormente, o MIES é um projecto que se descreve do seguinte modo (na sua página: <http://www.mies.pt/index.php/pt/>):

O MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, é um projeto de investigação, que tem como objetivo mapear iniciativas de elevado potencial de empreendedorismo social no Norte, Alentejo e Centro do País utilizando como base a metodologia ES+. (...) O foco desta metodologia está na análise de competitividade dos modelos de negócio inovadores identificados, e na divulgação e disseminação, nacional e internacional, de casos de sucesso e boas práticas nacionais. Nesse domínio, o presente projeto dá particular atenção à comunicação e partilha do conhecimento gerado, através de um mapa interativo com os projetos escolhidos, da produção de vídeos, da edição de um livro e da organização de eventos nacionais e internacionais.

Este projeto visa contribuir para o crescimento e competitividade de um novo mercado de inovação e empreendedorismo social nacional, promovendo

Portugal como país pioneiro na União Europeia no reconhecimento, estudo, divulgação e disseminação de modelos de negócio inovadores, sustentáveis, replicáveis e de forte impacto social, económico e ambiental

O referido mapa interactivo, disponível em <http://map.mies.pt/pt-pt> (ainda que com algumas falhas, possivelmente decorrentes da fase inicial em que se encontra), apresenta um vasto conjunto de projectos e entidades. A sistematização dos agentes, reforçando as palavras que ao longo do presente estudo têm sido propostas, é um passo fundamental para a criação de uma noção de sector e em particular para a consideração dos agentes e dos próprios sectores como transversais ao seu espectro directo de actuação.

Ao nível dos materiais disponibilizados pelo projecto, o *Manual de Utilização da Ferramenta de Competitividade para Inovações Sociais* (Santos, F.; Azevedo, C., 2015) apresenta-se igualmente como uma possível referência para futuras abordagens, mesmo se alargadas ao SCC.

3 - Indicadores Culturais e Desenvolvimento Sustentável

Monitoring cultural indicators will reveal information that will probably influence certain changes in data collection processes, in analysis and eventually decision making process. Therefore following support should be secured before starting monitoring process: access to reliable data, expertise in independent analysis, ability and willingness to regularly publish the results and power to implement suggested changes.

The same way like culture related data/statistics are spread within different 'sectors' and are not comprehensively collected and presented as cultural statistics, not all cultural indicators are recognized and acknowledged as 'cultural'. Also, in some countries data from private sector in culture is not collected at all and cultural indicators that measure this sphere of cultural development are missing. (Kuka, J., 2012, p. 3)

Apropriando-nos das palavras citadas, o caso português é um reflexo quase exacto. Daí derivam – afirma-se – parte substancial das problemáticas com a potencial configuração do SCC e da “cultura” na sua globalidade.

As questões associadas à monitorização de indicadores, seja qual for o sector de actividade e a sequente avaliação de modo a implementar ou adaptar medidas, não sendo um tópico unânime, apresenta-se contudo como relevante no tratamento e substancial na adequação de uma política e de uma estratégia consolidadas. No SCC – em particular no directamente cultural – por maioria de razões, já que o financiamento do sector é globalmente considerado insuficiente ou incipiente, descaracterizando o potencial e o apelo – para os restantes sectores de actividade – quer dos agentes, quer dos programas e acções que consubstanciam o SCC. Em última instância “minando” a possibilidade da efectiva autonomização do SCC enquanto sector económico ou de validade económica no que ao desenvolvimento (local) diz respeito. Acresce a indisponibilidade de alguns agentes para essa caracterização funcional da sua actividade.

A UNESCO, procurou contribuir para uma abordagem global da questão com o “CDIS – Culture for Development Indicators”, desenvolvido entre 2011 e 2014 (na decorrência da Convenção de 2005) e auto-assumido como o mais inovador método de recolha e análise de dados culturais (talvez antes, da cultura), tal qual se pode inferir da imagem seguinte que compreende os 22 indicadores

nele constantes. Iniciou em 2015 a sua aplicação alargada e os resultados provisórios devem ser lidos com essa ressalva, no entanto, o período de maturação e as entidades envolvidas, permitem um já elevado patamar de apreciação.

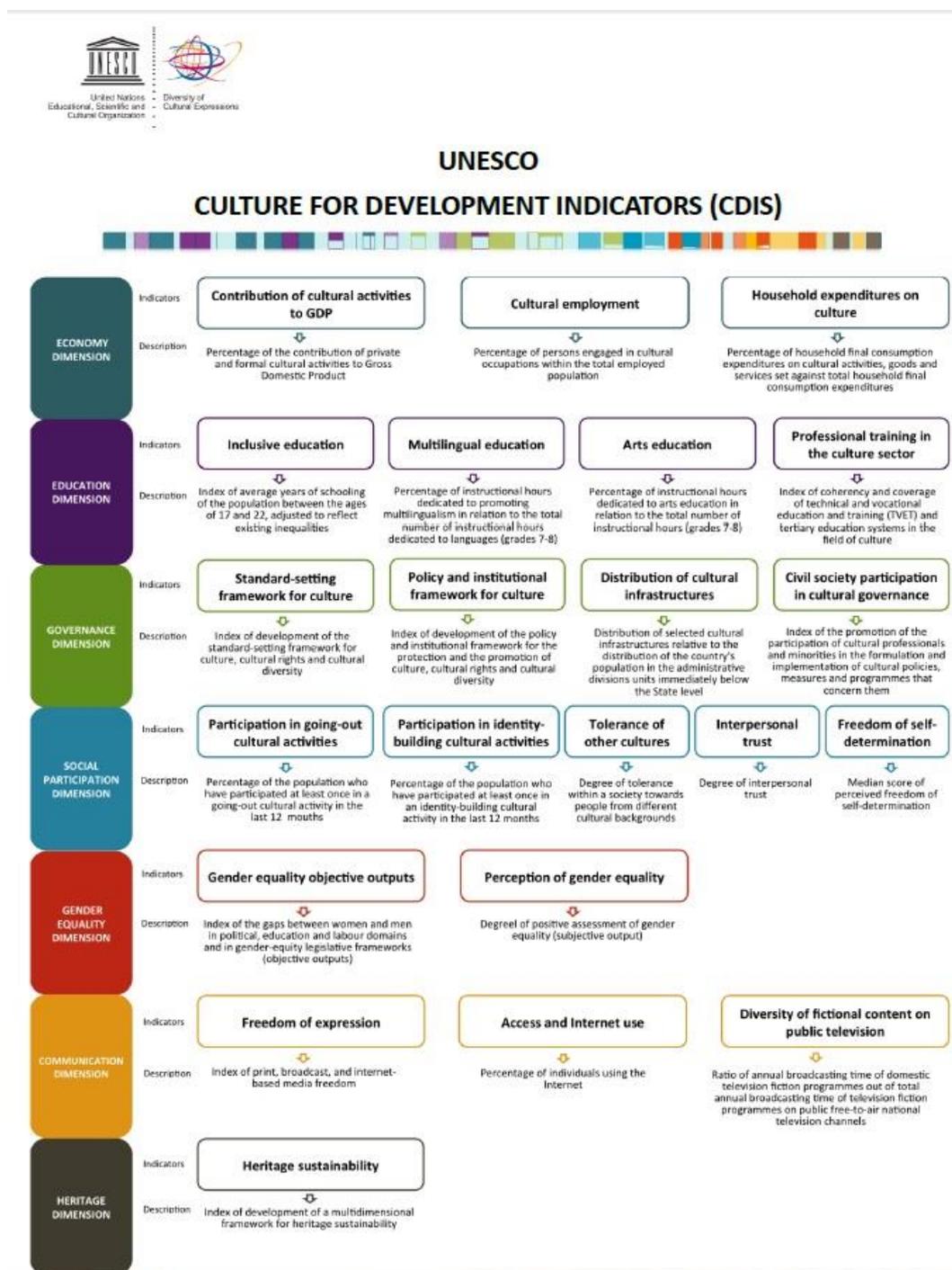


Imagem 1 – Os 22 indicadores CDIS

(<http://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/22%20UNESCO%20Culture%20For%20Development%20Indicators.pdf>)

Para o que ao Turismo é referido, a prática de implementação de indicadores assume-se igualmente necessária e apesar das dúvidas que um tratamento estatístico linear sempre levanta, se se considerar que há na interpretação dos dados recolhidos uma área de discricionariedade que é reconhecida pelos envolvidos e pelos públicos que à informação têm acesso, o primeiro patamar estará ultrapassado. Ainda assim, a recolha de dados por si só, se plena e metodologicamente realizada, permitirá que as análises posteriores possuam uma base comum de que partir, isso por si, não poderá ser negativo.

Alinhando a utilização de indicadores com a já prescrita orientação quanto a políticas de desenvolvimento e estas últimas com uma programação de enfoque turístico:

Sustainable development acquired widespread recognition after the World Commission on Environment and Development published the Brundtland report in 1987. This report recognizes and defines sustainable development as “development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (WCED, 1987). Further, the report underlines two associated key concepts: the concept of “needs”, in particular the essential needs of the world’s poor, to which overriding priority should be given; and the idea of “limitations” imposed by the state of technology and social organization on the environment’s ability to meet present and future needs (WCED, 1987). (...)

(...) Sustainable tourism implies to make optimal use of environmental resources that constitute a key element in tourism development, maintaining essential ecological processes and helping to conserve natural heritage and biodiversity. Also, it means respecting the socio-cultural authenticity of host communities, conserve their built and living cultural heritage and traditional values, and contribute to inter-cultural understanding and tolerance. Finally, it has to ensure viable, long-term economic operations, providing socio-economic benefits to all stakeholders that are fairly distributed, including stable employment and income-earning opportunities and social services to host communities, and contributing to poverty alleviation (WTO, 2014). (Tanguay, G. A., Rajaonson, J., Therrien, M.-C, 2011, p. 2-3)

Ou seja, de modo a cumprir a sua própria definição de sustentabilidade (poderemos Hoje talvez não reconhecer tanta valia na designação “pobres/pobreza” e procurar um mais amplo campo de

sujeitos beneficiários), quer o Turismo enquanto sector de actividade, quer a noção de desenvolvimento, devem, por extensão, ser capazes de recolher, sistematizar e disponibilizar, os dados que lhes sejam referentes. A integração das existências culturais e a consideração do “domínio” cultural, assume-se por via dessa formulação, imperativo. Em particular no que à consolidação das existências culturais na sua relação com a geração de factores económicos. Paradoxalmente não são as referências culturais a matriz da consideração, antes uma subsidiariedade que na Europa e na UE se exibem como “recurso” ...

De qualquer forma, e independentemente da grelha de indicadores que se optar por implementar, a noção de que há uma necessidade de integrar as avaliações culturais num mais amplo campo de análise, decorre como imediata.

Boa Prática F – Québec e o Desenvolvimento Sustentável (Canadá, 2006)

Em 2006, o Governo do Québec aprovou, na sequência de um percurso que envidava já a necessidade de uma consubstanciação legal, o *Sustainable Development Act*, estruturado num conjunto de 16 princípios estruturantes, de modo a que, a consideração de desenvolvimento sustentável se tornasse a força motriz das políticas regionais.

A política turística foi claramente uma das preocupações cimeiras, e embora o conceito fosse já abordado na estratégia *Vers un Tourism Durable – Politique Touristique du Québec* (Ministère du Tourisme du Québec, 2005), é no documento de implementação de medidas (2007) que a consideração da operacionalidade de um plano detalhado embora praticável se torna presente. Tal resultou igualmente na atracção de investigadores e agentes não apenas para a configuração e realização das medidas, como e particularmente para a implementação de abordagens credíveis de avaliação das medidas.

Uma dessas contribuições, por via do CYRANO – *Centre interuniversitaire de recherche en analyse des organisations* – surge no modelo que se reproduz infra e aplicado aqui à região turística de Gaspésie–Îles-de-la-Madeleine (GÎM), considerando o espectro de recolha e análise de dados, subordinado a 5 princípios e 20 indicadores, transponíveis para outras regiões turísticas do Québec (que é composto por 22), em particular quando em cada região há sub-regiões (como no caso da ADDLAP, e na sua integração supra e infra compositiva):

Table 7 Correspondence between the indicators and the guiding principles of the policy framework for sustainable tourism of Gaspésie-Îles-de-la-Madeleine

Guiding principles	n°	Indicators
Safeguard and development of the Gaspesian culture	1	Number of visits to museums and art galleries
	2	Cultural spending of the public administration
Preservation and development of the Gaspesian landscape heritage	3	Area of natural protected spaces
	4	Number of visits to national parks located in the region
Promotion of eco-responsibility	5	Number of eco-labelled events
	6	Number of businesses that acquired the "Qualité Tourisme Gaspésie" label
	7	Number of municipalities treating wasted water
	8	Public transportation clientele
	9	Volume of waste recycled
Participating governance and endogenous development	10	Number of municipalities with that have a sustainable tourism committee
	11	GDP at domestic price of cultural industries, art, entertainment and recreational industries and accommodation and food services industries
Sustainability of tourism activities	12	Level of satisfaction of tourists
	13	Volume of tourists
	14	Number (percentage) of accessible public beaches
	15	Spending of tourists
	16	Length of new roads added to the existing road network
	17	Number of jobs in the tourism sector
	18	Average rate of occupancy of accommodations
	19	CRÉGÎM funds for environmental issues
	20	Capital spending by accommodations and restaurants

Imagem 2 - Tanguay, G. A., Rajaonson, J., Therrien, M.-C. (2011, p.16).

Havendo o estabelecimento de discriminação de dados (e sua disponibilização) quanto a cada uma das fontes (cada museu, galeria, etc.) a aplicação do modelo, que considera em si mesmo patentear indicadores que devem ser revistos numa base regular de modo a poderem servir os interesses das

populações e dos decisores, é válida e tem sido aplicada com maiores ou menores nuances à totalidade da estratégia turística do Québec.

3.1 - Equipamentos

Uma das principais dificuldades na análise do Património Cultural, sobretudo se no espectro de uma vocação ou valência de desenvolvimento, assume-se pela ausência quase sistémica de parâmetros/indicadores de avaliação do impacto quer das existências em si e valências às mesmas associadas, quer das acções, consideradas vulgarmente “de animação” ou “dinamização”.

No caso das instituições que consagram uma fisicalidade a que estejam vinculadas, o número de visitantes é a formulação imediata – embora e como se referirá infra, com algumas nuances – podendo no entanto surgir duas outras de igual pendor, quando os equipamentos institucionais possuem as referidas valências: espaço de loja e espaço de restauração. Não se esgotam por aqui as possibilidades mas utilizam-se estas por serem as mais convencionais.

Quanto às lojas, frequentemente possuindo “prateleiras” mistas em termos de produtos, consigna-se grande parte do espaço de venda a livros e outras publicações, seguindo-se em termos de variedade as lembranças de pequeno porte e custo; e por fim, em casos seleccionados (museus sob tutela nacional ou regional) uma panóplia de produtos, entre os quais reproduções de peças mesmo que sem referência quanto ao equipamento onde estejam a ser disponibilizadas. As lojas de museus municipais, por sua vez, vulgarizaram a oferta de produtos regionais, particularmente os englobáveis na gastronomia (o termo aqui utilizado com alguma latitude) de base local.

Os espaços passíveis de serem concessionados, são múltiplos na configuração, surgindo como dito, maioritariamente associados a um uso enquanto cafetaria (menos associados a restaurante). Se por um lado nem todos os equipamentos possuem esta valência, o que se verifica é igualmente com frequência, ou a ausência de um plano de valorização do negócio ou, logo à partida uma má implantação do espaço, dentro do equipamento, tornando-o pouco apelativo quando não inoperante ou mesmo não ocupado, alterando-se pela prática o uso e designação.

Abordaram-se estes elementos neste tópico, por via do potencial que está incorporado nestas dinâmicas e que, se por um lado não é – afirma-se aqui – um recurso (este sim) capitalizado, por outro e mesmo quando em plena utilização, não são conhecidos os números dessa utilização, quer

quanto a visitantes especificamente vocacionados para a utilização desses espaços e valências, quer quanto ao retorno que daí se obtém.

Indicando exemplos na cidade de Viseu: a cafetaria do Museu Nacional Grão Vasco (MNGV), está sem concessionário há vários anos, e a própria localização do espaço não permite um acesso independente do do museu, o que lhe limita os horários de funcionamento. De todo em todo um equipamento que consegue atrair em torno a 80 mil visitantes anos (se efectuada a média dos últimos cinco) poderia ser uma excelente opção na área do centro histórico. A loja do mesmo museu, poucas publicações de índole local apresenta, sendo as únicas publicações em línguas que não o português as que consubstanciam catálogos institucionais externos ao MNGV.

O Conservatório Regional de Música de Viseu – Dr. José de Azeredo Perdigão, possuindo uma consignação de cafetaria, não é um espaço conhecido pelos externos à cidade, sendo utilizado como valência eminentemente internalizada (até porque se situa numa sala não perceptível imediatamente do exterior), o que, uma vez mais, tendo em conta a sua implantação poderia supor outro potencial de atracção; sendo o mesmo aplicável ao Auditório Mirita Casimiro. O Museu do Quartzito não possui cafetaria – embora se infira que haverá algum espaço para onde tenha sido projectada – tal como os restantes equipamentos municipais de Viseu.

Já quanto a lojas, salvo no caso do Museu Almeida Moreira, com uma oferta limitada de títulos editados pelo próprio Município, não há quaisquer outras referências a apresentar. A lógica da oferta de brochuras e panfletos impera, sendo paradoxal que a informação quanto aos equipamentos, sua história e acervos neles contidos não esteja disponível em qualquer suporte físico ou online.

A planificação de equipamentos, sendo eles mesmos eventuais “âncoras territoriais” e “bases” de desenvolvimento, apresenta esta lacuna e a desconsideração da complementaridade entre estruturas e equipamentos, com seus núcleos de negócios locais (de raiz) ou franchisados e decorrente impacto socio-económico, é um factor que a análise dos impactos do sector dificilmente pode integrar. Segundo Faria, A. S. (2011, p. 15), apenas 3% dos Museus da Região Centro “(...) referem possuir infra-estruturas complementares, como loja, auditório, restaurante, bar; enquanto 4% referem outro tipo de estruturas de apoio ao visitante”, isto para um total de 308 instituições consideradas na análise efectuada pela autora.

3.1.1 - Museus

A um outro nível e repetindo que será algo sobre o qual se tratará mais detalhadamente infra, mesmo quando se trata do número de visitantes/fruidores de um dado espaço, equipamento e ou acção/actividade/evento, a ausência de uma métrica fidedigna é dissuasora de uma abordagem menos inquisitiva. Isto quando existe uma métrica que se aplique e valores que sejam apresentados.

Na análise do número de visitantes de museus municipais de Viseu, por exemplo e assumindo novamente o caso deste município, as publicações do INE (2013) utilizadas para este estudo apresentam quanto a visitantes, o sinal “...” indicativo de “valor confidencial” (para os restantes municípios surge o sinal “//” de “não aplicável”, excepção feita ao município de Oliveira de Frades, que apresenta para o ano de 2013, 861 visitantes). Essa é uma prática reiterada. Tal não permite uma validação de qualquer projecto de análise excepto um que se baseie igualmente em estimativas construídas através de notas divulgadas publicamente.

Partindo da informação do INE (2013), haveria para a região em estudo um total de 6 museus (5 em Viseu e 1 em Oliveira de Frades). No entanto, e segundo a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC) com o seu *Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro* (<http://roteiromuseus.ccdrc.pt/museuGeografia.aspx?regiao=165>), existiam no território, em finais de 2011, 14 unidades museológicas referenciadas (de tutelas diversas). Utilizou-se essa informação para a criação do quadro infra:

Museus existentes na sub-região Dão-Lafões segundo a CCDRC (2011)			
DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIO	TUTELA	COORDENADAS
Museu das Técnicas Rurais – Museu Municipal de Oliveira de Frades	Oliveira de Frades	Câmara Municipal de Oliveira de Frades	40°43'57.22"N • 8°10'35.43"O
Museu do Balneário Rainha D. Amélia	São Pedro do Sul	Termalístur, E.E.M.	40°44'22.09"N • 8° 5'30.58"O

Museu Rural de Carvalhais	São Pedro do Sul	Fábrica da Igreja de Carvalhais	40°46'55.15"N • 8° 6'45.43"O
Museu Arqueológico do Alto Paiva	Vila Nova de Paiva	Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva	40°50'59.40"N • 7°43'47.85"O
Museu da Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva	Vila Nova de Paiva	Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva	40°51'8.20"N • 7°43'40.07"O
Museu Rural de Pendilhe	Vila Nova de Paiva	Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva	40°54'21.71"N • 7°50'11.13"O
Ecomuseu de Torredeita	Viseu	Fundação Joaquim dos Santos Rancho Folclórico de Torredeita	40°38'37.17"N • 8° 0'56.17"O
Museu de Almeida Moreira	Viseu	Câmara Municipal de Viseu	40°39'29.38"N • 7°54'48.07"O
Museu de Arte Sacra "Tesouro da Catedral"	Viseu	Cabido da Sé	40°39'35.32"N • 7°54'41.10"O
Museu de Silgueiros	Viseu	ASSOPS – Associação de Passos de Silgueiros	40°33'53.60"N • 7°57'10.46"O
Museu do Quartzo - Centro de Interpretação Galopim	Viseu	Câmara Municipal de Viseu	40°41'48.51"N • 7°55'16.30"W

de Carvalho			
Museu do Regimento de Infantaria 14	Viseu	Câmara Municipal de Viseu	40°38'46.20"N • 7°55'21.07"O
Museu Etnográfico da Várzea de Calde – Núcleo Museológico Casa de Lavoura e Oficina do Linho	Viseu	Câmara Municipal de Viseu	40°45'51.91"N • 7°52'36.99"O
Museu Grão Vasco	Viseu	Instituto dos Museus e da Conservação	40°39'36.55"N • 7°54'39.95"O
Museu Municipal de Vouzela	Vouzela	Câmara Municipal de Vouzela	40°43'22.30"N • 8° 6'44.29"O

No caso do Museu Grão Vasco, desde 18/05/2015, Museu Nacional Grão Vasco, pertence actualmente à tutela da Direcção Geral do Património Cultural (por alteração da entidade tutelar, por via da reorganização administrativa que se efectivou em Portugal). Há ainda unidades ditas de pendor museal ou que beneficiaram de fundos estruturais e que se não mantêm actualmente em actividade (embora à data do estudo indicado, fossem operantes, como o denominado Núcleo Museológico da Seminário Maior de Viseu, inaugurado a 26/03/2011), bem como outras unidades que não surgem listadas supra e procuram uma dinamização regular (o denominado Eco-Museu de Vila Chã de Sá, Viseu).

Resulta que há entre a informação enviada para o INE (e mesmo das respostas recebidas pela CCDRC) e as existências no terreno, uma grande disparidade, parcialmente explicável pela consideração que estatisticamente se afere para a consideração do que é um museu. Pela via legal e de acordo com o a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* (Lei n.º 47/2004) considera-se de acordo com o artigo 3ª que:

1 — Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto

de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

2 — Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.

Havendo ainda a adicionar a noção de Colecção Visitável (artigo 4º), com menor imposição quanto ao funcionamento operativo. Estatisticamente porém (por exemplo nas Estatísticas da Cultura, publicadas pelo INE, e por extensão em todas as formulações de museu utilizadas em outras análises da mesma entidade), um museu para ser considerado enquanto tal deve cumprir 5 critérios:

Critério 1: ter pelo menos uma sala de exposição

Critério 2: estar aberto ao público (permanente ou sazonal)

Critério 3: ter pelo menos um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente)

Critério 4: ter orçamento (ótica mínima: conhecimento do total da despesa)

Critério 5: ter inventário (ótica mínima: inventário sumário)

Este desfasamento entre realidades – a conceptual geral que aqui se não tratará, derivando do ICOM, a legal, e a estatística – promove uma realidade não tratável com a devida completude. A necessidade de obter informação mais fidedigna ou menos conflituosa entre si, torna-se ainda mais premente quando, para um volume de hóspedes estrangeiros em Portugal, para o ano de 2013 foi registado um número superior a 8 milhões (8.627.700, segundo as *Estatísticas de Turismo*, INE, 2014), houve mais de 3 milhões de visitantes estrangeiros a museus (3.863.635, segundo as *Estatísticas da Cultura*, INE, 2014). Do disposto, poderemos afirmar com segurança da importância

dos museus enquanto sustentáculo ou elemento-chave para a atractibilidade dos territórios e eventual mobilizador de hóspedes e dormidas – indicador que é aliás mencionado sucessivamente como havendo desejo em melhorar.

Se, regressando ao *Anuário Estatístico Regional do Centro - 2013*, nos ativermos ao indicador referente às despesas dos municípios em actividades culturais e criativas, diz-nos que Dão-Lafões (no seu conjunto) investiu ou despendeu em 2013, aproximadamente 9.677.000€ no que são consideradas despesas correntes e destes, 609.000€ especificamente em museus. Lendo apenas Viseu, foram 3.457.000€ e 387.000€, respectivamente. Se incorporando as despesas de capital, temos mais uma verba de 2.347.000€ para Dão-Lafões e 961.000€ para Viseu; destes montantes, 640.000€ para Dão-Lafões sendo 639.000€ para Viseu, especificamente aplicados em museus. Em Oliveira de Frades investiu-se 32.000€ em museus (despesa corrente) e, curiosamente, em Vouzela – que não apontava qualquer entidade museológica municipal ao INE ou pelo INE – 50.000€ (igualmente despesa corrente).

Quanto a uma eventual análise do retorno do investimento – não no sentido da sua maximização, antes quanto à sua eficiência – e procurando uma avaliação do custo do investimento em museus, por visitante utilizando apenas o indicador despesas correntes, em Oliveira de Frades, cada visitante “custou” 37,16 euros, e em Viseu – recorrendo aos números que foram avançados para 2013 em várias notas de imprensa dispersas, poderemos supor (faltam os dados) – um “custo” entre 12/13 euros por visitante. Para o território nacional, utilizando as mesmas fontes, teremos um “custo” média de 2,60 euros por visitante de museu. Os visitantes de qualquer museu da região ADDLAP são visitantes aos quais não é cobrado qualquer valor/bilhete de entrada.

Há ainda a necessária indicação dos números de visitantes do Museu Nacional Grão Vasco, que se apresentam como tornando-o o grande “ex-libris” permanente da cidade (a tabela infra foi construída tendo por base as estatísticas de visitantes da Direcção Geral do Património Cultural – DGPC – disponíveis em <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estatisticas-dgpc/>, integrando pontualmente os dados referentes ao Museu Almeida Moreira, na condição de polo/núcleo do MNGV):

Número de Visitantes do Museu Nacional Grão Vasco e Museu Almeida Moreira, segundo as estatísticas da DGCP

ANO	Visitantes MNGV							Visitantes Almeida Moreira		
	TOTAL	Dom./Fer.		Escolas		Livre (outras)		TOTAL	Livre (outras)	
	Naci.	Naci.	Estr.	Naci.	Estr.	Naci.	Estr.		Naci.	Estr.
1996	35.427									
1997	42.782									
1998	38.555									
1999	42.354									
2000	30.706							804		
2001	15.133	1.459	413	1.645	0	527	40	2.332	2.237	2
2002	22.042	2.070	542	816	18	1.262	183	3.447	3.447	0

2003	18.651	2.805	503	4.696	75	511	37	2.288	2.288	0
2004	36.225	4.921	461	7.572	109	7.877	32			
2005	33.610	6.712	709	8.563	84	1.850	78			
2006	45.591	10.726	1.229	9.102	133	9.539	292			
2007	57.473	9.974	1.587	8.395	93	22.196	615			
2008	50.855	13.919	1.876	9.007	78	12.035	601			
2009	67.888	22.303	3.193	11.693	154	16.853	1.006			
2010	79.510	20.297	3.119	9.625	53	33.856	771			

2011	81.576	22.534	4.194	8.444	61	31.527	765			
2012	129.123	26.891	10.921	8.232	80	71.306	857			
2013	68.891									
2014	80.241									

É de destacar da anterior tabela, a progressiva importância percentual e global do número de visitantes das exposições temporárias – um processo que não se circunscreve a Viseu – sendo isso que permite as médias de visitantes para museus portugueses nos níveis em que actualmente se encontram – inclusive com crescimento anual sustentado e sem recurso a acções complementares capitalizadoras de públicos mas pouco ou nada relevantes para a valorização das colecções e cumprimento da função de divulgação dos acervos.

A exposição temporária *São Teotónio: Patrono da Diocese e da Cidade de Viseu (1162-2012)* (promovida e coordenada pelo Departamento de Bens Culturais da Diocese de Viseu) que decorreu entre os dias 16 de Fevereiro e 7 de Outubro de 2012 (inicialmente o encerramento estava previsto para 1 de Julho) reportou cerca de 70 000 visitantes contribuindo substancialmente para o ano em que o Museu registou maior número de visitantes e tornando-se o melhor exemplo local de validade das exposições temporárias na atracção de público – neste caso acrescido pela produção local e agregação directa ao historial da cidade.

No ano indicado, o então MGV foi a instituição sob tutela da DGPC que maior aumento de visitantes registou, com uma variação positiva de 59%. Aliás, se se exceptuarem, numa análise alargada, as visitas ao Domingo, os grupos escolares e os visitantes das actividades consideradas

“Livre (outras)”, onde se integram as exposições temporárias, os museus portugueses sob tutela da DGPC apresentariam pouca valia quanto ao seu funcionamento semanal de base regular – considerando-se que as exposições temporárias e os seus espaços, por regra se concentram em áreas que não influenciam a visita regular à exposição permanente (no MNGV, essas visitas são igualmente gratuitas, independentemente do horário e dia de visita, bem como parte substancial dos grupos anteriormente mencionados).

O investimento nesta tipologia de acção, nem sempre necessitada de um financiamento alargado, antes de bons veículos institucionais que possibilitem as parcerias adequadas, é uma das vias que às instituições (e mesmo operadores privados) deveria surgir como mais frequente e uma área de actuação (e negócio) com amplo potencial – veja-se o caso das mais recentes exposições de Joana Vasconcelos.

3.1.2 - Outros Equipamentos

Não se tratará detalhadamente dos restantes equipamentos pelo seu menor impacto socio-cultural e económico estruturante. Igualmente, tendo em conta a sua multiplicidade de funções (os multi-usos efectivos ou de utilização nessa vertente), alguns dos equipamentos podem apresentar dados referentes a várias actividades e por essa via iludir as leituras que se estabeleçam. Ainda assim é de fazer notar que o investimento nos Quadros Comunitários de Apoio (QCS) III e IV houve o aproveitamento de fundos estruturais para a construção de equipamentos culturais. Os Cine-Teatro por exemplo, tornaram-se tão típicos do período indicado como as Domus Iustitiae da construção de Estado entre 1933 e 1974.

Os Auditórios e as Bibliotecas sendo os mais comuns equipamentos necessitam também de acções e em particular de estratégias de atracção de visitantes sem que com isso se pretenda a implementação de acções distintas daquelas para que os mesmos foram concebidos – caso também recorrente, até mesmo em equipamentos com outra projecção, como museus sob tutela estatal, sendo de notar (e aqui com nota de referência para os dados apontados ao MNGV na tabela anterior) a entrevista da Directora Regional de Cultura do Centro, Dr.^a Celeste Amaro ao Diário as Beiras (27/06/2014 - <http://www.asbeiras.pt/2014/06/todos-os-museus-da-regiao-centro-cresceram-em-visitantes-e-receitas/>), onde expressamente veicula a interligação do aumento do número de visitantes a museus com outras manifestações que não as decorrentes da definição e função dos museus (remetendo-se esse contraponto com o disposto na Lei-Quadro dos

Museus Portugueses, nomeadamente os seus artigos 7º - Funções do Museu – 8º - Estudo e Investigação – e 9º - Dever de Investigar):

*(...) **É geral esse aumento de visitantes?** Todos os museus na dependência da Direção Regional de Cultura aumentaram o número de visitantes. Penso que o facto de termos tornado os nossos museus um pouco mais abertos à comunidade terá trazido mais gente. Pode até acontecer que sejam visitantes que não vão para ver as coleções expostas mas vão a outras iniciativas que, até aqui, não havia nos museus.*

***Esse crescimento deve ser creditado a quem?** A todos. Tanto aqui à Direção Regional como às diretoras e também é preciso não esquecer os funcionários. Os museus estão hoje todos abertos à hora de almoço e há também uma grande diversificação de iniciativas, desde o cinema ao teatro, à música, a dança e também a conferências ou outras iniciativas da sociedade civil.*

***Mais visitantes quer dizer mais receita?** Bem, quando digo que os museus registaram um crescimento no número de visitantes não quer dizer que se tenham vendido mais bilhetes. Mas, por acaso, as receitas até aumentaram.*

(...)

A dificuldade de caracterização dos equipamentos e espaços em que decorrem/decorreram actividades consideradas “culturais”, pode ser referenciada por exemplo externo à ADDLAP: a Câmara Municipal de Moimenta da Beira, no período anterior à construção e inauguração da sua Galeria Municipal Luís Veiga Leitão (que ainda não possui indicação no site da mesma Câmara), divulgava um regular programa de exposições temporárias no edifício da Câmara Municipal. As mesmas exposições consistiam via de regra em até uma dezena de painéis ou fotografias ampliadas, colocados/expostos no vão da escadaria de acesso ao primeiro andar. Esta tipologia de actividade se considerada em igualdade de circunstâncias com outras exposições temporárias – e por mais que se possa reafirmar a vontade em dinamizar espaços e memórias – não pode ou não deve ser entendida como válida, por ausência de qualquer critério sustentado de “utilização” benéfica para o território e seus residentes. Ao invés, é frequentemente contraproducente.

Para as galerias e espaços expositivos não museais, não será de avançar com alguma consideração mais profunda, quer pelo que em princípio consubstancia cada um dos equipamentos, quer pela

anexação conceptual com outro tipo de espacialidades multi-funcionais (por exemplo o Auditório Municipal de Vila Nova de Paiva serve frequentemente como espaço expositivo). É ainda assim um indicador que carece de algum refinamento operativo já que induziria a considerar, por exemplo para Viseu, que cada um destes espaços existentes (segundo uma vez mais o INE) teria acolhido uma média de 7,5 exposições por ano – o que tornaria as exposições porventura menos extensas que o desejável e assumindo-se que cada vez mais é com as exposições temporárias que se pode almejar e sustentar uma política de públicos recorrentes (esteja ou não a exposição temporária patente em museus)

À caracterização dos agentes é importante somar a caracterização dos espaços utilizados para as manifestações culturais. Se não tendo em vista a sua optimização, então para obter uma melhor adequação dos mesmos aos fins a que se destinam ou a motivaram a sua criação e por aí, a adequada gestão dos já existentes e a reponderação de novos.

Por fim, o espaço público. Este é um potencial equipamento cultural de gestão municipal e pode ser elemento diferenciador não só das políticas de atracção – nele fazendo ocorrer as manifestações culturais, pelos eventos de maior porte ou menores e porventura mais imediatas e tradicionais manifestações, como as de relevância religiosa ou para-religiosa – como da publicitação dos territórios, contribuindo para uma integrada política de marketing territorial. Os custos inerentes à utilização do espaço público são diluíveis na manutenção regular do mesmo pelo que também por essa via se adequam à limitação de despesas correntes, permitindo a utilização de recursos financeiros noutras facetas do espectro cultural. Esta tipologia de “equipamento” tem sido substancialmente utilizada quer ao nível urbano, quer ao nível rural, sendo neste último que melhor se destaca pela possibilidade de, mesmo sem eventos, antes com a instalação de “marcadores culturais” (ressalvando-se a necessidade de estruturas de acompanhamento, gestão e manutenção) de tipologia mais perene.

3.2 - Manifestações/Actividades/Eventos

Sendo a seguinte uma consideração que peca por abusiva, pode-se ainda assim afirmar que a generalidade das manifestações culturais são externas aos municípios ou os municípios recorrem maioritariamente a agentes culturais privados (ainda que associativos) para a sua implementação (quando não mesmo concepção), recuperando parcialmente os indicadores já apontados quanto

ao investimento municipal de cada um dos municípios da ADDLAP teremos os seguintes valores (Anuário Estatístico da Região Centro – 2013, INE, 2014):

Despesas das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por município, 2013; e comparação com o território em que se integram			
Circunscrição Territorial	Despesas Correntes, em milhares de € (A)	Despesas de Capital, em milhares de € (B)	Investimento Municipal (a+b/res) por Residente
Oliveira de Frades	206	32	23,44€
São Pedro do Sul	158	1	9,73€
Vila Nova de Paiva	306	97	80,48€
Viseu	3.457	961	44,88€
Vouzela	439	85	51,26€
PORTUGAL	378.408	97.956	45,68€
CENTRO	98.812	34.960	58,64€
DÃO-LAFÕES	9.677	2.347	44,29€

Não existe na tabela supra a devida indicação quanto ao que são despesas em equipamentos e estruturas no entanto, conjugando o referido com a tabela dos apoios concedidos a entidades culturais e criativas, os dados apontam para um investimento em São Pedro do Sul muito inferior ao que se verifica no panorama nacional e no extremo oposto um investimento em muito superior à média, em Vila Nova de Paiva.

Quando procurando integrar os investimentos municipais – já definidos como principais garantes actuais da cultura nas suas circunscrições territoriais – em termos de criação de condições para a manutenção da acção de agentes culturais e criativos, obteríamos uma tabela que nos ilustra quanto ao esforço e municipal na sustentação desse sector de actividade. O que se por um lado permite porventura a sua própria existência, por outro pouco caracteriza ou impulsiona novas formas de intervenção e posicionamento perante o SCC tal como anteriormente proposto e pela UE pretendido:

Despesas das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por município, 2013; e comparação com o território em que se integram			
Circunscrição Territorial	Despesas Correntes, em milhares de € (A) – Apoios concedidos a entidades culturais e criativas	Despesas de Capital, em milhares de € (B) – Apoios concedidos a entidades culturais e criativas	Investimento Municipal (a+b/res) por Residente
Oliveira de Frades	37	0	3,64€
São Pedro do Sul	20	0	1,22€
Vila Nova de Paiva	61	0	12,18€
Viseu	438	321	7,79€
Vouzela	85	0	8,31€
PORTUGAL	39.974	6.933	4,49€
CENTRO	10.932	2.853	6,04€

DÃO-LAFÕES	1.582	852	8,96€
-------------------	-------	-----	-------

De todo em todo, em Viseu o montante dos apoios (ficam portanto excluídas, ou assim se supõe, as contratações de serviços) corresponde a cerca de 17% do investimento global municipal em cultura, quando a média nacional não chega aos 10% (percentagem também ultrapassada em todos os municípios da ADDLAP). Este indicador e estas análises são no entanto pouco esclarecedoras se tivermos em conta o défice de informação disponível e a impossibilidade de confirmar com exactidão em que foram despendidas as verbas comunicadas ao INE (em Viseu, por exemplo, até ao final de 2013 e parte do ano de 2014, os salários dos funcionários dos museus municipais eram pagos com dotação entregue pela Câmara Municipal a uma entidade associativa que assumia o encargo com os referidos funcionários – <http://portocanal.sapo.pt/noticia/19066/> - logo, onde são essas verbas exactamente contabilizadas?). Não se tratou, pelos mesmos motivos a informação existente quanto à despesa em actividades multidisciplinares, que previsivelmente se somarão total ou parcialmente a estas contribuições a agentes culturais e criativos.

Com um conjunto de informação mais detalhada (expressando e individualizando as acções realizadas, os agentes apoiados, o total de agentes existentes, e outros dados complementares; para não referir uma vez mais os dados de visitantes com seus consumos) poder-se-ia apurar com alguma facticidade o peso económico e social do SCC – no que se remete para a execução das propostas anteriores. Nestes casos e sem essa discriminação informativa e com a ausência dos dados apontados, as tabelas anteriores apenas nos posicionam perante o panorama de investimento em actividades culturais e o peso dos apoios nesse mesmo investimento. A título de curiosidade pode-se inferir da relevância que o quase 1% de investimento que Viseu isoladamente corporiza (entre 308 municípios), o que igualmente se traduz, se por si só, em mero “quase-facto”.

O anteriormente abordado permite-nos mais correctamente analisar as manifestações ou actividades culturais. Assumindo que as mesmas ocorrem maioritariamente dentro de um espaço delimitado – ainda que artificialmente – a problemática da mensuração do seu impacto é ainda mais significativa, surgindo apesar de tudo algumas vertentes que é necessário explicar.

A primeira prende-se com ocorrências em recintos fechados e para actividades não gratuitas ou de registo obrigatório. Nesses casos, por inerência da própria acção e seus objectivos (financeiros, mesmo que parcialmente; ou de garantia de condições de utilização/segurança) é possível aferir o

indicador convencional de espectadores/visitantes, em virtude da necessidade expressa de contabilização dos mesmos. Por outro lado, se a actividade for gratuita e não se colocarem restrições quanto à capacidade do recinto, a prática a que se assiste é a da não contabilização de espectadores/visitantes ou ao realizar de uma estimativa. Estas, pela sua natureza não são garante de contabilizações assertivas, mais ainda se quando referentes à convenção do indicador no momento da transposição de uma entrada, o que permite múltiplas contabilizações de um mesmo espectador/visitante ou a incorrecta avaliação de outras métricas secundárias – embora relevantes no que respeita a políticas de programação ou acções de divulgação/valorização de um “produto” – como o tempo de permanência, acesso a valências e serviços complementares existentes no recinto (restauração, bancas/lojas de merchandising, etc.).

Numa segunda vertente, quanto a ocorrências em recintos ao ar-livre, e sem delimitação física (embora delimitados perceptivamente de algum modo; tal como Feiras e Festivais não pagos ou sem lotação máxima, sobretudo), salvo em situações muito específicas e em si extraordinárias a contabilização do número de visitantes é realizada – quando o é – também por estimativa ou, nos casos em que tal é possível e há essa alocação de recursos, pela soma das participações em actividades integradas (workshops, por exemplo). O risco efectivo desta situação é a sobreavaliação da importância da ocorrência, uma vez que se permite incorporar meros transeuntes ou gerar “impressões de ocupação” (atribuindo-se artificialmente uma lotação a um dado espaço e contabilizando-se os espectadores/participantes com base na relação entre os espaços vazios e essa lotação inicial atribuída pela própria organização). Por outra via possibilita igualmente a sobreposição de dados pela adição de participantes em múltiplas actividades, sendo que um mesmo participante pode ter sido parte em várias delas. Uma vez mais recorrendo a Viseu, a Feira de São Mateus apenas em 2014 apresentou um sistema de contabilização de entradas para a totalidade do certame (nas anteriores edições apenas eram mensuráveis de modo directo as entradas pagas) e os resultados apontaram para dois diferenciais de visitantes (ambos muito distantes do “1 milhões de pessoas” que a organização em anos anteriores anunciava ao modo de slogan): as entradas totais – cerca de 800 mil visitantes – e os visitantes únicos – em número superior a 300 mil. Um outro exemplo é o dos Jardins Efémeros (em dinâmica próxima à de um Festival) que apenas consegue apresentar um somatório dos participantes nas várias actividades condicionadas (os já referidos workshops ou espaços com lotações máximas) e uma estimativa nas restantes. Sendo esta uma acção que decorre no espaço urbano, foi possível à organização indicar como objectivo para a edição de 2014, 50 mil visitantes, havendo uma lacuna quer na apresentação final dos dados de visitantes/participantes quer nos critérios efectivos de contabilização. A criteriação das actividades e sua organização operacional – se numa leitura que

pretenda a averiguação de valências para sustentáculo de desenvolvimento local – torna-se imperativa, de modo o possuir uma seriação de dados fidedigna.

A terceira vertente é que se relaciona directamente com programas expositivos estáticos em espaço(s) público(s) ou actividades de similar contorno (parques de escultura ou roteiros de arte pública mais alargados como os de street art). Apresentando-se aqui parte das questões que a segunda e anterior vertente suscitam, é mais problemática a definição do âmbito de participação. Por norma não é possível ou sequer pretendido que se estabeleça uma métrica para quaisquer que possam ser os indicadores a tratar. Desse modo, decorre que é na geografia matricial (cidade, região, etc.) que se irá procurar a análise e por essa via numa decorrência “convencional” adequada aos indicadores utilizados para o turismo (hóspedes e dormidas). Uma outra solução é da consideração do próprio valor gerado pela ressonância da actividade (referências nos media) ou consciencialização da comunidade quanto ao mesmo valor (bem-estar, etc.). As organizações e entidades responsáveis furtam-se a qualquer das abordagens, via de regra. Uma possibilidade que nos últimos anos vem sendo assumida é a do impacto nos media sociais e por aí na aceitação ou capitalização das estratégias de diferenciação das geografias ou destinos concretos (com seus produtos): considera-se um investimento de promoção. Mais recentemente ainda, as opiniões têm sido menos unânimes na afirmação deste caminho pela consideração dos públicos-alvo que, sendo caracterizados como info-incluídos, podem apesar de tudo não possuir os meios técnicos (ou optar por não os utilizar) para serem tomados sequer como amostra representativa.

Caso singular, ou que introduz a necessidade de tratamento autónomo é o das “rotas” e “roteiros”. Embora a emergência deste tipo de planificação e execução não seja inovador, houve uma aposta explícita, em Portugal a nível nacional, que conjugasse várias existências de uma geografia, com o objectivo de incentivar não apenas as visitas como a consciencialização quanto ao conjunto de elementos que se destacava em cada “rota/roteiro”. Por um lado porque tais modelos de gestão e divulgação não implicam um custo de implementação elevado – em princípio – e por outro, porque a natureza do modelo não absorve recursos específicos ou tecnicamente complexos na manutenção da oferta; há ainda a destacar que as “rotas/roteiros” poderiam ser disponibilizadas ao visitante ou participante, em suportes e plataformas consideradas apelativas ao utilizador das TIC e cujas decisões de consumo fossem ao menos parcialmente tomadas pelo confronto ou acesso à distância, de informação. Ao nível da aferição da validade dos dispositivos criados e assumindo que há divergência quer quanto à avaliação potencial dos mesmos, um primeiro ponto deve focar-se na quase transversal ausência de modelos de avaliação aplicáveis a estes dispositivos: ou porque não implicam um ponto central de acesso à “rota/roteiro” ou porque havendo um, a dispersão da

informação em suportes físicos e online, para lá da possibilidade de se iniciar o percurso em qualquer ponto desejado ou ainda pela possibilidade de percorrer parcialmente a “rota/roteiro”, remete para recolhas de dados incompletas (novamente aplicada aos dados parciais que determinados “check-points” realizem, e ao somatório desses dados tendentes a uma extrapolação global). Não sendo aqui o local para um desenvolvimento mais alargado das questões inerentes aos dispositivos mencionados, releva-se contudo a noção – vincada – de ser impossível para a generalidade dos casos, poder averiguar, muito menos afirmar, da valia ou incapacidade de valorização, que uma “rota/roteiro” possua ou permita. A regra é a da dinamização de percursos através de agentes institucionais proprietários ou concessionários, ou pela acção de Associações, que promovendo uma actividade isolada ou com sequência, introduza a necessidade de inscrição prévia e por essa premissa, aquando da actividade e pela actividade, apresente dados concretos (que em si não são representativos do dispositivo e da sua utilização ao longo do ano). Finalmente, na região em análise, a implementação de sinalética alusiva a rotas e percursos, bem como a criação de elementos de divulgação quanto a um roteiro, são vulgarmente considerados sem manutenção e assim dispostos o que não apenas leva à degradação desses equipamentos de sinalização e informação como desincentiva à utilização que em princípio deveria promover (agravada a circunstância quando os equipamentos de apoio são passíveis de vandalização e não intervencionados após uma tal ocorrência: parques de merenda, mobiliário urbano de apoio, instalações sanitárias, etc.).

O que resulta do exposto é que a conjugação ideal será porventura a que incorpore as melhores características das vertentes indicadas, garantindo-se com o mais elevado grau possível de certeza (há sempre margem de erro) a aferição dos dados que se assuma à priori serem relevantes. Esta formulação e este trabalho são essenciais para que, nos próximos anos e tendo em vista o (ainda) em vigor sistema de financiamento cultural a que se recorre em Portugal (municipal e comunitário, maioritariamente) haja a devida garantia organizativa para que, perante os enormes desafios de trans-nacionalidade das actividades, a que se dirige a programática da UE, não falem recursos e sobretudo capacidade de resposta a esse novo paradigma. Um paradigma que incluirá igualmente e de modo vincado, a permanente capacidade de trabalho em coordenação com outros agentes e diferentes níveis institucionais.

Boa Prática F – Circuito Aberto de Arte Pública de Paredes (Portugal, 2011-2012)

O Circuito Aberto de Arte Pública de Paredes (CAAPP -

<http://artes.ucp.pt/citar/pt/projetos/circuito-aberto-de-arte-p%C3%BAblica-de-paredes-caapp-2011-2012>) foi desenvolvido pelo Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes para a Câmara Municipal de Paredes e pressupunha:

O Circuito Aberto de Arte Pública de Paredes é um projecto implementado pelo CITAR para a Câmara Municipal de Paredes através de dois instrumentos fundamentais: um Conselho Curadorial e um Laboratório de Arte Pública.

A participação do Centro de Investigação visa conferir à implementação do Circuito o enquadramento científico indispensável para as acções contempladas e o suporte técnico adequado. Visa, igualmente, estimular a discussão de conceitos e teorias, testar propostas inovadoras, contribuir para práticas de referência e gerar conhecimento sobre a actuação das autarquias no domínio da encomenda de arte pública e da sua implementação.

Não se encerrando nesta valência, o referido CAAPP interagiu com dois outros projectos de alcance internacional que promoviam uma estratégia coordenada de criação dos fundamentos para a definição de Paredes como “Cidade Criativa” (Marques, S., 2013), ancorada na prática artística, na intervenção em espaço público e na forte tradição – e manutenção – de um tecido empresarial activo e dinâmico na produção do mobiliário. A cidade, seria um “Museu” não sacro e o espaço público o espaço expositivo.

Embora a implementação do CAAPP se tenha processado entre 2011 e 2012, manteve decorrências após essas datas, levando a uma dupla extensão do projecto, para o biénio 2013-2014 (<https://madep.wordpress.com/2013/06/15/caapp-circuito-aberto-de-arte-publica-de-paredes/>) com a integração de outros agentes e parceiros académicos.

Uma das decorrências do CAAPP foi igualmente no biénio 2014-2015 a consubstanciação de um outro projecto artístico, o “Art on Chairs” (<http://www.artonchairs.com/pt/index>), secundando a posta inicial e cumprindo o pressuposto anunciado com a parceria firmada entre o município de Paredes e o CITAR, quanto à geração de “(...) conhecimento sobre a actuação das autarquias no domínio da encomenda de arte pública e sua implementação”

Tem recebido algumas menções de destaque, entre as quais o *Merit Award*, da Society for Experimental Graphic Design (SEGD), dos Estados Unidos da América, em 2014, para a obra “Vaso” (Artur Fontinha).

Boa Prática G – Art in Public Places (Austrália, 2004)

O projecto Art in Public Places (<http://artinpublicplaces.com.au/>) teve o seu início em 2004, interligado com o Festival de Verão da comunidade de Hobsons Bay e apresenta o seu cariz distintivo pelo foco dedicado aos artistas locais (embora não sendo exclusivos) e à sempre presente intenção de associar as obras integradas no projecto ao tecido empresarial local, sendo que a maioria das acções integrantes tinham lugar no interior de espaços comerciais.

No período de dez anos (anualmente durante um mês), para lá do destaque nacional e internacional que conseguiu, apresenta mais de 700 autores no portfólio do projecto, bem como um conjunto de publicações e acções complementares que destoando do que são os exemplos mais consagrados de arte em espaço público, permitem uma dinamização mais alargada do território em que têm lugar. Não sendo um projecto que se destaque pela vertente de “liderança artística”, é, pela sua duração e pela premissa de acção próxima à comunidade que configura um dos mais interessantes exemplos no domínio da intervenção pública de pendor criativo.

Boa Prática H – Bienal de Cerveira (Vila Nova de Cerveira, 1978)

A Bienal de Cerveira (<http://bienaldecerveira.org/>), actualmente sob tutela de Fundação homónima, ocorre desde 1978 e foi ao longo dos anos capacitando a Vila e a região – bem como o próprio espectro nacional – através dos pressupostos da arte e da criação. A sua acção tornou-se tão relevante que o município de Vila Nova de Cerveira adoptou para si mesmo o apodo de “Vila das Artes”. Em 2010 a cada vez mais complexa gestão da Bienal levou à formalização e reconhecimento da Fundação.

Disposta em múltiplas valências, a Bienal (que em 2015 cumpre a sua 18ª edição) conseguiu impor-se através da sua prática e da sua visão – marcadamente regionalista, e integrando os apelos comuns existentes entre o Minho e a Galiza, embora a Bienal seja de facto internacional desde as primeiras edições – sem sacrificar a capacidade para evoluir no contexto geográfico matricial e não

perdendo a capacidade de renovação quanto aos desafios orgânicos que se foram colocando. A constituição de um acervo próprio, que “obrigou” à criação de um museu, bem como os programas de residências artísticas e a incubação de indústrias criativas, foram apostas determinadas na criação de um maiores clusters dedicados às artes no Norte do país (embora de resultados ainda incipientes, até pela multiplicação dos espaços de incubação, como em Serralves e em Santa Maria da Feira, mais propensos à operacionalização com o mercado).

Boa Prática I – SWR Barrocelas Metal Fest (Barrocelas - Viana do Castelo, 1998)

Os Festivais de música são, a par talvez com os de gastronomia, os maiores mobilizadores de público no que a eventos diz respeito. A possibilidade de se adequarem aos espaços disponíveis e o que foi sendo modelado como “atitude festivaleira” (termo também aplicado aos que optam por férias repartidas entre vários festivais, nomeadamente no Verão), congregaram não só estruturas mais profissionais como organizações mais focadas na oferta de um conjunto de serviços de apoio ou complementaridade ao “produto primário” música.

Dentro do que são os Festivais musicais, há alguns exemplos internacionalmente reconhecidos com procedência nacional, sendo um deles o anual SWR Barrocelas Metal Fest (<http://naam.pt/swr-fest/pt/news>), que tem lugar em Barrocelas – Viana do Castelo (uma localidade com menos de 4000 habitantes). A colocação do enfoque num nicho de mercado e a capacidade de organizar uma iniciativa com essas características, numa espacialidade não apelativa (em primeira instância), tornou o Barrocelas Metal Fest um dos exemplos de excelência no panorama português de Festivais de nichos (um outro, ligeiramente anterior em existência mas pensado para um formato indoor, é o Hardmetalfest, em Mangualde, Viseu, cuja primeira edição ocorreu em 1997).

Outra característica de relevo foi a possibilidade do estabelecimento de parcerias que poderiam ser consideradas improváveis à data mas que se mantiveram ao longo das edições (Barrocelas iniciou as suas edições do Festival na Casa do Povo local) e o facto de optarem por uma altura do ano – Abril – em que a concorrência com outros eventos é menos e os custos de execução se tornam por essa via mais competitivos (o mesmo para Mangualde, que normalmente ocorre durante o mês de Janeiro).

Proposta 3 – Criação de um Evento de Arte em Espaço Público em conjugação com a criação de hubs de alojamento e residências/incubação SCC

O conceito de Arte em Espaço Público, melhor designando a tipologia artística que Arte Pública, implica a concepção e implementação de propostas (perenes e/ou efémeras/temporárias) em espaço sob tutela e gestão comum. Por norma aborda-se esta tipologia em espaços urbanos (Street Art) ou em espaços “ajardinados” urbanos ou peri-urbanos de congregação quanto à valorização da localidade de referência e procurando mobilizar o conteúdo turístico da mesma.

Os eventos ou “museus” de Arte em Espaço Público, quando optando por uma funcionalidade mais efectiva e duradoura, possuem vários exemplos de destaque, sendo o polo de referência o Reino Unido com múltiplas experiências de sucesso. Quer pelo aproveitamento da natureza em estado autónomo (propostas sustentáveis e eco-friendly), quer pela adequação do evento e das propostas criativas a áreas que sofreram algum tipo de impacto destrutivo (antigos espaços de extracção mineira, por exemplo).

Quando se opta por este tipo de proposta, a primeira questão passa pela delimitação de uma área que sirva de implantação aos projectos artísticos “escultóricos” (não definindo em demasia as tipologias escultura, instalação, etc.) e que, regra geral resultam de convites formulados a criadores seleccionados por um comité de coordenação (regular ou temporário) ou pela abertura de um concurso público – internacional se havendo recursos disponíveis – ou ainda por uma abordagem mista quando há a possibilidade de incluir mais do que uma obra ou intervenção num mesmo evento. Sendo que os autores das intervenções podem seleccionar o local concreto de implantação. Aqui recorre-se ambiciosamente ao exemplo do que foi a criação e desenvolvimento da Documenta (Kassel, Alemanha - <http://www.documenta.de/en/about-documenta.html>)

Pela sua própria natureza tais projectos de Arte em Espaço Público capacitam um conjunto de outras dinâmicas, nomeadamente o acompanhamento frequente por parte da comissão organizadora/artística (vulgo equipa curatorial), a realização de apresentações públicas, a organização de encontros de cariz académico, etc. Uma outra deriva imediata é a de, havendo múltiplas intervenções na paisagem que se seleccione, se gerar quase organicamente um roteiro ou percurso entre as várias implantações.

Sendo necessário destacar que a componente seguinte da proposta resulta em parte da sessão de brainstorming promovida pela ADDLAP na Quinta da Cruz em Viseu (17/04/2015), a possibilidade de re-validar algumas das localidades (projectos de re-povoamento ou re-ocupação temporária

mas em sucessão), por exemplo uma por município da ADDLAP e focalizando as intervenções nas proximidades dessas localidades, estar-se-ia a criar uma ponte para o desenvolvimento de uma pré-economia local, por via dos visitantes potenciais.

Cada uma dessas localidades, sendo equipadas com as necessárias condições de acesso a serviços Hoje tidos como essenciais (o “pacote básico” de água, electricidade, saneamento, e transportes) a que se junte por exemplo acesso de banda larga e afins), bem como a reabilitação de sistemas vicinais (escolas, etc.) incentivados por financiamento público numa primeira fase se necessário, poderia captar não só novos visitantes – a implantação destas intervenções permite que para lá do momento de inauguração haja frequência não sazonal de visitas – como a de os novos moradores/povoadores se tornarem eles mesmos visitantes e simultaneamente promotores/prestadores de serviços ou simplesmente habitantes em espaço não urbano, podendo desenvolver um novo paradigma, próprio, de vivencialidade (em linha com algumas experiências que vêm sendo realizadas com alguma margem de sucesso também em Portugal -

<http://www.novospovoadores.pt/>).

Um dos principais factores de erro em experiências deste tipo é precisamente a não contabilização do papel dos residentes ou comunidades próximas na máxima extensão (desenvolvimento, implementação, e manutenção/valorização do projecto). É essencial que o *empowerment* local e transgeracional seja conseguido. Com o evoluir do projecto essa questão transgeracional pode deixar de fazer sentido mas numa primeira fase é fundamental até para evitar atritos e imposições.

Cada uma das localidades se adequadamente apetrechada também de espaços que os novos residentes pudessem transformar em B&B ou outro tipo de alojamento, ou fornecendo espaço adequado para a instalação de parques de campismo, conjugada com a reserva de habitações para residências artísticas e expressamente para a criação de negócios de base local (servindo como incubadora), através de um planeamento local, poderia evoluir para áreas experimentais de desenvolvimento pleno social de base criativa.

4 - ADDLAP?

O território em análise compreende grosso modo 5 municípios – Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. No caso específico, potencialmente agrupando, o território da ADDLAP, três marcas distintas por relação aos cursos e recursos fluviais do Dão, Lafões, e Paiva, bem como, no que é o desenvolvimento da demarcação territorial produtiva (agro-florestal, pecuário e vitivinícola) a duas significativas estratégias de promoção que se não podem considerar integradas (Dão e a sub-região Lafões).

Esse é, apesar da circunstância de caracterização que neste ponto se aborda, um dos primeiros obstáculos à análise: a putativa perda de valor e capacidade de atracção, por associação indevida entre a nomenclatura territorial e a criação de uma “marca” unitária de valorização territorial e validação/legitimação dos produtos associados, embora derivando de uma indirecta leitura da revisão do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT, 2013) já que o mesmo documento assenta quase exclusivamente – afirma-se aqui – na valorização do destino Portugal e nas áreas litorais e associadas aos aeroportos internacionais de Lisboa, Porto e Faro (sobretudo), embora consigne alguma importância – no que à ADDLAP interessa – ao termalismo.

Na prática, o território em causa, não opera por via de um denominador comum – o que não sendo exclusivo da região em análise, nela se evidencia – a sua divulgação e difusão, antes valendo a iniciativa institucional e/ou privada na prossecução dos seus próprios interesses. Acresce que a lógica a que a ADDLAP se subordina quanto à delimitação territorial, deixa de parte alguns dos núcleos, existências autónomas ou continuidades que se interligadas melhor poderiam ser operacionalizadas. Um pouco à imagem – salvaguardando as devidas especificidades – do que ocorreu com a classificação das gravuras rupestres do Vale do Côa, classificadas pela UNESCO como Património da Humanidade em 1998, ao que se seguiu uma solicitação formal por parte de Espanha para a extensão da classificação de modo a incorporar o conjunto arqueológico existente do “seu” lado da fronteira, o que veio a acontecer em 2010, adoptando o conjunto a designação de *Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Côa e Siega Verde* que pelo seu carácter unitário e de autenticidade integrada, fundamentaram a decisão.

Por outro lado, integrada na NUT II – Centro, Dão-Lafões (que compreende actualmente 14 municípios), ou mais proximamente (desde 01/01/2015, pela entrada em vigor da revisão de 2013, das NUT’s) designada Viseu Dão-Lafões (com uma outra estrutura de gestão territorial associada, a CIMVDL), a que é dirigida operacionalização específica nomeadamente e também por parte da

Entidade Regional do Turismo do Centro de Portugal (TCP), o efeito catalisador pode – não havendo aqui lugar ou dados para o afirmar, antes se infere – não ser o mais adequado, resultando aparentemente quer em perdas, quer em ganhos, dependendo do sector ou produto que se avalie, embora nenhuma das soluções seja a desejada pelo que consubstanciam quanto à ausência de uma estratégia unificadora (reafirmando que quanto ao território em análise). Contudo, o grande desafio que se aponta é o de, mais do que a eventual dificuldade estratégica na gestão e coordenação, a questão apontada configurar um problema de percepção para o público/mercado. E imediatamente ocorre na designação territorial, com o sequente impacto na delimitação perceptiva que influencia a decisão económica.

A designação Viseu Dão-Lafões coloca um outro desafio que é o da superação – caso se opte por tal – de uma identificação directa do território com a cidade de Viseu. Ou por outra via, a do aproveitamento da referência geográfica para a optimização do destino que importa à ADDLAP. Neste relatório optou-se pela segunda possibilidade (em linha com o que a própria ADDLAP assume¹ e que será utilizado para as leituras dos indicadores turísticos infra), quer pelo que vem já sendo realizado por outras entidades como referido para o TCP, quer pelo amplo espectro promocional que o município de Viseu tem realizado desde 2014 com vista a demarcar-se no panorama nacional liderando os contactos e ligações com regiões e territórios que podem complementar o esforço de valorização do território “viseense” (o estreitar de relações entre os municípios de Viseu e Porto, é disso um bom exemplo, implicando simultaneamente o abrandar de uma linha comum de acção tradicional entre os municípios líder do Centro, como Coimbra e Aveiro, que entre si, apesar de tudo, competem), e por fim, a capitalização das existências sediadas em Viseu – caso do MNGV – em benefício do remanescente território, ou como apelo inicial ou como coadjuvante à estadia e investimento nos restantes municípios da ADDLAP (por exemplo como garante de oferta complementar a uma estadia com outros fins, como o termalista/de saúde).

¹ ADDLAP. *Quem Somos – Território*. (retrieved 09-06-2016, from http://www.addlap.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=470)

Proposta 4 – Definição de uma Nomenclatura Territorial Operativa que permita um efectivo *Destination Marketing* autónomo

Regions are no longer autarchic, no matter how many resources they may have. They depend increasingly more on national and international developments, on their inner dynamics, on their stakeholders' involvement, as well as on their external relationships. In order to develop, regions have to promote themselves externally, both as a unique compound and a mosaic of individual offers. Territorial marketing is increasingly more important in the modern economies and societies, considering the globalization, the increased connections and interdependencies between regions, the growing tourism activities as well as the developing economic needs. (Zbucea, 2014)

Na linha do citado, apresentando-se já o que possa ser uma implementação de valorização e recorrendo aos exemplos mais assumidos de diferenciação territorial, a prática internacional – mesmo quando em países territorialmente mais significativos que Portugal – procura a demarcação “regional” (por regiões/espacialidades administrativas ou conceptuais) localizada. Nos exemplos que possuem agregado algum tipo de certificação de índole ou associação geográfica – Vale do Loire em França, ou o Vale do Reno (parcialmente) na Alemanha, em ambos os casos como Património da Humanidade pela UNESCO – sendo mais imediata a possibilidade. Nos restantes, como por exemplo as Terras Altas Escocesas ou mesmo no já citado exemplo que engloba o Rio Reno, a incorporação de uma premissa conceptual de atracção: no que respeita ao segundo dos casos pela designação de “Alemanha Romântica”, por sua vez segmentada em várias outras áreas de visita. O disposto cria um enfoque que, apelando a uma circunscrição geográfica, adiciona uma componente sensorial quer quanto aos habitantes, quer quanto aos potenciais visitantes.

No elemento em análise, e como referido anteriormente, a própria definição do território é complexa, traduzindo-se em ineficiência comunicativa, pelo que a primeira instância seria a de definir e implementar internamente uma nomenclatura que validando o que até aqui tem sido feito, possa clara e inequivocamente agrupar as existências e enformá-las numa oferta concreta e demarcada. Neste sentido, a utilização do critério chave que quanto à UNESCO serve de base para a atribuição da categoria de “Património Mundial” (em qualquer das vertentes Cultural Tangível/Material, Cultural Intangível/Imaterial, ou Natural) deve servir de orientador: o critério de autenticidade.

Aqui porventura e apenas a título ilustrativo, os ducados de Lafões e Viseu poderiam operar uma re-avaliação perceptiva do território, consubstanciando territorialidade, existência histórica fundamentada e um agregador potencial de actividades e produtos (como ocorre já por via do afirmado para o sector vitivinícola).

Numa segunda nota, a criação de um destino, deve antever sempre a sua consideração de sustentabilidade e não o considerar como prioritário seria um erro de planeamento (ou sua ausência). A nível internacional exemplo referencial é a plataforma da EDEN Network (<http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/eden/>), destinada a promover destinos de excelência, de cariz não massificado, sob a égide da Comissão Europeia, fundando-se no conceito de turismo sustentável e casos de estudo relevantes nesse mesmo contexto. Iniciado em 2006 operava num modelo competitivo nacional que permitia a interacção de boas práticas nacionais para as colocar posteriormente num contexto internacional e promover a troca de experiências dentro da União Europeia. Desde 2013 que as competições e os encontros não têm lugar embora se mantenha a informação gerada durante o período 2006-2013 (a indicação é de página arquivada a 02/02/2015) e as contas em várias redes sociais, sob a designação original do projecto, “EDEN – European Destinations of Excellence”. Até 2013, os principais destaques dentro dos destinos considerados pela EDEN foram precisamente dentro do turismo rural e património imaterial. O manancial de informação agregado, especificamente quanto a boas práticas europeias mantém-se disponível.

Mais do que o *branding*, que prossegue finalidades de afirmação de um produto, o *destination marketing* – comumente utilizado no contexto do marketing turístico patrimonial cultural – advoga uma estratégia de desenvolvimento local alargado, incluindo os agentes pré-existentes (comunidades residenciais, empresas, etc.) e os visitantes numa mesma plataforma. Para lá do espectro de desenvolvimento sustentado – que o possui – deriva igualmente por inerência na criação ou de produtos específicos associados ao destino, ou de plataformas para a criação desses mesmos produtos (condições para I&D).

Ressalva-se uma vez mais que o objectivo do relatório é o da análise do território da ADDLAP e tem em vista os seus potenciais interesses e benefícios, no entanto, Dão-Lafões é já, pelo investimento consignado à definição da NUT II que nomeia, uma via pela qual se poderia realizar – considerando alguns autores e entidades que se realiza já – uma consolidação de um destino. A opinião aqui expressa é a de que esse benefício – consolidação do destino Dão-Lafões – se vem operando mais pela via do *place branding* “Viseu” e várias sub-marcas com seus slogans (“A Melhor Cidade para

Viver”, etc.) que pela capitalização de um território de destino global. O que ainda assim pode ser funcional e mesmo essencial para um *destination marketing* de sucesso: estar “sob” um *branding* alargado e integrar sobrepondo territorialmente outros *place brandings*.

5 - Indicadores Demográficos²

A nível demográfico, o território em causa apresenta uma população residente de 140142 pessoas, com uma densidade populacional média de 78,4 hab./Km² ou 49,5 hab./Km² se se excluir o município de Viseu (192 hab./km²). Em qualquer dos casos, inferior à média nacional (113 hab./km²). Do disposto fica claro o poder de atracção da cidade referida e seu território concelhio, ao mesmo tempo que denota para os restantes municípios a possibilidade de ocupação versus perigo de desertificação da área em causa. Como indicador complementar deve acrescentar-se que para os municípios que integram a ADDLAP, a taxa de crescimento é negativa em todos os vectores (efectivo, natural, migratório).

No entanto e embora sem dados concretos geograficamente circunscritíveis que se possam aqui apresentar, a NUT Viseu Dão-Lafões é um dos destinos principais do designado “mercado da Saúde”/das Comunidades, caracterizando-se o período estival por um acréscimo populacional significativo. A Revisão PENT (2013, p.24) estima um número em torno a 1 milhão de visitantes enquadrados nesse grupo, ao longo do ano, de que a região Dão-Lafões beneficia com algum significado por ser uma das mais relevantes contribuidoras para o fenómeno da emigração portuguesa, transversalmente ao período de origem do fluxo.

Um outro indicador demográfico, ainda que de configuração territorial, é o que resulta da definição expressa de freguesias rurais, por via dos critérios da OCDE vertidos nos Planos Estratégicos Nacionais de Desenvolvimento Rural e que enformam o território em análise. Por essa via e por maioria de razões, a totalidade do enfoque dado à análise vem sendo e seguirá como de desenvolvimento rural com uma significativa âncora urbana (Viseu e o considerado “centro histórico”, com os equipamentos e existências culturais nele contidos).

Uma outra barreira ao desenvolvimento do presente relatório e sua expressão resulta do facto de os documentos estratégicos nacionais, não se vocacionarem com particular acuidade ao objecto aqui tratado. A Revisão PENT (2013) direcciona-se quase na globalidade para regiões, produtos ou destinos de alcance urbano ou respectivas áreas de influência (como anteriormente referido) e o PDR (2014), ainda que capacitando um território no qual se pode aportar quanto à ADDLAP, propõe

² Todos os indicadores são adaptados de: Instituto Nacional de Estatística (2014). Anuário Estatístico da Região Centro – 2013. Lisboa.

ou promove valências de valorização prioritariamente dentro do complexo agro-florestal. A lacuna quanto ao papel do património cultural (se bem que aportado por via indirecta), seja na vertente material ou imaterial, para um território como o da ADDLAP e suas populações, no que deriva de estratégias nacionais portuguesas, é um factor preocupante.

Proposta 5 – Registo Oficial e Certificado dos “Curadores” Locais quanto ao Património Cultural

O indicado supra coloca-nos perante uma avaliação do território da ADDLAP e suas populações, sob consideração de ruralidade ampla, ou antes perante um território de amplos espaços e comunidades consideráveis rurais, em contraste com poucos aglomerados urbanos, dos quais se destaca a cidade de Viseu. Embora assumindo uma leitura focada no centro de atracção como potenciador ou coadjutor do desenvolvimento regional imediato, a valia e o escopo de oportunidades que existem nesta dinâmica rural deve ser considerada e eventualmente aproveitada. No entanto, na linha dos documentos referenciados e tal como Matarasso (2002, p-26):

One natural place to start looking for a future for rural culture—according to some—is the past. After all, that is where rural culture has so often seemed to be located, in contrast to the exploratory mission of urban modernism. Rural culture is easily characterized as heritage, and it is true that much of its assets and activity has deep roots. Traditional music and dance, as well as age-old rituals like Derbyshire’s springtime well dressings, do represent much of what is culturally distinctive about rural areas. Museums of rural life abound, filled with the discarded implements of another age, pictures of smocked labourers peering through the fog of nineteenth century photography and examples of rural crafts like the emblematic corn dolly. Even the animals are preserved in ‘working farm museums’ as rare breeds.

Este sentido imediatista é em si mesmo uma proposta de acção, embora assumindo que a ironia (já que o autor igualmente defende uma produção artística/cultural contemporânea, de base ou sede rural, assumindo que não é o urbano que gera artistas ou criadores – aqui remete-se para a **Proposta 3**) disposta na citação possa igualmente ser transposta para o contexto urbano – com suas nuances – e no entanto aplicar-se quase imediatamente como um referente territorial, na

senda do já enunciado critério de classificação “autenticidade”. Um espaço que se deseje considerar e efetivamente se revele autêntico em termos “rurais” poderá dispor de um percurso próprio e aí basear o seu desenvolvimento. Eventualmente tal pode ser aplicado ao território da ADDLAP (ainda que igualmente a muitos outros). Um dos exemplos mencionados por Matarasso era o de museus da ruralidade, contendo a própria “personificação” de quintas com seus animais e o trabalho quotidiano, algo que sendo uma prática turística já relativamente implementada (por exemplo ao nível das vindimas no Douro ou das férias de trabalho em herdades e quintas) pode a prazo constituir um processo de eco-musealização valorizável, inclusive economicamente: o campo como espaço eco-museal para os cidadãos. Este relatório não o defende, apenas o indica como possível, já que a consideração de uma vivência ou manifestação cultural como espécime em vias de extinção e por isso preservado artificialmente, é um indicador de definhamento, nunca de desenvolvimento.

O mesmo Matarasso propõe três possibilidades para a valorização do que seja “cultura rural” ou mais especificamente “práticas artísticas rurais contemporâneas”: Conservação, Desenvolvimento Rural, e Desafio Cultural. Na primeira, que aqui se releva, pelo assumir do primado da conservação como prática corrente e directa de um modo de agir, estar e percepção do mundo: ou seja, os habitantes de um dado espaço são os primeiros agentes na preservação das vivências com o espaço relacionadas bem como do espaço em si (na senda do ICOMOS). Numa lógica de preservação das existências culturais (materiais e imateriais), é às comunidades próximas das mesmas existências ou delas parte, que fundando e apetrechando com os necessários instrumentos, se pode confiar o primeiro patamar de políticas de salvaguarda, no imediato pelo conhecimento das existências locais patrimoniais culturais e “histórias” (sejam lendas, ou outros indicadores de memória partilhada) às mesmas associadas.

Havendo um conhecimento de quem, por aldeia, freguesia ou outra circunscrição definida, possa corporizar a responsabilidade e a visibilidade associada a práticas de registo e transmissão de dados quanto às existências patrimoniais locais, é um primeiro passo para que, a valorização de uma existência se não opere *top-down* (por imposição técnico-científica e inevitavelmente orientada por critérios que não os de adesão comunitária, logo identitária) antes, pela valorização própria e próxima, num investimento emocional – com os inerentes riscos, também, de abusos da condição de “curador” – que permita a garantia de que essa mesma proximidade e a consciencialização de validade da acção do agente motivem práticas de conservação.

É uma operação próxima à sugerida na **Proposta 1**, e pode ser com ela harmonizada, embora o escopo e os objectivos sejam distintos.

6 - Existências Culturais³

O primeiro indicador relevante para esta apreciação é o dos bens (imóveis) classificados por município – como referido, o único que nos traduziria com correcção o espírito da lei de bases do Património Cultural. Neste e integrando a análise na região Centro, Viseu Dão-Lafões destaca-se como a NUT III com maior número de existências (177; sendo 57 pertencentes ao território da ADDLAP) e Viseu surge como o sexto município mais relevante (29), ou quarto (26) se se não contabilizarem as classificações de interesse municipal. Esta tipologia de classificação é aliás deficitária em grande número de municípios, sendo igualmente uma possibilidade de acção futura ao nível de uma protecção menos intensa mas com maior escopo de aplicação e potenciação (quer socio-cultural, quer turística, quer mesmo ao nível dos planos de ordenamento urbano e territoriais gerais).

Com base no levantamento realizado para este estudo e que complementa os dados anteriores é necessário introduzir algumas ressalvas:

1. Não se lhe atribuirá a designação de inventário pelo que aos inventários e mais propriamente aos processos de inventariação e catalogação está adstrito.
2. Sendo um levantamento sistemático não pode nem deve ser visto, contudo, como finalizado
3. O presente levantamento visa consubstanciar as principais existências, do ponto de vista patrimonial, da região da ADDLAP. Para lá do património classificado ou em vias de classificação, e por isso abrangido por alguma forma de protecção, nacional ou local, optou-se por incluir igualmente as existências patrimoniais que, embora não usufruam desse estatuto, são igualmente representativas da região ou localidade onde se inserem.
4. Como elementos de valorização patrimonial consideraram-se: a antiguidade do bem, a sua relevância para a história local/nacional, a exemplaridade, a representatividade de modos de vida, a qualidade artística e o risco de perda.

³ Todos os indicadores são adaptados de: Instituto Nacional de Estatística (2014). Anuário Estatístico da Região Centro – 2013. Lisboa.

5. Devido ao elevado número de existências optou-se por fazer a georreferenciação apenas dos bens classificados de âmbito nacional considerando no entanto que seria importante alargar essa referência aos restantes.
6. Aos elementos de PCI será feita referência neste ponto pelo que anteriormente e aquando da apresentação de conceitos foi já indicado
7. Não se aborda pela sua especificidade e pelo propósito inicial do estudo o conjunto extenso de bens patrimoniais culturais móveis

A utilização de existências patrimoniais culturais para a sustentação turística ou de outras actividades de índole mais marcadamente comerciais, é de há muito conhecida. O “Grand Tour” do Iluminismo que encorajava e implicava deslocações e estadias prolongadas em Itália (numa altura em que as ruínas romanas eram superiores em degradação que em conhecimento sobre as mesmas) marcaram fortemente o modo de ser e agir social dos eruditos e classes privilegiadas de então. Algo equivalente às deslocações da geração “Flower Power” à Índia, partilhando de costumes, paisagens naturais e edificado de uma cultura “estranha” ao Ocidente.

Mais recentemente (sobretudo a partir de finais do século XVIII e vincados na centúria seguinte) e com a criação dos processos e equipamentos museais, a tónica transferiu-se para uma educação “para o povo”, o que de certo modo ainda está presente no modo como os museus são encarados: espaços sacralizados de conhecimento não dialógico e transmitido por “sábios”. Só com o alvor das correntes museológicas da década de 1960 em diante se aportou a participação colectiva (comunitária) e a partilha no processo de acesso e definição patrimonial.

Parte desse movimento foi transposto em documentação institucional (que já se abordou) e a salvaguarda dos modos de viver e suas manifestações deu igualmente margem de existência aos elementos quotidianos para que se tornasse ou fossem pelo menos pelos seus criadores percepcionados como Património Cultural.

Este é o contexto em que nos encontramos. Apesar de tudo isso, é reconhecido que as certificações patrimoniais de instâncias universalmente aceites e reputadas (UNESCO) configuram um incremento de atenção que se materializa em visitantes ao que seja certificado.

Na ausência de uma tal certificação, os museus pela sua capacidade institucional e pela oferta de um conjunto de existências móveis num mesmo espaço são outro elemento fundamental na proposta turística. Os mais recentes museus de território, são, pelas suas próprias características e

composição uma possibilidade que ao visitante se oferece de interagir com o território sem percorrer cada uma das parcelas do mesmo, recolhendo um conjunto de informação que lhe permita sentir “perceber” a realidade com que contacta, ainda que apenas pela ligação a uma das dimensões que ao território se podem aportar.

6.1 - Levantamento do Património Cultural Imóvel da ADDLAP

O reforço da necessidade de se prosseguir – acondicionando os múltiplos contributos possíveis, em particular os decorrentes de interesses e mobilizações locais – um levantamento patrimonial, já que nunca se poderá dá-lo como finalizado torna-se aqui necessário.

Das existências incluídas no levantamento podemos sub-dividi-las tipologicamente do seguinte modo (contabilizando pela valência principal os casos em que seria possível uma dupla integração):

Tipologia (primado da arquitectura:)	Nº de Existências
Administrativa	18
Assistencial	1
comemorativa	5
de lazer	1
de armazenamento	3
de saúde	3
de transformação	9
Educativa	15
Ferrovária	1
Funerária	8
infraestrutural	51
Judicial	1
Militar	4
prisional	4
religiosa	308
residencial	60
Castro	3
(sem especificação)	7
TOTAL	502

A variedade tipológica aqui consagrada destina-se a poder de modo amplo compreender as especificidades dos elementos referenciados. Se havendo interesse posterior na construção de modelos de operacionalização dos elementos integrados no levantamento, aparenta ser mais

relevante ao potencial visitante – o investigador procederá através de uma análise mais detalhada do levantamento – poder apresentar uma divisão que oriente quase imediatamente aos interesses de quem com o levantamento tenha contacto. Este uso tipológico é o aplicado a este levantamento e não se defende a sua operacionalização alargada, antes e apenas, para os efeitos enunciados.

Em termos de dispersão territorial – municipal e excluindo por pertinência territorial da ADDLAP as freguesias urbanas de Viseu – a configuração é a que se segue:

Município	Nº de Existências
Oliveira de Frades	93
São Pedro do Sul	97
Vila Nova de Paiva	60
Viseu	154
Vouzela	98

Da tabela e embora salvaguardando novamente os critérios já indicados que levaram à construção deste levantamento, pode-se retirar uma percepção territorial e ocupacional próxima ao que é a História Moderna e sobretudo Contemporânea de cada município (o que por si permite o estabelecimento da ligação entre o levantamento das existências patrimoniais e o modo como os territórios são “vivenciados”, já que as primeiras nos auxiliam pela sua tipologia e número ao entendimento de como a construção territorial se fez e a que tipo de prioridade/necessidade recorrendo as populações).

Do levantamento, ressaltam algumas potencialidades imediatas ainda que muitas delas já só recuperáveis pelo tratamento da(s) memória(s) associada(s). Tal é o caso das estruturas ferroviárias que após o desmantelamento da linha do Dão se degradaram ou foram destruídas, mantendo-se uma forte presença das transformações operadas pela sua implantação e utilização ao longo de cerca de um século (transformada em Ecopista do Dão, num bom exemplo de adaptação à realidade e necessidades presentes, apesar da perda patrimonial edificada). Havendo um grande apelo internacional pelo turismo de vocação industrial, as existências ou antes as permanências (estruturas e memórias) poderiam ser melhor capitalizadas através de um processo mais imersivo – não necessariamente um museu físico.

Na mesma linha de entendimento aquilo que é a multiplicidade de existências pré-históricas identificadas no território e apelando aos actantes agentes ligados à arqueologia, poder-se-ia beneficiar – Vila Nova de Paiva, fá-lo-á porventura melhor que os seus vizinhos, com o Museu a que

já se aludiu – de uma optimização e divulgação (até porque houve nos vários municípios um investimento no sentido de limpeza e manutenção dos contextos de implantação e identificação ou sinalização) das existências.

A um outro nível que não expressamente indicado no levantamento, referente ao património mineiro ou de extracção, .os exemplos internacionais têm sido pródigos na capitalização e transformação de áreas – por vezes extensas – da paisagem em que as marcas da industrialização mais e intensamente se fizeram sentir. A Alemanha, na região do Ruhr, conhecida pela antiguidade dos procedimentos de extracção de carvão e denominada informalmente Ruhrpott (“pote de carvão” em tradução livre) que transformou uma região adequada a processos e existências mineiras num exemplo de cluster criativo (em 2010 foi indicada – a região por inteiro – Capital Europeia da Cultura) desmultiplicado por várias localidades cada com sua abordagem à tradição que era comum. Na região alargada de Viseu e por via sobretudo do volfrâmio há um amplo espectro de utilização – parcialmente já com ocupação turística dedicada – que principia a ser rentabilizado (já após a redacção deste ponto do estudo foi notícia no Jornal do Centro nº689, de 26/06/2015, p.2-4 e por ocasião das comemorações que a Câmara Municipal de Vouzela ia promover quanto ao centenário das minas da Bejanca, um conjunto de iniciativas que se inspiram e materialização esta tipologia patrimonial).

Há uma outra valência no património considerado industrial (numa formulação ampla) que é a da reabilitação urbana ou reconfiguração/recuperação do edificado associado, pelo presente “gosto” que a arquitectura industrial gera. A utilização de antigos equipamentos (estruturas fabris, casas do pessoal, refeitórios/cantinas, etc.) para habitação ou serviços, bem como instalação de empresas ou clusters criativos (a Oliva Creative Factory em São João da Madeira, por exemplo) são uma tendência global – e a região de Viseu possui vários desses exemplares cujo uso estrito cultural ou de valorização económica é possível. Aqui pode ser factor relevante também a recuperação e requalificação/adaptação igualmente de estruturas de estética modernista que pautaram o amplo processo construtivo associado ao Estado Novo.

Nada do que se reportou pode no entanto ser realizado sem um mais profundo processo de conhecimento do que há, como está e qual o seu historial e isso necessariamente implica um renovado esforço e um esforço perene, partilhado e com adequados recursos humanos (as técnicas, modelos e procedimentos *low cost*, sendo válidos e funcionais sobretudo em fases experimentais necessárias quando há grande amplitude de objectivos, só não podem ser *low cost*

na vertente dos recursos humanos e esses obrigatoriamente devem ser o mais capacitados possível).

6.2 - PCI

O PCI é neste território marcado fundamentalmente pelas manifestações religiosas locais (procissões sobretudo) e pelas festividades associadas aos Santos Populares. As Cavalhadas (Teivas e Vil-de-Moinhos) são paradigmáticas do poder de atracção que exercem e empenho que motivam. Em Vila Nova de Paiva são de destacar – pela sua originalidade e unicidade – as expressões carnavalescas (Entrudo) das localidades de Touro e Pendilhe – os Entrudos são igualmente uma das mais expressivas formas de expressão ao nível do PCI na região em causa, Repeses – Viseu, patenteia uma outra denotada tradição nesse contexto.

A um nível superior quanto às anteriores coloca-se a Feira de São Mateus que pela sua temporalidade, antiguidade e alcance, se tornou um símbolo regional (já o foi nacional e com alcance internacional em centúrias anteriores).

Mais correntemente, são várias as manifestações públicas associadas a práticas criativas contemporâneas que fazem recurso de expressões fundamentadas nos modos de ser e viver locais.

Não se avançará muito mais que o disposto nesta valência concreta de Património Cultural pelo que se afirmou no capítulo dedicado aos conceitos. A única possibilidade de explanar a validade, diversidade e importância do PCI e de cada uma das suas existências, só pode – científica e tecnicamente – ser realizada em conjugação com as populações tutelares e com uma criteriosa sistematização dos vários elementos que compõem cada uma dessas existências.

O risco do PCI – e que por vezes transcorre nas afirmações menos ancoradas na terminologia científica – são a da consideração alargada de toda e qualquer manifestação como “Património”. Considera-se aqui que é mais provável que improvável; no entanto, essa probabilidade deve ser confirmada pelos vectores de autenticidade e pertinência das existências, caso contrário corre-se o franco risco de degradação de uma das poucas (efectivamente muitas localidades não possuem já, ou alguma vez sequer possuíram existências materiais) patrimoniais culturais que algumas comunidades mantêm.

A incorporação de elementos contemporâneos não se traduz por si só em perda, é no entanto necessário reforçar o esforço de manutenção do processo histórico das manifestações... No outro extremo do espectro, a multiplicação de eventos ou manifestações contemporâneas, se não cuidadas na sua génese, conceito e adequação aos fins que pretende alcançar, serão polos concorrências entre si, sem que, no conjunto se destaquem extra-territorialmente e ajam como ancoras de atracção (muito menos o farão ao nível do suposto desenvolvimento que pretendem afirmar). Ao contrário do que pode ser entendido não é por haver “eventos” que haverá “turistas”: não basta assumir os turistas como desejáveis para que eles adiram à iniciativa e se desloquem a um território.

6.3 – Percursos, Rotas e Roteiros

Os percursos, rotas e roteiros são uma prática instituída e consagrada há vários anos. No território da ADDLAP e por município são identificadas as seguintes propostas (tal como discriminadas e disponibilizadas pelos serviços e plataformas de cada município):

Percursos, Rotas e Roteiros por município da ADDLAP				
Município	Percursos	Rotas	Roteiros	Circuitos
Oliveira de Frades	1			
São Pedro do Sul	10	1		
Vila Nova de Paiva				
Viseu	6			2

Vouzela	11			4
---------	----	--	--	---

Não se indicando aqui o seu cariz certificado (ou a ausência de tal marcador), a realidade é a da apresentação de um número bastante elevado desta tipologia de dinamização territorial (por vezes apenas de incidência patrimonial – embora residualmente). No entanto a informação é díspar, diferindo de município para município e não congrega a totalidade das possibilidades de uso e relação mesmo no que a cada município diz respeito.

Ao nível de uma credenciação volta a verificar-se o problema das distintas “tutelas” (antes encaradas como acções fundamentalmente privadas (associativas ou federativas, mesmo que sem estatuto de utilidade pública), ou globais que incorporam a responsabilidade pelo registo e certificação/homologação e sua manutenção, recolhendo por essa via benefícios de ordem financeira e/ou logística.

Quantitativamente, os mais relevantes tipos de circuitos e rotas, provêm actualmente das determinações de pedestrianismo, sendo em Portugal, a entidade certificadora (que procede à homologação) de percursos pedestres é a Federação Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) que gere o Registo Nacional de Percursos Pedestres (RNPP). A tabela que se segue, procedendo da referida entidade não é ainda um dado público pelo que se deve referir a disponibilidade da FCMP para o seu envio, de modo a integrar o presente estudo:

TIPO	NUM	COD	NOME PERCURSO	CONCELHO	DISTANCIA TOTAL	ENTIDADE PROMOTORA	Registado	Homologado
PR	1	SPS	Rota de Manhouce	São Pedro do Sul	13,1	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	SIM	
PR	2	SPS	Rota da Bétulas	São Pedro do Sul	10,7	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	SIM	
PR	3	SPS	Rota da Cárcoda	São Pedro do Sul	14,6	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	SIM	
PR	4	SPS	Rota do Castro do Banho	São Pedro do Sul	16	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	SIM	
PR	1	VLZ	N.º Sr.ª do Castelo	Vouzela	8	Câmara Municipal de Vouzela	SIM	
PR	2	VLZ	Um olhar sobre o mundo rural	Vouzela	18	Câmara Municipal de Vouzela	SIM	
PR	3	VLZ	Trilho da Serra do Caramulo	Vouzela	16	Câmara Municipal de Vouzela	SIM	
PR	4	VLZ	Trilho da Penota	Vouzela	13	Câmara Municipal de Vouzela	SIM	
GR	28	SPS	Por Montes e Vales de Arouca (Troço Concelhio)	São Pedro do Sul	90	Câmara Municipal de Arouca	SIM	
PR	8	VIS	Trilhos Póvoa Dão	Viseu	6,33	Allegro - Actividades Hoteleiras e Lazer	SIM	SIM
PR	1	VIS	Rota da Ribeira de Várzea (Calde)	Viseu	8,8	Câmara Municipal de Viseu	SIM	
PR	2	VIS	Rota do Feto (Mundão)	Viseu	5	Câmara Municipal de Viseu	SIM	
PR	3	VIS	Rota de Corvos (Santos Evos)	Viseu	4,8	Câmara Municipal de Viseu	SIM	
PR	4	VIS	Rota de Santa Eufémia (Cepões)	Viseu	9	Câmara Municipal de Viseu	SIM	
PR	5	VIS	Rota das Termas de Alcafache (São João Lourosa)	Viseu	2	Câmara Municipal de Viseu	SIM	
PR	6	VIS	Rota do Quartzo (Campo)	Viseu	6	Câmara Municipal de Viseu	SIM	
PR	7	VIS	Rota de Vale de Cavalos (Côta)	Viseu	8,5	Câmara Municipal de Viseu	SIM	
GR	37	VIS	Grande Rota de Mamaltar de Vale Fachas	Viseu	33,87	Câmara Municipal de Viseu	SIM	SIM
PR	9	SPS	Trilho do Vouga (SPS-VLZ)	São Pedro do Sul	4,4	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	SIM	SIM
PR	9	VLZ	Trilho do Vouga (SPS-VLZ)	Vouzela	4,4	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	SIM	SIM

Imagem 3 – Percursos Pedestres integrados no Registo Nacional de Percursos Pedestres (fonte FCMP)

Da leitura da mesma, resulta que há um conjunto de 19 percursos registados, sendo apenas 4 homologados. Dos 19, 2 são Grandes Rotas e apenas o registo de 1 foi promovido por entidade privada.

Quanto a circuitos BTT (/ciclismo), a referência nacional é a Rede de Centros BTT (<http://www.centrosdebt.pt/>), a cargo da União velocipédica Portuguesa (UVP) e da Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC). Os centros destinam-se a criar condições, estruturas e equipamentos, considerados indispensáveis à prática ou à experimentação de percursos (ver o regulamento de homologação:

http://www.centrosdebt.pt/docs/regulamento_centros%20de_ciclismo_btt.pdf) que venham a ser criados e homologados. Sendo este um processo relativamente recente, é de notar que dos 4 Centros BTT nacionais já homologados, existe 1 em Vouzela, acompanhado de 7 percursos.

Uma outra referência quanto a esta tipologia de instrumento de dinamização é o dos “caminhos” ou “rotas”. Estruturas mais alargadas, por norma de agrupação trans-municipal quanto ao território e que se adequam a áreas protegidas (<http://www.rotavicentina.com/>) - fruto da acção de uma

associação de agentes privados do sector hoteleiro, embora com recurso a co-financiamento comunitário) ou valências histórico-culturais e religiosas (<http://culture-routes.net/routes/the-santiago-de-compostela-pilgrim-routes>). Se o primeiro dos casos – não exclusivo – depende frequentemente de acções nacionais ou locais, mais ou menos integradas mas sobretudo de pendor turístico orientado para um potencial mercado internacional; o segundo integra-se numa lógica de acção internacional certificada “Rotas Culturais da Europa”, projecto criado em 1987 e gerido pelo Conselho da Europa.

O Rotas Culturais da Europa (RCE: <http://culture-routes.net/>) é um dos mais interessantes projectos transfronteiriços existentes no espaço da UE tendo actualmente um conselho tutelar (o Instituto Europeu de Rotas Culturais, sediado no Luxemburgo). De referir que estão associadas a Portugal 12 rotas (de um total de 29 certificadas), no entanto, pelo território da ADDLAP apenas uma delas possui traçado (Rota dos Peregrinos de Santiago de Compostela) e meramente com um ponto de referência em Viseu (Centro de Informação). A utilização dos recursos de divulgação destas rotas não é assim a mais significativa e surge o RCE como mais uma âncora relativamente desconhecida – aliás como boa parte das acções e programas do Conselho da Europa no que se refere ao grande público. No caso específico da Rota de Santiago, é mais frequente um conjunto de referências pessoais ou institucionais sem certificação (exceção feita ao Xacobeo galego), que às RCE, o que impede um correcto tratamento da informação e gera perdas de valor acrescentado na rota e no apelo – o que uma vez mais se integra nas já vastas indicações de disparidade de fontes quanto aos elementos culturais.

Boa Prática J – Musée Territoire 14-18 (França, 2014)

O Museu do Território 14-18 (<http://www.musee-territoire-1418.fr/>), é um museu a céu aberto que incorpora um conjunto de valências edificadas (por exemplo o centro de interpretação: Espace Découverte du Musée Territoire 14-18) e as várias localidades num amplo percurso conhecido por “Linha Vermelha” durante a 1ª Guerra Mundial (1ªGM).

“Aproveitando” do centenário da ocorrência e do período que se lhe seguiu, a lógica de acção e utilização foi mais direccionada para uma apresentação da história dos espaços e pessoas que com ele interagiram, que para a materialização de novos equipamentos e estruturas de acompanhamento. Sendo um projecto trans-territorial, a sua plausibilidade e exequibilidade radica – potencialmente, tendo em conta a sua recente existência – no apelo emocional local e

nacionalista (aos descendentes dos envolvidos e aos habitantes da região), ao marco humanitário que a guerra de trincheiras constituiu (pela agressão e referencial “inumano” que lhe é imputado bem como a várias das ocorrências da 1ª GM), à indicação da informação como mobilizador das posteriores dinamizações do museu quer pela própria instituição quer por grupos externos, à visita ao próprio território valorizando a sua sobrevivência e “supervivência” ao acontecimento, sem descurar ou ocultar as marcas/feridas que foram legadas. Pouco há a supor de investimento corrente, ou seja os custos de manutenção são os já expectáveis na região para a manutenção territorial e patrimonial que era até então realizada.

Possibilitando a integração num mesmo modelo, de um conjunto vasto de existências patrimoniais, e acompanhado do fornecimento de chaves de “visita” (físicas e virtuais, no site do museu) e a sugestão de marcos no território, o Museu possui um elemento de apelo a quase qualquer visitante, independentemente do grupo tipológico em que os visitantes se insiram.

7 - “Cargas”

Tem sido temática recorrente nas conversas e apresentações exploratórias do novo modelo que os programas destinados a aproveitar os financiamentos “2020”, fazer afirmações relativas à capacidade física que a região Centro e o município de Viseu em particular possuíam ainda para reforçar a sua oferta de modo a acolher visitantes/hóspedes. Não se tratava apenas do número de empreendimentos/camas existentes (embora e em boa verdade, também) mas de algo mais especioso: a capacidade de se acolher um fluxo turístico sem prejudicar, adulterar, em suma destruir ou não preservar convenientemente, o conjunto ou conjuntos patrimoniais que na região existem. Ou seja, considerava-se já o limite que a região devia estabelecer para a preservação das suas existências patrimoniais culturais e naturais.

Contudo, o conjunto de dados estatísticos relativos a Viseu, demonstram com alguma clareza que o Turismo é possível e necessário mas ainda estamos no ponto de ter de ter oferta ou turística directa ou alicerçada numa base comunitária, de modo a que haja interesse em tornar Viseu um destino turístico, eleito pelos próprios visitantes, quase organicamente. Ainda assim está longe de poder estabelecer-se limites pela perda sustentada que os indicadores turísticos apontam.

Segundo dados da Estradas de Portugal (EP -

<http://www.estradasdeportugal.pt/index.php/pt/informacoes/673-evolucao-do-trafego-nas-antigas-scut>) e considerando que os pórticos de cobrança de portagens foram introduzidos na A25 a 08/12/2011, temos a seguinte tabela:

Tráfego Médio Diário comparado das autoestradas A22, A23, A24 e A25 (EP)							
	TMD Novembro		VAR 2010/2011	TMD Dezembro		VAR 2010/2011	VAR Devido a portagens
	2010	2011		2010	2011		
Concessão Interior Norte (A24)	6 297	5 364	-14,8%	6 374	4 548	-28,6%	-13,8%
Concessão das Beiras Litoral e Alta (A25)	13 185	11 872	-10,0%	13 135	10 589	-19,4%	-9,4%

Concessão do Algarve (A22)	13 259	11 196	-20,1%	12 436	6 454	-48,1%	-28,0%
Concessão Beira Interior (A23)	9 685	8 352	-13,8%	10 137	7 157	-29,4%	-15,6%

Ou seja, uma variação de cerca de 20% no que respeita à A25 (eixo viário estrutural da ADDLAP), se comparados os meses de Dezembro de 2010 e de 2011, não devendo ser igualmente esquecido que 2011 representa o ano em que foi negociado e implementado o plano de assistência financeira externa a Portugal (a “entrada da Troika”) com consequentes implicações.

Destes quase 20%, atribui a EP uma variação de 9,4% à introdução de portagens. Curiosamente e ainda que a EP aponte directamente à introdução dos pórticos na A25, uma diminuição de apenas 9,4% no tráfego médio diário, o número de hóspedes em Viseu, entre 2011 e 2012, decresceu 17,9% (o número de dormidas decresceu 19,9%), o que surge como valores demasiado próximos para se não extrapolar que a descida de 19,4% do TMD registado efectivamente não tenha tido impacto em igual escala no turismo viseense (acresce a esta informação o reconhecimento por via do mais recente documento “Turismo 2020 – 5 Princípios para uma ambição, d não aumento da quota de mercado das NUT II Centro, Alentejo, Algarve, RA Açores e RA Madeira, podendo afirmar-se quanto às 3 primeiras que haja influência da introdução de portagens nas ex-SCUT, e em clara contradição com a premissa anunciada no mesmo documento de necessidade de acessibilidades para fundamentar uma nova prática turística).

Da tabela infra que introduz os dados relativos ao número de dormidas e hóspedes para o município de Viseu (integrando-o na sub-região, região e a nível nacional), utilizou-se o marcador “1999” apenas como marcador de comparação quanto ao final do milénio anterior e prévio à introdução e benefício de dois QCA integrais):

Hóspedes e Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros de Viseu e análise evolutiva comparativa nos contextos regionais e nacional (INE,2014)									
1999		2010		2011		2012		2013	
Total		Total		Total		Total		Total	
Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes

	Nº									
Portugal	32 728 061	9 182 603	37 391 291	13 537 040	39 440 315	13 992 782	39 681 040	13 845 419	43 533 151	15 209 605
Continente			31 362 735	12 212 779	32 841 504	12 611 323	33 218 615	12 524 292	36 214 676	13 741 217
Centro	1 947 847	1 060 618	3 884 548	2 154 941	4 043 543	2 217 210	3 767 924	2 086 996	4 022 416	2 241 208
Dão-Lafões	303 413	163 259	489 243	231 050	517 405	236 080	447 393	205 437	431 380	194 832
Viseu	135 344	96 150	170 862	108 497	166 239	105 643	133 005	86 725	121 767	71 287
Varição (nº %) Viseu			35518 26,2%	12347 12,8%	-4623 2,7%	-2854 2,6%	-33234 19,9%	-18918 17,9%	-11238 -8,4%	-15438 -17,8%
Varição (nº %) Portugal			4663230 14,2%	4354437 47,4%	2049024 5,4%	455742 3,3%	240725 0,6%	-147363 1,0%	3852111 9,7%	1364186 9,8%

O decréscimo é significativo precisamente a partir de 2010 para a região no seu todo, mantendo-se para o município de Viseu em particular.

Faltarão um conjunto de dados que se refere à percentagem de ocupação, o tal indicador quanto ao que, estando disponível (número de camas) prefigura parte do limite de carga de um território (ajustando esse mesmo limite). Esses dados são os que seguem, para a mesma cronologia que se expôs anteriormente:

Taxa de Ocupação-Cama (líquida) nos estabelecimentos hoteleiros de Viseu e análise evolutiva comparativa com o contexto nacional (INE,2014)					
	1999	2010	2011	2012	2013
Taxa de Ocupação-Cama (Líquida)					
Portugal	42,6%	38,7%	40,0%	39,5%	39,7%
Viseu	32,6%	33,1%	32,4%	24,7%	20,8%

Resulta que não só o número de dormidas e de hóspedes tem acumulado perdas como a taxa líquida de ocupação é incipiente e ainda substancialmente capaz de absorver um acréscimo dos indicadores primários.

No que ao conjunto da ADDLAP diz respeito e realizando uma leitura integrada (marcadores “2010” e “2013”) por via da sub-região Dão-Lafões e município de Viseu, o conjunto de valores não nos permite uma melhor definição estratégica, quer pela (repetida) ausência de dados reportados, quer pela clara e cabal noção de perda de hóspedes, dormidas e taxa de ocupação-cama (líquida) que se retira dos dados que foram reportados (havendo no entanto para São Pedro do Sul uma melhoria que não é despreciable no indicador dormidas – sendo este o único município que possui directamente uma relevância termalista, aliás de âmbito nacional reconhecido, que é também um dos factores).

O único indicador que apresenta alguma melhoria, é o de número de noites de duração da estadia (estadia média) que se vem posicionando sustentadamente ainda que sem avanços súbitos (e aqui São Pedro do Sul claramente patenteia resultados interessantes e em muito superiores às várias médias, com Oliveira de Frades a apresentar para 2013 dados igualmente relevantes):

Hóspedes e Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por município no território ADDLAP e análise comparativa nos contextos regionais e nacional (INE,2014)				
	Hóspedes		Dormidas	
	2010	2013	2010	2013
Portugal	13 537 040	15 209 605	37 391 291	43 533 151
Continente	12 212 779	13 741 217	31 362 735	36 214 676
Centro	2 154 941	2 241 208	3 884 548	4 022 416
Dão-Lafões	231 050	194 832	489 243	431 380
Oliveira de Frades	...	1 727	...	5 709

São Pedro do Sul	29 414	28 323	117 899	120 010
Vila Nova de Paiva	0	...	0	...
Viseu	108 497	71 287	170 862	121 767
Vouzela

Indicadores de hotelaria por município no território ADDLAP e análise comparativa nos contextos regionais e nacional (INE, 2014)

	Estada Média		Taxa de Ocupação-Cama (líquida)	
	2010	2013	2010	2013
Portugal	2,8	2,86	38,7	39,71
Continente	2,6	2,64	37,7	37,92
Centro	1,8	1,79	28,6	24,84
Dão-Lafões	2,1	2,21	27,6	20,67
Oliveira de Frades	...	3,31	...	21,53
São Pedro do Sul	4,0	4,24	31,7	21,92

Vila Nova de Paiva	//	...	//	...
Viseu	1,6	1,71	33,1	20,88
Vouzela

Serão necessários ainda alguns avisos à leitura. O primeiro prende-se com as percentagens sempre fáceis de interpretar: se há por exemplo uma taxa de ocupação-camas, devemos estar conscientes que ela não depende apenas do número de hóspedes, uma outra variável é o número de camas, que, se aumentam, fazem proporcionalmente diminuir a taxa em causa (no caso viseense e embora não inscrita, essa variação é incipiente apesar de tudo). Ou seja, os dados são sempre relacionais na sua interpretação.

Por outro lado os dados apontados referem-se exclusivamente a uma parcela do sector, aquela que comunicando dados o faz de modo mais ou menos imposto, podendo surgir outros cambiantes. De todo em todo, são dados oficiais e os únicos pelos quais nos podemos guiar de modo fidedigno.

Por último, o período em análise. Para lá da disponibilização ser a mais assertiva possível, implica igualmente uma leitura geral e não um enfoque ou crítica específica. A opção pelo marcador “2010” é uma questão de posicionamento do próprio país e das suas circunstâncias políticas – logo económicas – sendo o limite 2013 imposto pela aferição global dos dados quantificados para um ano completo e tal como apresentado na **INTRODUÇÃO**, para onde se remete igualmente no acesso aos dados por município.

Ainda assim e apenas por consideração pontual comparativa, poder-se-ia apresentar o seguinte: os dados provisórios do Turismo de Portugal quanto a 2014 (*Os Resultados do Turismo 2014*; edição de Março de 2015) apresentam para a Região Centro uma variação total do número de dormidas a rondar as 4132700 o que significaria um acréscimo de cerca de 100000, no entanto, e como é possível verificar no primeiro quadro, é um aumento inferior ao registado entre 2012 e 2013 para a mesma geografia; e mesmo nessa transição positiva contextual, o município de Viseu registou um decréscimo de 11238 dormidas (equivalente a -8,4%).

7.1 - Postos de Turismo

Um outro dado comparativo para a transição de 2013 para 2014 poderemos encontrá-lo nos dados disponibilizados pelo TC: os “Indicadores de Atendimento do Posto Turístico – Viseu” (disponíveis em <http://www.turismodocentro.pt/profissional/pt/estatistica.123/estatistica.a105.html>; onde apenas se encontram os respeitantes a Viseu e Vila Nova de Paiva). Nessa fonte, teremos um número global de 13402 utentes/clientes (8977 estrangeiros e 4475 portugueses) do Posto de Turismo de Viseu em 2014 – o que não significa dormidas ou sequer hóspedes, sendo parâmetros diversos, antes uma mera consulta informativa – e mesmo nos meses mais impactantes quanto ao Turismo, Julho, Agosto e Setembro, um total de 1686, 2887 e 1869 utentes/clientes respectivamente. O ano de 2013, refere números globais de 15076 (10298 estrangeiros e 4778 portugueses) e para os meses de Julho, Agosto e Setembro, de 1657, 3099 e 1936 utentes/clientes respectivamente. Ou seja, em 2014 houve menos 1674 (-11,1%) turistas a recorrer aos serviços do Posto de Turismo de Viseu. Novamente é apenas um indicador de interesse mas revela uma tendência de diminuição quanto ao município de Viseu, que se apresentará com maior completude.

Utentes/Clientes do Posto Municipal de Turismo de Vila Nova de Paiva			
ANO	TOTAL	ESTRANGEIROS	VARIAÇÕES %
2012	2605	577	
2013	2551	542	-2,07 / -6,06
2014	1900	220	-25,51 / -59,40

Destes dados e das variações apresentadas – remete-se aqui para as tabelas apresentadas anteriormente “Despesas das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por município, 2013; e comparação com o território em que se integram”, onde o investimento municipal em causa foi superior a 80€ por residente (estando ainda e é necessário salvaguardar o investimento no caso em concreto vinculado ao elevado investimento feito no Museu Arqueológico do Alto-Paiva, ainda não operacional). De qualquer modo o Posto Municipal de Turismo não nos permite

uma validação absoluta da sua existência ou pelo contrário possibilita-nos uma avaliação do reduzido impacto das acções desenvolvidas e equipamentos disponíveis, o que configura um potencial – com a conclusão do equipamento museológico e seu funcionamento integral – que será de acompanhar. Agosto é nestes três anos observados o mês com maiores registos de utentes/clientes, o que em si se integra nas regulares dinâmicas

Utentes/Clientes do Posto de Turismo de Viseu			
ANO	TOTAL	ESTRANGEIROS	VARIAÇÕES %
2010	14574	8169	
2011	13993	8400	-3,98 / 2,82
2012	15254	9123	9,01 / 8,60
2013	15076	10298	-1,16 / 12,87
2014	13402	8977	-11,10 / -12,82

Os números indicados são menos expressivos que as quebras das dormidas e hóspedes, ainda assim (aqui reafirmada a tendência num ano para o qual não possuímos os restantes indicadores) em 2014 apresenta o mais baixo número global de utentes/clientes de todos aqueles para os quais há registo. A nível dos visitantes estrangeiros, nota-se uma tendência crescente para os visitantes da região de Madrid bem como, ao nível nacional, a clara diferença entre o número de visitantes de Lisboa (liderando a emissão interna) quanto às restantes regiões do país. Agosto é o mês mais relevante, com alguma “distância” em relação a Julho e Setembro – sendo de notar que entre 2010 e 2014, Setembro substituiu Julho como o segundo mês com maior número de utentes/clientes registados no posto de Turismo. Por fim, é importante indicar que parte da variação positiva que se verifica em 2012 pode ser explicada pela transição da localização do Posto de Turismo, o agora Viseu Welcome Center (para a Casa do Adro em pleno Adro da Sé, onde confluem a Sé, a Igreja da Misericórdia e o Museu Nacional Grão Vasco), e cuja inauguração ocorreu a 27/09/2011.

7.2 - Dormidas, Hóspedes e Taxas de Ocupação - o caso Viseense enquanto âncora regional

Analisando o concreto dos dados, o total de dormidas no município de Viseu passou de 170862 em 2010 para 166239 em 2011, uma variação negativa de 2,7%, pelo que devemos assumir que não foi afectado em demasia o sector da hotelaria nesse intervalo de tempo. No entanto, a variação, também negativa, entre 2011 e 2012 é já de 19,9% (133005 dormidas no total do ano) e desse ano para o de 2013 configura uma diminuição de 8,4% (121767 dormidas), em linha aliás com uma sonante reconfiguração do público-alvo das campanhas do Turismo de Portugal, que iniciavam o seu ténue apelo aos turistas nacionais ao invés da lógica de início de mandato do actual Governo, tentando atrair quase exclusivamente turismo estrangeiro. No total, entre 2010 e 2013 houve menos 28,7% de dormidas.

Se por outro lado compararmos a evolução do número de dormidas entre 1999 e 2010, teremos um aumento de 135344 para (como já indicado) 170862, ou seja 26,2%. É certo que o número de dormidas não corresponde ao número de hóspedes, no entanto é a capacidade de fixação temporária que nos interessa nesta leitura já que a permanência de turistas – sejam nacionais ou estrangeiros – potenciará com maior acuidade outros sectores económicos. O que é facto é que de 2010 e 2013 se “destruiu” mais do que o que levou entre 1999 e 2010 a construir.

Se a leitura for pelo número de hóspedes, o padrão é similar, denotando apesar de tudo uma outra questão: a perda drástica em Viseu, entre 2012 e 2013 (sendo 2012 o pior dos anos recentes do turismo em Portugal) de 17,8% dos hóspedes. Isto quando para Portugal, se tinha passado de uma diminuição de 0,1% (2011-2012) para um ganho de 9,8% (2012-2013). Ou seja – e já se indicou que a Região Centro também havia recuperado parte dos hóspedes “perdidos” – Viseu manteve-se incapaz de inverter a tendência de enfraquecimento enquanto destino turístico desejável (no que reporta a dormidas e hóspedes, embora correlacionalmente até mesmo quanto ao interesse do simples visitante se a procura dos Postos de Turismo for válida nesta linha de raciocínio).

No entanto e inicialmente falava-se de capacidade e limite de carga, particularmente para o concelho de Viseu; os números globais não nos auxiliam nessa aferição. As taxas de ocupação de camas sim. E por aí vemos uma passagem de 36,2% em 1999 para 20,8% em 2013 – com quebras sucessivas. Já se afirmou supra que igualmente há mais camas disponíveis o que impede em parte que os níveis percentuais de ocupação sejam maiores, no entanto, a diferença entre Viseu e país transitou de -10% de taxa de ocupação em 1999, para quase -20% em 2013. De novo a conclusão inevitável da incapacidade viseense em atrair hóspedes e em garantir dormidas.

Poderíamos introduzir outras variáveis ou apresentar leituras de outros indicadores. Contudo pelos dados disponíveis, a situação de Viseu e o seu lugar no território nacional não lhe são atribuíveis grandes vantagens comparativas. Há por exemplo um aumento da percentagem de hóspedes estrangeiros em anos recentes mas há sobretudo a já assinalada diminuição do número global de hóspedes, dormidas, proveito por alojamento, e um aumento da diferença entre o número de noites que um turista passa no nosso país e aquelas que passa em Viseu (embora com ligeira variação positiva, não ultrapassa as 1,7 em média, em 2013, quando para Portugal estabilizou nas 3,5 há vários anos). Igualmente se pode salientar um aumento da proporção de dormidas entre Julho e Setembro no ano de 2013 mas – antes de qualquer inferência posterior quanto a causas – convém recordar que em 2013 se recuperaram os valores de 2011, apenas e só.

No que concerne a uma estratégia global e mantendo a referência de leitura do turismo como melhor (convencional) “indicador” da valorização ou optimização dos recursos patrimoniais culturais, e por sua vez melhor capacitador de induzir desenvolvimento, devemos apontar as considerações mais recentes, como as de Orbasli, A. (2013, p. 238-239):

Studies focusing on the economic benefits of cultural heritage predominantly focus on the economic input provided by tourism, and in some studies on how the local share in the benefit might be improved. In a study on the economics of heritage conservation, Massimo (1995) discusses the multiplier effect tourism can generate in services purchased in the immediate locality and wider region, before proposing an evaluation method to determine which sites are worth investing in in terms of tourism development (Figure 1). More recently, in a list compiled by Rebanks (2009) on the economic benefits that World Heritage Site status can generate, tourism and growth of popularity are cited as generating the main economic benefit. The report does, however, highlight some social and indirect economic outputs linked to civic pride, partnerships, and education development (Rebanks, 2009: 23). These are, nonetheless, described as being ‘soft’ as opposed to ‘hard’ economic benefits. ‘Economic valuing is one of the most powerful ways in which society identifies, assesses and decides on the relative value of things’ (Mason, 2008: 106). The direct use or market value of a site can be measured through an economic transaction, for example, admission fees or wages.

Estas e o desenvolvimento de outras abordagens similares contrariam o que a Revisão PENT (2013) sistematicamente aponta – bem como a globalidade dos documentos nacionais quanto à “viabilização económica” do sector turístico: um enfoque expresso no turista estrangeiro e na captação de turistas estrangeiros ou propostas não nacionais. Ainda que tal possa e deva ser realizado e a nível nacional – bem como na região Centro – com um vasto conjunto de monumentos classificados como Património da Humanidade, um tal posicionamento se aceite, para o território da ADDLAP a formulação deve ser entendida mais numa dinâmica de benefícios económicos “soft” (inicialmente).

Até pelo que é a representatividade sub-regional do número de dormidas de turistas estrangeiros e a sua evolução a estratégia de internacionalização do destino que a este estudo importa, não deve ser encarada de modo similar ao de outras sub-regiões nacionais. Por exemplo, as dormidas de estrangeiros em Dão-Lafões apenas significam 15% do total de dormidas, não desfazendo do incremento sentido no município de Viseu onde representam já com 27% - ainda que por via do decréscimo acentuado de dormidas nacionais: de 2012 para 2013, as dormidas nacionais registaram um decréscimo de 12,6% enquanto que as dormidas de estrangeiros registaram um acréscimo de 5,4%.

Por tudo o que anteriormente se apresentou, a valorização do Património Cultural deve ancorar-se mais em práticas comunitárias e nas já mencionadas estratégias *bottom-up* que numa operacionalização puramente de oferta formatada, recuperando o que se pode aplicar igualmente a um dos projectos mais relevantes de valorização trans-territorial nacional, as “Aldeias do Xisto” e as considerações realizadas por Carvalho (2009).

De resto, no seguimento de uma inversão política que agora se opera (mobilizada também pela TCP) e que se materializou na realização de dois Forums “Vê Portugal” (2013 e 2014), orientados exclusivamente para o turismo interno que é recuperado como motor económico.

8 – Redes Internacionais e Polos de Cooperação/Informação

A existência de uma multiplicidade de redes institucionais (associações, federações, programas internacionais, etc.) ao nível ou que se debruçam sobre o Património Cultural é uma evidência. Parte do que se foi afirmando nas anteriores páginas quanto à disparidade e dificuldade no acesso a fontes de informação ou até mesmo a possibilidade de “certificação” de boas práticas, resulta desta realidade.

Em contraponto, é na e pela existência de tais redes que alguma da informação menos directa pode ser acedida e em particular quando se trata de conhecer possíveis exemplos ou mesmo casos de estudo internacionais – europeus – de realidades não *mainstream*, que essas redes adquirem relevância.

Países de pequena/média dimensão (territorial, demográfica e especialmente económica) possuem no status quo indicado algumas interessantes oportunidades de aprofundamento de conhecimentos de outras práticas e daí retirar conhecimentos a aplicar aos seus próprios projectos ou programas; bem como sedimentar práticas e posições de “força”, multinacionais e multissetoriais.

De todo em todo, a perda de potencial efectivo de orientação de estratégias pela dispersão de agentes envolvidos e diversificação de acções é um outro risco que ao Património Cultural se pode aportar. Um exemplo desse caso é o do documento *Europe's living landscapes: cultural heritage as a force for rural development* (EUROPA NOSTRA, 2010), que é subscrito por um conjunto alargado de agentes institucionais e associações trans-territoriais (8 ao todo) e que, focando o que patrimonialmente é uma das considerações prementes na lógica do desenvolvimento sustentado, se destina a intervir ou orientar a interpretação e políticas no domínio da Política Agrícola Comum (PAC, ou CAP no acrónimo inglês).

A integração ou pertença a qualquer uma dessas instituições e por inerência às redes que elas criam (na quase totalidade dos casos) é uma decisão que se revela não linear. A opção seguida neste estudo foi a da indicação caso a caso, dependendo do ponto a tratar e será mais assertiva aquando dos projectos-piloto que finalizam o presente.

No entanto é de ressaltar que um ponto de partida chave, se mantendo em vista uma “acreditação” das entidades em que e com as quais possa haver relacionamentos de trabalho, se

encontra na listagem de ONG's indicada pelo Conselho da Europa (<http://coe-ngo.org/ngo-by-areas-of-competence>). De todo em todo mantém-se o afirmado anteriormente.

CONCLUSÕES

Para lá dos vários indicadores turísticos apontados, seria fundamental incorporar outros indicadores de consumo nesta análise e por essa via eventualmente colmatar as quebras num sector (Turismo) que necessita do factor “tempo” (dormidas e permanências no território). Os consumos por visitante, são aliás os que melhor se podem adequar a uma configuração cultural vocacionada para Eventos (que desde 2013 foi o percurso assumido em vários municípios e também por motivações económicas, deixando de investir em equipamentos e estruturas agregadas).

No entanto e relembrando algo que foi indicado quanto à **Boa Prática I**, uma lógica de Eventos ou actividades distribuídas ao longo do ano (Eventos com múltiplas ocorrências ou uma sucessão de Eventos) e capitalizando as possibilidades de não sobreposição concorrencial (local, nacional e internacional) podem ser o garante sustentável da validação territorial enquanto destino e simultaneamente dos sectores de actividade que directa e indirectamente se posicionem para contribuir quanto à correcta implementação dessa estratégia.

A política de *Hosted Buyers* seguida por algumas entidades não aparenta estar a surtir efeito no território da ADDLAP, ainda que o contexto económico nacional e internacional sejam possíveis causas de alguma perda de capacidade de atracção, a chamada Primavera Árabe e outros focos de instabilidade internacionais possibilitaram a Portugal posicionar-se como destino de eleição e a descobrir. Portugal, país tem-no conseguido, Dão-Lafões e suas “sub-divisões”, nem tanto.

A interligação municipal igualmente apresenta algumas deficiências que melhor se diluiriam se o posicionamento comum das várias actividades e investimentos se ancorassem numa exploração trans-territorial ou mesmo supra-territorial. Caso marcante é o do Tom de Festa (ACERT, Tondela), que terá em 2015 a sua 25ª edição e que originalmente não apresentava qualquer concorrente regional. Com a implementação dos Jardins Efémeros (Câmara Municipal de Viseu/Cul de Sac, Viseu, em 2010) e até ao presente ano em que tal se não verifica pela primeira vez, houve sistematicamente uma sobreposição dos dois eventos (ainda que parcial) quando estrategicamente teria sido mais proveitosa uma descentralização do Tom de Festa pelos restantes municípios vizinhos, conferindo-lhe outra dinâmica e outro investimento que mais e melhor capitalizasse o trabalho até então desenvolvido (o Tom de Festa é o mais antigo festival de Músicas do Mundo do país, tendo perdido, por via da ausência de sustentação económica parte do seu pendor para o

Festival Músicas do Mundo de Sines, que efectivamente criou polos nos municípios territorialmente conexos).

Similarmente o Andanças – Festival Internacional de Danças Populares que embora tendo a sua primeira edição (1997) em Évora, se transferiu durante mais de uma década para o concelho de São Pedro do Sul e que – pelas informações tornadas públicas, se instalou recentemente no município de Castelo de Vide devido à carência de condições que a organização considerava necessárias para a sua manutenção naquele território. E bem assim também para os próprios Jardins Efémeros que devem ou beneficiar (a par com outros eventos regionais, incluindo o Tom de Festa que já se abordou ou o FINTA – Festival Internacional de Teatro, da mesma ACERT, embora falando aqui de alavancas complementares à ADDLAP) de garantia e reconhecimento do seu papel e recursos numa base plurianual (no que aos municípios implica) ou por oposição a consideração de que não são projectos que as respectivas autarquias desejem manter nas suas configurações presentes e assim abrir espaço operativo para outros agentes e investimentos. Por outro lado, nenhuma instituição que “viva” apenas de constantes financiamentos públicos (municipais e estruturais) deveria poder “monopolizar” os projectos – na linha também do já referido para os indicadores a aplicar – desvirtuando o sistema concorrencial e a própria criação de clusters criativos (ou um só) que tendam para a sua própria sustentabilidade.

Outra dinâmica ou política não funcional e como já mencionado anteriormente é a ausência de uma planificação alargada no tempo. A concepção, implementação e desenvolvimento de um projecto ou programa, necessitam de um médio/longo prazo que se garanta pela acção e recursos próprios dos promotores, podendo-se procurar posteriormente a adição de novos financiadores. Acções como o Viseu Gourmet (2007 e 2008, cujos dados acedidos referem cerca de 1000 visitantes por dia, não estando disponíveis informações quanto ao investimento financeiro realizado) foram executadas tendo em vista financiamentos (fundos de proveniência comunitária) disponíveis, não o seu desenvolvimento e configuram uma prática a evitar até pelo que, quando perspectivadas em ocasiões em que não há concorrência de produtos similares no mercado nacional podem ancorar outras valias e se interrompidas ou descontinuadas, mesmo que temporariamente, permitem a utilização por outras geografias do mesmo conceito.

O posicionamento geográfico das acções a desenvolver, para uma estratégia de consumo, não necessitará de grande preocupação (salvo de por parte dos agentes do sector da hotelaria) quanto à análise anterior. O que este estudo indica como preferencial é no entanto um posicionamento para uma política de repovoamento, regeneração (territorial, económica, e geracional) e

desenvolvimento sustentado, partindo-se de permanências (incentivo à radicação) no território para o incentivo a estadias alargadas no território (pelos visitantes/turistas); simultaneamente a criação de condições para a geração de conhecimento e o investimento nesse conhecimento para que ele seja incorporado pelos agentes de vocação económica (ou transformando agentes de conhecimento em agentes económicos/empreendedores) deve ser um objectivo regional.

Dos dados apresentados foi frequentemente referida a ausência de outros indicadores, no entanto há também um preocupante espectro de desconhecimento dos decisores quanto aos números que são comunicados e compilados, o que significa que decisões económicas e porventura políticas não se atenham ao que está disponível.

A lógica de leitura e sempre presente incorporação da sub-região Viseu Dão-Lafões na região Centro, não aparenta ser benéfica para a sub-região. Enquanto região é demasiado díspar e possui vários polos de interesse que, em comparação com a sub-região, não possibilitam maior reconhecimento salvo se com grande investimento.

A estratégia Patrimonial Cultural da ADDLAP sugere-se que seja desenvolvida e implementada tendo por base as propostas que foram sendo indicadas. Necessitam de um prazo alargado e de investimento em recursos humanos no entanto apresentam-se quase sempre como possíveis de aplicar numa lógica de utilização inicial ou prospectiva de baixo custo.

A haver interesse, recursos e vontade comum, a criação de um grande evento internacional permitiria – propôs-se uma configuração similar à Documenta (que ocorre a cada 5 anos), ainda que adaptada às especificidades e interesses locais – o início de um processo de posicionamento que não limitasse a sub-região no seu crescimento ou a fizesse depender de apelos individuais institucionais.

Há um número significativo de existências patrimoniais culturais, no entanto poucas são de referência internacional (e quase somente as ditadas nas freguesias urbanas do concelho de Viseu), pelo que o caminho pode e talvez deva ser o da apresentação do território como um que sendo antigo possui um pouco de tudo (e de vários povos) e onde é na constituição de redes de acção e baixos custos de contexto (no domínio do cultural isso é uma evidência, salvo ainda para alguns requisitos tecnológicos) que se capacita.

As redes de instituições, municípios e agentes são tão variadas e dispares nos objetivos, que a selecção de uma por outra se torna particularmente um risco ou apenas mais um elemento

processual. Criando uma estrutura de raiz que centralize conhecimento de existências patrimoniais culturais, agentes e operados institucionais e que pela via da prossecução de acções regulares e simultaneamente válidas para os actores regionais como para os internacionais, poder-se-á aceder a qualquer outra rede pontualmente e por afiliação. Neste momento, para a “cultura” ou “património” não há ainda justificação para tal. Quanto ao SCC, não sabemos se existe...

Problemas e deficiências identificados:

O território da ADDLAP, patrimonialmente e exceptuando o caso de Viseu, não apresenta existências que se destaquem pelo seu carácter “único”, valendo pelo número e concentração das mesmas. O seu apelo radica no conhecimento do território e comunidades nele implantadas, contribuindo para a caracterização de ambas as dimensões:

1. É indefinível enquanto destino.
2. É a potencial referência territorial da sub-região Dão-Lafões e deveria capitalizar essa valência.
3. Se lido em conjugação com os restantes territórios de Viseu Dão-Lafões, possui uma apetência alargada e correspondente ao nível da oferta, a quase todos os projectos elencados no PENT (2013).
4. A cidade de Viseu, é âncora em duplo sentido: potencia estabilidade e “submerge” vários dos factores positivos existentes no território envolvente

A informação fidedigna relativa ao Património Cultural a nível nacional, suas existências, agentes/operadores, instituições tutelares, dados estatísticos turísticos, acções e eventos culturais, etc., é deficitária e nem sempre disponibilizada através de plataformas de acesso público.

Quando não é deficitária, encontra-se distribuída por múltiplas entidades, promotoras das recolhas ou quanto às mesmas responsáveis. Mesmo neste caso não surge discriminada com suficiente precisão para que se possa extrair um conjunto de conclusões que na óptica do Património Cultural são relevantes.

A sistematização ou agregação dos dados, estudos, e demais documentos, numa única entidade de base local (propõe-se neste caso a ADDLAP), quanto ao que esse território diz respeito seria fundamental para uma correcta análise do eventual SCC.

Como se referiu já, a integração da sub-região Viseu Dão-Lafões na região Centro não lhe é benéfica, pela concorrência que enfrenta quanto a destinos de eleição ou internacionalmente validados (os vários elementos Património da Humanidade e um litoral extenso). A circunstância particular da ADDLAP apresenta desafios de perda populacional e acentuada perda ao nível do turismo que as estratégias actuautes não conseguiram de modo claro contrabalançar.

Os dados estatísticos da região Centro – que é extremamente ampla e assimétrica – diluem as particulares e cambiantes sub-regionais e podem impedir uma atempada tomada de decisões estratégicas que por vezes urge serem diversas da da NUT II no seu conjunto.

Os indicadores turísticos não se relacionam com o Património Cultural de modo preciso no território da ADDLAP, pelo que futuras estratégias devem ser de base local: ou pela criação de Planos Estratégicos locais, do Turismo e da “Cultura”, ou por PDR’s sub-regionais integradores das várias componentes sectoriais.

Os agentes culturais são significativos em número e qualidade mas não há um conhecimento aprofundado do afirmado salvo pelo empirismo.

9 – PROJECTOS-PILOTO

Tendo sido apresentadas várias propostas em corpo de texto e ligadas aos vários pontos do estudo por nele se entender serem melhor contextualizadas, remete-se para este capítulo final uma grelha esquemática de projectos-piloto a implementar, complementares ou aproveitando várias das anteriores e já referidas propostas (ainda que sempre sugerindo a leitura das mesmas em conjugação com o seu inicial enquadramento).

No que respeita a investimento directo ou recursos necessários, sendo que em grande medida dependem do tipo de decisão que seja tomada quanto á sua implementação, é de referir que cada um dos projectos-piloto pode pelo seu conceito ser elaborado de acordo com uma estratégia *low cost*, de aproveitamento de condições pré-existentes ou com reduzida capacitação de meios.

PP 1: Criação de uma base de dados ADDLAP

Descrição breve: Desenvolvimento e criação de uma base de dados permanentemente actualizada que integra as existências patrimoniais culturais (e eventualmente naturais), próxima à noção de inventariação-catalogação, integrando igualmente agentes, publicações, eventos/manifestações, que existam, ocorram ou tenham existido ou ocorrido no território ADDLAP. A existência de uma tal base de dados deverá ser planificada e orientada para uma disponibilização pública integral nomeadamente em plataformas online.

Objectivos: Conhecimento do território e seus agentes. Criação de uma base de trabalho capaz de servir os interesses de ou providenciar dados a investigadores, agentes (incluindo empresariais que possam utilizar os recursos para fundamentar novas ideias de negócio e criar ou desenvolver já existentes produtos), sejam nacionais ou internacionais. Igualmente deve permitir quer a turistas quer a proto-residentes informação detalhada quanto ao território e “condições” que no mesmo sejam oferecidas.

Evolução: Integração da informação em bases de dados ou mapeamentos de pendor internacional (o caso do MIES, por exemplo), ou incorporação de informação acessível a nichos de utilizadores (como a das RCE). Deve ser igualmente orientada para a incorporação de outras unidades territoriais próximas e progressivamente alargar o seu âmbito de operação. Numa segunda fase a própria base poderia ancorar-se na prestação de serviços ao nível do fornecimento de informação e

análises, para o seu auto-financiamento. Integração ou desenvolvimento potencial numa articulação com políticas e agentes enquadrados no domínio do e-governance.

Implementação: Necessitando fundamentalmente de software adequado (se um já disponível no mercado e com características aproximadas, renova-se a sugestão pelo In Patrimonium Premium, da Sistemas do Futuro); e recursos humanos e técnicos de registo, a implementação poderia iniciar-se a curto prazo (até 6 meses após a decisão, para definição de metodologia e criação de condições de trabalho). Deve ser entendido como projecto sem fim pré-determinado, embora passível de apresentação de resultados públicos no imediato (se assim se definisse a operacionalização).

Investimento estimado: 25000 euros (não contabilizando recursos humanos).

PP 2.1: Selecção e desenvolvimento de “Aldeias-Hub” no território ADDLAP

Descrição breve: Selecção de uma localidade em cada um dos municípios que compõem a ADDLAP – sem prejuízo de alargamentos posteriores a outras unidades territoriais, para instalação de infra-estruturas de nova geração (energia, comunicações, etc.) e renovação ou reactivação quando necessário de planos municipais de serviços de proximidade (educação, saúde, transportes, etc.). Partindo da experiência das “Aldeias de Xisto” – embora sem possibilidade de sequer perspectivar o investimento que nesse caso se disponibilizou - cada uma das “aldeias-hub” deve permitir ou potenciar: radicação de residentes não nativos ou regresso de anteriores residentes; instalação ou criação de empresas e produtos (de última geração e de reduzida pegada ecológica, ligados preferencialmente ao sector dos serviços no domínio do “criativo”), micro-negócios (nomeadamente quanto ao turismo residencial); garantir edificado compatível com utilização múltipla de índole cultural/lazer, acompanhado de estruturas de registo de visitantes e disponibilização de informação da localidade, projecto e território de integração – cada aldeia-hub deverá situar-se próxima a existências de relevância turística já verificáveis (ecopistas, percursos pedestres certificados e homologados, por exemplo) ou a conceber.

Objectivos: Criar um projecto mapeável e orientado para as políticas de regeneração demográfica do interior de Portugal, que por essa via seja “promovível”. Enquadrar existências culturais e naturais potenciando a sua capacidade de atracção (que influenciará igualmente a premissa inicial de radicação de novos residentes). Incentivar o empreendedorismo de base local e de intuito sustentável. Potenciar a maximização dos benefícios quanto às existências patrimoniais e instrumentos de utilização dos mesmos (rotas, roteiros, percursos, nomeadamente), bem como

manifestações a desenvolver e implementar. A criação de um conjunto de aldeias-hub implicaria porventura a sua diferenciação quanto às restantes a integrar, o que promoveria distintas características específicas, numa lógica de complementaridade de rede (sendo a rede auto-promovida e desenvolvida).

Evolução: Numa primeira fase, seria de considerar uma plataforma de trabalho com o projecto Novos Povoadores, interligado à Associação Portuguesa de Marketing Rural e Agronegócio (APMR&A), derivada da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A), por possuírem já um trabalho de campo consolidado (avaliado aqui apenas pelo conjunto das referências recebidas). Integração em redes de aldeias/localidades rurais nacionais e internacionais via desenvolvimento de projectos específicos: por exemplo a aldeia da Pena que se encontra desvirtuada quanto à sua “historicidade/autenticidade” pode ser capitalizada no sentido de espaço rural com características próximas às originais e desse modo trabalhar em conjunto com associações como a das Aldeias Históricas, ainda que não beneficie de uma integração directa na mesma associação; do mesmo modo no que se refere a procedimentos de interligação internacionais, como por exemplo a RED – Rurality-Environment-Development International Association: <http://www.ruraleurope.org/>, para a totalidade do território ADDLAP. Por esta via estaria igualmente a promover-se um caminho de empreendedorismo social com outras e múltiplas possibilidades de interligação e valorização do investimento.

Implementação: Sendo um projecto de supervivência potencial alargada, a sua implementação decorre de um período de análise alargado, podendo mediar entre 1 a 3 anos (numa perspectiva optimista) para selecção dos espaços e dotação de infra-estruturas, no entanto, se iniciado no imediato, o próprio processo seria elemento de validação do projecto, pelo que potencialmente radica do mesmo. Aqui fazendo-se referência à publicitação da proposta e sua declaração de intenções e promoção de eventos de recolha de inputs (via congressos e encontros nacionais/internacionais; abertura de candidaturas, etc.) para a efectiva operacionalização. Uma outra via pode ser a da imediata operacionalização com dotação infra-estrutural ao longo do projecto, após a necessária selecção das aldeias-hub.

Investimento estimado: 45000 euros (apenas para a fase de pré-execução).

PP 2.2: Geoparque de Arouca Art Programme

Descrição breve: O Geoparque de Arouca é reconhecido pela UNESCO enquanto tal desde 2009 (<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/global-geoparks/members/portugal/arouca-geopark/>) tendo sido recentemente defendido o seu alargamento territorial de modo a incluir os territórios de Montemuro e Galheira (<https://repositorio.utad.pt/handle/10348/4658>). Ainda que nenhum dos casos seja especificamente vinculável à ADDLAP (a ADRIMAG por exemplo possui essa agregação logo na titulação e procedeu já à integração na EUROPARC – Federação Europeia de Áreas Protegidas: <http://www.europarc.org/network/members/1204-2/>), a utilização de um território com estas características e certificação intencional, potencia directamente a utilização do mesmo como alavanca do projecto-piloto que se propõe. Em associação com exemplos já praticados noutros territórios, sendo o mais reconhecido o Grizedale Sculpture (Reino Unido: <http://www.grizedalesculpture.org/index.php/sculpture>), a concepção e execução de práticas artísticas permanentes em território florestal ou paisagístico relevante (por via de residências artísticas e criação de obras *site-specific*: concebidas para um local específico) não apenas permitem o reconhecimento territorial, como a manutenção de residentes temporários, para lá de se proceder à adição de eventuais e potenciais mais-valias culturais.

Em concreto pretende-se a criação de um programa artístico de arte em paisagem, procurando capitalizar as existências naturais e culturais com a adição de elementos originais. Ainda que a opção fosse não a da utilização do que se indicou no primeiro parágrafo, os territórios de Oliveira de Frades e São Pedro do Sul em particular possuem já um reconhecimento paisagístico relevante e possibilitariam a criação *ad novo* (Dão-Lafões Art Programme?) de uma definição paisagística onde implementar um tal projecto.

A coordenação com o **PP 2.1** refere-se à valorização e consolidação do esforço de repovoamento do território por via de uma outra componente que se integrada permitiria suprir as necessidades iniciais de um plano de intervenções artísticas: espaços residenciais para acolher os artistas, acessos aos locais de implantação das obras, etc., funcionando por outra via como motivos de atracção turística e garantia de serviços a fornecer (restauração e alojamento no imediato), ou marcos de percurso quer para os turistas culturais, quer para os vocacionados à paisagem, quer ainda para os frequentadores/usufruidores de trilhos e percursos (pedestres ou btt).

Objectivos: Criação de um projecto e alcance internacional de Arte em/na Paisagem, promovendo a concepção e implantação de obras perenes ou perecíveis (nunca efémeras, até pelas próprias

características das redes a que se pode aderir por esta via). Promovido sem término, deve proceder ao enquadramento e definição espacial que se enuncie, registando um território não pela política de marca ou marketing, antes pela decorrência de acções e eventos e pela contextualização perceptiva do *lugar*. Promover um evento-Festival de Arte internacional de âmbito artístico de recorrência a definir (anual, bienal, trienal...), embora preferencialmente não anual – pelas necessidades técnicas e logísticas envolvidas na implantação das obras – conjugado com acções de investigação/promoção regulares e ao longo do ano (conferências, serviços educativos, visitas guiadas, etc.) quanto às obras integradas e subordinado à lógica de um permanente Programa de Artes: por tudo o disposto gerando uma nova atracção turística para o território, sedimentada nos princípios da sustentabilidade (o que permite o acesso a redes e associação com outros projectos similares).

Evolução: A adequada implementação pode capitalizar o investimento realizado podendo aqui recorrer-se a exemplos já anteriormente citados neste estudo que, após várias edições e se sustentavelmente definidos e com adequada participação do sector empresarial e público, capacitam as regiões ou localidades concretas de estruturas, equipamentos e condições para posteriores evoluções (que devem ser sempre especificadas em planificações a médio/longo prazo: 10 anos ou 3 edições, por exemplo).

Implementação: Criação de uma equipa curatorial reconhecida e tecnicamente apta. Definição do território base e sua nomenclatura (o branding é nesta fase fundamental, permitindo inclusive numa fase posterior o *naming* do evento/projecto, se implementado com sucesso). Concepção do plano e regulamento. Proposta e *cal for proposals* para uma primeira edição. Dependendo da definição temporal de recorrência, deve pelo menos possuir-se o mesmo tempo que o que é pretendido, ou seja se a concepção é quase imediata – num prazo de alguns meses – o período de recepção e selecção das propostas de obras (podendo haver paralelamente um processo de convite a determinados autores) a integrar no projecto necessita de 1 ano (prazo mínimo). Valem os mesmos critérios aferidos para o **PP 2.1** quanto a uma valorização do projecto até ao início efectivo do Festival.

Investimento estimado: 100000 euros (de acordo com estimativas de projectos já implementados em território nacional e reconhecendo a necessidade de uma equipa/comité científico/artístico), para a organização da primeira edição e manutenção da equipa adstrita ao projecto; sendo estimável igualmente um custo variável por obra que estaria a cargo de uma “*cal for projects*”.

PP 3: Viseu Creative City

Descrição breve: Sendo Viseu o elemento central de referência territorial e não sendo possível ou sequer desejável eliminar esse pendur, é no entanto essencial destrinçar entre o território-paisagem e o território-urbano. Assim e apontando ao programa da UNESCO Creative Cities Network (<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/creativity/creative-cities-network/>), que define 7 áreas de “distinção”: Literatura, Cinema, Música, Artes Tradicionais/Populares e Artesanato, Design, Artes Multimédia, e Gastronomia; a proposta de acção deste projecto-piloto é a candidatura de Viseu a Cidade Criativa, com as inerentes vantagens de promoção, distinção e orientação de futuros planos, quer da cidade, quer da região envolvente (em particular se o apelo consagrado for o de Viseu enquanto âncora da NUT Viseu Dão-Lafões).

Qual a área temática a consagrar – alertando-se para a dificuldade do processo – estaria dependente do investimento considerado estratégico, no entanto, a proposta que se endereça aqui é a de “Gastronomia”, por todas as inerentes vantagens e anteriores programas públicos e privados que na região destacaram algumas das existências a esse nível. Por outro lado, sendo uma das primeiras tipologias de negócio a “empreender” em economias “deprimidas” e um dos mais flexíveis, a multiplicação de oferta, que é cada vez mais um dos factores de atracção territorial turística, pode ser potenciado. Num processo a longo prazo, se público e participado, poderia inclusive consagrar a alteração das dinâmicas existentes e reforçar uma nova esfera de “criação” local. Faz-se aqui nota à **Boa Prática D** e à possibilidade de credenciar localmente o sector gastronómico.

Objectivos: Criação de espírito colectivo de missão, relativo a uma finalidade comum e mutuamente benéfica para os territórios próximos à cidade de Viseu. Integração num mesmo território de valências urbanas e rurais (numa lógica de implementação global dos vários PP). Definição de factores distintivos não pelo património cultural e natural, ou edificado, antes pela população e acção presentes (mantendo a noção de historicidade do território). Credenciação da região “Viseu”. Sedimentação de um sector económico concreto que necessita potencialmente de fornecedores locais – ligação e incentivo à produção de bens/ingredientes/utensílios localmente.

Mesmo que o resultado não seja o da credenciação como cidade criativa, o processo em si, poderá ser positivo e traduzir-se num retorno muito superior ao investimento.

Evolução: Não há outros exemplos nacionais de credenciação similar em Portugal. Se positivamente resolvida a premissa, nova definição de metas seria necessária.

Implementação: As candidaturas para o ano de 2015 encerram a 15/07/2015 pelo que nova candidatura só será possível em 2016, no entanto e tendo em conta o caderno de candidatura mesmo um ano de preparação é não permite margens. Cada candidatura apresenta uma definição territorial e enquadramento quanto à temática/campo a que se candidata e propõe um conjunto de acções/eventos/etc. comportadas por um orçamento que será avaliado pelo painel que a UNESCO designar, tendo em conta políticas e adequação. Um senão no contexto local: apenas a cidade é classificada embora a região possa ser contabilizada, de modo a cumprir o critério de pelo menos 100000 habitantes.

Investimento estimado: (dependente do território englobado e do conjunto de acções: do compromisso quanto à candidatura e vontade de a ver aprovada).

PP 4: Tentativa de extensão de RCE de modo a integrarem o território ADDLAP

Descrição breve: Remetendo-se aqui para o capítulo 8, as já referidas RCE actualmente consagradas incluem duas que podem integrar com algum esforço e planificação – particularmente científica – o território da ADDLAP: A Rota Europeia da Cultura Megalítica (http://culture-routes.net/sites/default/files/Fiche%20A4-2013-Megalithic_Culture.pdf) e a ATRIUM – Arquitectura dos Regimes Totalitários do Século XX na Memória Urbana Europeia (http://culture-routes.net/sites/default/files/Fiche%20A4-2013-Megalithic_Culture.pdf). Embora em nenhum dos casos haja uma ligação imediata – no que a este território diz respeito – o início de um processo de contactos permitiria acesso às plataformas e entidades que lideram os processos de valorização das referidas rotas, eventualmente chegando-se à promoção do território ADDLAP como “participável” das mesmas e podendo no futuro uma ampliação dos conceitos subjacentes para permitir elementos menos significativos (por exemplo as marcas do Estado Novo ao nível do programa das Escolas do Centenário ou os padrões das Comemorações do Duplo Centenário; ou em última análise, colocar a ADDLAP como interlocutor privilegiado para outras integrações portuguesas). Para cada um dos casos há distintos agentes e países envolvidos pelo que o estabelecimento dos referidos contactos permite um amplo escopo de acção. No caso do megalitismo, esta é porventura a grande referência patrimonial cultural ao nível das existências imóveis, pelo que um percurso no sentido da valorização internacional das mesmas não será desafecto aos interesses da ADDLAP.

Objectivos: Conhecimento das organizações, instituições, agentes e programas ao nível do património e da sua mais recente promoção e conservação, no panorama internacional. Posicionamento da ADDLAP como interlocutor de referência no panorama internacional quanto aos critérios de sustentabilidade integrando paisagem e património cultural. Valorização turística do território e suas existências.

Evolução: Integração de pleno direito nas RCE indicadas e potencial posicionamento quanto à participação ou promoção de novas RCE.

Implementação: Processo de índole política e científica, implicará especificamente a fundamentação do valor das existências e um amplo conjunto de contactos institucionais de modo a permitir a avaliação da possibilidade indicada nos pontos anteriores. Não há um prazo definido ou definível para a sua execução.

Investimento estimado: (dependente do critério implementação e suas decorrências)

FOTES E BIBLIOGRAFIA

- Augusto Mateus & Associados (2014). *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa*. Lisboa.
- Bernardes, J. P., Oliveira, L. F., & Moreira, R. (2014). *Património e Território – Sumário Executivo*. Lisboa.
- Bopper, K. S. (2011). *Regional destination marketing and websites as marketing tool Study case: Nature Park Lahn-Dill Bergland, Germany*. (retrieved 12-06-2015, from https://www.theseus.fi/bitstream/handle/10024/32506/Bopper_Katrin.PDF?sequence=1)
- Carvalho, P. (2009). Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade. *Biblos*, n. s. VII (2009) 483-504.
- Coelho, J. & Brázio, M. (2014). *The economic impacts of subculture events and the relation with local tourism development: The case of Steel Warriors Rebellion Barrocelas Metalfest in Northern Portugal*. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*. Vol. 5, Issue 2, pp. 117-135.
- Crompton, J. L., Seokho, L. & Shuster, T., (2001). *A Guide for undertaking economic impact studies: The Springfest example*. *Journal of Travel Research*, Vol. 40, pp. 79-87.
- Desvallées, André e François Mairesse (dir.) (2013). *Conceitos-Chave de Museologia*. São Paulo, CBICOM, PESP, SEC, Armand Colin e ICOM.
- Direção Geral do Património Cultural (2012). *Estatísticas de Visitantes de Museus, Monumentos e Palácios da DGPC. Sumário Executivo: 2012*. Retrieved from http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/museus_e_monumentos/estatisticas/sintese_estatisticas_visitantes_dgpc-2012_3_5B1%5D.pdf.
- Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os Pontapés de Saída de uma Abordagem ainda Inovadora. *Revista Museologia e Património*, Vol. 6, nº1, 99-117.
- EDEN – European Destinations of Excellence
(<http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/eden/>)

- Elbe, J., E., Hallén, L, & Axelsson, B. (2009). The Destination-management Organization and the Integrative Destination-marketing Process. *International Journal of Tourism Research*, 11, 283–296
- EUROPA NOSTRA (2010). *Europe's living landscapes: cultural heritage as a force for rural development*. (retrieved, 30-05-2015, from http://www.europanostra.org/UPLOADS/FILS/Europes_living_landscapes.pdf).
- European Commission - Directorate-General for Research and Innovation (2015). *Getting cultural heritage to work for Europe. Report of the Horizon 2020 Expert Group on Cultural Heritage*. Brussels.
- European Environment Agency (2015). *SOER 2015 – European Briefings: Tourism*. (retrieved 01-06-2015, from <http://www.eea.europa.eu/soer-2015/europe/tourism>)
- Faria, A. S. (2011). *Levantamento dos Museus e Espaços Museológicos na Região Centro*. CCDRC, Coimbra.
- Félix, S.; Alves, L.; & Sirghi, V. (2012). *Manual de Empreendedorismo Social – Uma abordagem sistémica*.
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais (2014). *Apoios financeiros atribuídos pelos serviços da Cultura no triénio 2010-2012. Dashboard dos apoios financeiros*. Lisboa.
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2014) - *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020*.
- Instituto Nacional de Estatística (2014). *Anuário Estatístico da Região Centro – 2013*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2014). *Estatísticas da Cultura – 2013*. Lisboa.
- Instituto Nacional de estatística (2014). *Estatísticas do Turismo – 2013*. Lisboa.
- JPQ Consultores (2014). *Vieu Dão Lafões 2020 – Estratégia*. (retrieved 15-06-2015, from <http://cimvdl.pt/images/estrategia2020/Estrategia.pdf>)
- KEA (2006). *The economy of culture in Europe*. Brussels.

- Klymek, K. (2013). Destination Management Organisations and Their Shift to Sustainable Tourism Development. *International Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, 12, 27–47. (retrieved 04-05-2015, from http://www.ejthr.com/ficheiros/2013/Volume2/EJTHR_Vol4_2_Art2_Katarzyna.pdf)
- Klymek, K. (2013). Destination Management Organizations and Their Shift to Sustainable Tourism Development. *International Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, Vol. 4 (2), 27–47. (retrieved 04-05-2015, from http://www.ejthr.com/ficheiros/2013/Volume2/EJTHR_Vol4_2_Art2_Katarzyna.pdf)
- Kuka, J. (2012). *Monitoring Cultural Indicators*. (retrieved 20-05-2015, from <http://www.culturalsustainability.eu/beba-kuka-iccpr>)
- Marmion, M., Wilkes, K., & Calver, S. (2009). Heritage? What do you mean by heritage? In LIRA, S., et al. (Eds.), *Sharing Cultures 2009*, (575-603). Barcelos: Green Lines Institute for Sustainable Development.
- Marques, S. (2013). *Paredes, cidade criativa para o design de mobiliário – o design como âncora da competitividade*.
- Matarasso, F. (2002). *On The Edge, Culture and the arts in remote and rural locations*. (retrieved 17-05-2015, from https://www.academia.edu/10477127/On_The_Edge_Art_Culture_and_Rural_Communities)
- Melo Neto, F.; Froes, C., (2002). *Empreendedorismo social; a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Ministère du Tourisme du Québec (2005). *Vers un Tourism Durable – Politique Touristique du Québec* . (retrieved 15-06-2015, from <http://www.tourisme.gouv.qc.ca/publications/media/document/publications-administratives/politiqueTouristique.pdf>)
- Ministère du Tourisme du Québec (2007). *État d'avancement de la mise en oeuvre de la Politique touristique du Québec - Mai 2007*. (retrieved 15-06-2015, from <http://www.tourisme.gouv.qc.ca/publications/media/document/publications-administratives/avancementPT2007.pdf>)

- Novelli, M. (2005). *Niche Tourism – Contemporary issues, trends and cases*. Burlington: Elsevier.
- Oliveira, S. T. & Januário, M. (2007, October). *Os eventos como potencializadores do turismo regional: o festival de inverno Bahia*. *Cultur – Revista de Cultura e Turismo*, 1, pp. 53-64.
- Orbasli, A. (2013). Archaeological Site Management and Local Development. *Conservation and Management of Archeological Sites*, Vol. 15 Nos 3–4, 2013, 237–53. DOI 10.1179/1350503314Z.00000000059.
- Renaissance Review Advisory Group (2009). *Renaissance in the Regions: Realizing the Vision. Renaissance in the Regions, 2001-2008. Review*. (retrieved 04-06-2015, from http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20091116104602/http://www.mla.gov.uk/what/programmes/renaissance/~media/Files/pdf/2009/Renaissance_Review_Report)
- Richards, G. & Wilson, J. (2004). *The Impact of Cultural Events on City Image: Rotterdam, Cultural Capital of Europe 2001*. *Urban Studies*, Vol. 41, No. 10, pp. 1931–1951.
- Santos, F.; Azevedo, C., (2015). *Manual de Utilização da Ferramenta de Competitividade para Inovações Sociais*.
- Tanguay, G. A., Rajaonson, J., Therrien, M.-C. (2011). Sustainable Tourism Indicators: Selection Criteria for Policy Implementation and Scientific Recognition. *CIRANO - Série Scientifique*, 2011s-60 (Setembre). (retrieved 09-06-2015, from <http://www.cirano.qc.ca/pdf/publication/2011s-60.pdf>)
- TERCUD-ULHTL - Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2013). *Identificação de Temáticas Acolhedoras de Investimentos Sustentáveis em Cidades*.
- Turismo de Portugal I.P. (2013). *Plano Estratégico Nacional de Turismo: Revisão e Objectivos. 2013-2015*. Lisboa.
- Turismo de Portugal (2015). *Turismo 2020: 5 Princípios para uma ambição*. Lisboa (retrived 13-07-2015, from <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/destaque/Documents/turismo-2020-cinco-principios-para-uma-ambicao.pdf>)

- United Cities and Local Governments (2015). *Recognizing the Role of Culture to Strengthen the UN Post-2015 Development Agenda*. (retrieved 16-05-2015, from http://www.culture2015goal.net/images/yootheme/culture2015/def/Indicators_ENG.pdf)
- United Nations General Assembly (2015). *Resolution A/RES/69/233 - Promotion of sustainable tourism, including ecotourism, for poverty eradication and environment protection*. (retrieved 07-06-2015, from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/233)
- World Tourism Organization (2007). *Sustainable Tourism Indicators and Destination Management. NATIONAL WORKSHOP Tagbilaran City, Bohol, Philippines, 15-18 October 2007. FINAL REPORT*. (retrieved 09-06-2015, from <http://sdt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/finalreport-bohol2008.pdf>)
- World Tourism Organization (2014). *Press Release PR 14076: Harnessing the Power of One Billion Tourists for a Sustainable Future*. (retrieved 09-06-2015, from <http://media.unwto.org/press-release/2014-11-06/harnessing-power-one-billion-tourists-sustainable-future>)
- World Tourism Organization (2015). *UNWTO Annual Report 2014*. UNWTO, Madrid.
- Zbucnea, A. (2014). *Territorial Marketing Based o Cultural Heritage*. (retrieved 20-05-2015, from https://www.academia.edu/9970424/Territorial_marketing_based_on_cultural_heritage)

Legislação Portuguesa

- Assembleia da República Portuguesa - *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural* (Lei 107/2001, de 8 de setembro)
- Assembleia da República Portuguesa – *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto)
- Governo da República Portuguesa - *Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial* (Decreto-Lei 139/2009, de 15 de junho)
- Presidência do Conselho de Ministros (1998). *Resolução nº112/98 que institui o Plano Nacional de Turismo de Natureza*.

Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS, 1999) – International Cultural Tourism Charter: Managing Tourism at Places of Heritage Significance (12ª General Assembly, Mexico, October 1999)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1989) – *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris, 15 de Novembro de 1989)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2005) – *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions* (33ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris, 20 de Outubro de 2005) (retrieved 03/04/2015, from <https://en.unesco.org/creativity/convention/2005-convention/2005-convention-text>)